



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS:
CULTURAS E PODERES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

ALISSONEY DOS REIS DINIZ

**FUTEBOL, RAÇA E CLASSES POPULARES: A participação dos negros no futebol
em São Luís na Primeira República (1907-1925).**

SÃO LUÍS – MA
2024

ALISSONEY DOS REIS DINIZ

FUTEBOL, RAÇA E CLASSES POPULARES: A participação dos negros no futebol em São
Luís na Primeira República (1907-1925).

Dissertação apresentada ao curso do Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas.

Orientadora: Profa. Dra. Régia Agostinho da Silva

SÃO LUÍS - MA
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Diniz, Alissoney dos Reis.

Futebol, Raça E Classes Populares: A Participação dos Negros
No Futebol Em São Luís Na Primeira República. 1907-1930 /
Alissoney dos Reis Diniz. - 2024.

148 f.

Orientador(a): Régia Agostinho da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. São Luís. 2. Negros. 3. Raça. 4. Futebol. 5. .
I. Silva, Régia Agostinho da. II. Título.

ALISSONEY DOS REIS DINIZ

FUTEBOL, RAÇA E CLASSES POPULARES: A participação dos negros no futebol em São
Luís na Primeira República (1907-1925).

Dissertação apresentada ao curso do Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Régia Agostinho da Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira (UFMA)
Examinador interno

Prof. Dr. Allyson Bruno Viana (UECE)
Examinador externo

Prof. Dr. Euclides de Freitas Couto (UFSJ)
Examinador externo

SÃO LUÍS - MA
2024

AGRADECIMENTOS

Um trabalho científico não é o resultado exclusivo do esforço de um único indivíduo; ele é o produto de um trabalho colaborativo que envolve a contribuição de várias pessoas ao redor do pesquisador. Nesse sentido, este trabalho é fruto do apoio e da colaboração recebidos ao longo do processo de pesquisa. Muitas pessoas desempenharam papéis cruciais, oferecendo não apenas conselhos e encorajamento em momentos de dúvida e dificuldade (que foram vários) mas também contribuindo de forma direta para a elaboração e conclusão deste projeto. Agradeço profundamente a cada um que, com sua dedicação e generosidade, tornou possível a realização desta pesquisa. O sucesso deste trabalho é um testemunho do esforço coletivo e do espírito de cooperação que sustentou cada etapa deste percurso.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, que foi meu refúgio e minha morada em todos os momentos. Em segundo gostaria de agradecer meus familiares que foram a minha base. Agradeço a minha mãe Arilene Vieira dos Reis que durante todo este processo foi compreensiva e sempre acreditou e dedicou sua vida a educação do único filho, serei eternamente grato a você. Agradeço aos meus tios Ademir, Arialina, Manoel, Marcos, Vicente que sempre me incentivaram e foram modelos na minha vida. Por fim, agradeço ao meu primo José Adson que na verdade é um irmão, obrigado pelo incentivo e pelas trocas de experiências em relação ao mestrado, mesmo cursando mestrado em matemática aplicada.

No decorrer do curso de mestrado, conhecemos pessoas que se tornam verdadeiros amigos. Gostaria de agradecer a Ravenna, Tatiana, Samara, Elisandra. Obrigado pelos momentos partilhados e amizade sincera. Haroldo Matos, gostaria de te agradecer pelo carinho, pelo incentivo, pelos conselhos, você foi essencial nessa jornada. Agradeço as amigas Darlene Rodrigues e Bia Medeiros que em muitos momentos ouviram minhas angústias e foram de grande importância para que eu prosseguisse escrevendo. Agradeço as amigas Janaína e Ana Beatriz por tudo que vivemos no mestrado, mas especialmente pela reta final da dissertação onde foram meu grupo de apoio onde um colocava o outro pra cima. Agradeço a Karla Larissa que durante o mestrado foi uma das pessoas que mais me aproximei e pela paciência de ouvir meus áudios longos. Agradeço a Jean Paulo que foi um grande amigo que fiz no mestrado, sua disposição para ajudar, mesmo em momentos em que ele estava sobrecarregado, foi um verdadeiro testemunho de sua generosidade e amizade. Sua assistência e apoio foram essenciais e muito apreciados ao longo de todo este percurso.

Agradeço também a minha orientadora, Régia Agostinho que durante todo o percurso do mestrado foi uma pessoa ímpar na minha vida, nessa jornada construímos uma bela amizade, agradeço principalmente pela paciência, compreensão, incentivo e orientação que foram fundamentais para o término do trabalho. Peço também desculpas pelas minhas falhas. Obrigado por não desistir de mim e sempre acreditar.

Agradeço aos meus amigos Victor Guimarães, Denis Vinícius e Raul Barbosa que desde o ensino médio sempre estiveram ao meu lado e contribuíram no meu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Vocês são a minha inspiração e meu lugar de conforto, amo vocês.

Agradeço aos meus amigos Narlon Lopes, Joaquim Silva e Anderson Sousa pela amizade sincera e por sempre me ajudarem em tudo que precisei. Agradeço em especial a Joaquim, este estudo só foi possível devido a sua ajuda.

Agradeço a Silmara Mondego pelos esforços que fez para que eu concluísse este trabalho.

Agradeço a Fransuel Lima pelas trocas de informações em relação ao futebol do Piauí e por ajudar nessa trajetória estudando um tema semelhante ao desta pesquisa.

Agradeço aos professores Denilson Menezes e Danielle Ferro da UEB Josefina Serrão pela parceria e apoio durante a fase final desta caminhada.

Agradeço a Vitor Hugo Enes Ribeiro que me ajudou na obtenção de fotos e no estatuto de clubes, além das trocas de conversas que sempre contribuíram a pensar melhor o futebol.

Agradeço a Universidade Federal do Maranhão por meio do PPGHis - História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes e a CAPES por financiar esta pesquisa e torná-la possível.

Agradeço aos funcionários e estagiários da Biblioteca Benedito Leite e Arquivo Público do Maranhão que sempre foram atenciosos e prestativos.

RESUMO

Esta pesquisa investigou a participação dos negros no futebol em São Luís, capital do Maranhão, durante a fase inicial desse esporte na cidade. O objetivo foi compreender as motivações que possibilitaram a inserção dessa parcela da população na prática do futebol, tanto em clubes de elite quanto em clubes suburbanos. Para isso, buscou-se observar os diferentes espaços ocupados por esses sujeitos históricos e as condições culturais e sociais que viabilizaram sua participação no desenvolvimento e consumo do esporte, seja nas ruas, seja nos campos e clubes oficiais da elite local. Essa análise exigiu uma abordagem histórica, especialmente a partir da perspectiva da História Social, que se concentra nas relações sociais, atravessado pelo olhar da História Global, focando na inter-relação entre o global e o local, o que nos levou a incorporar a noção de “glocalização” em nossas análises. Nesse sentido, foi fundamental ampliar as problemáticas de pesquisa, especialmente sob as perspectivas das relações étnico-raciais. Para atingir nossos objetivos, foram utilizados periódicos que circulavam na cidade e que abordavam o cotidiano do futebol, assim como fotografias e mapas como fontes auxiliares para a compreensão desse processo. Conclui-se que a população negra teve contato com o futebol desde seus primórdios na cidade, embora sua participação tenha sido, inicialmente, restrita às instituições militares. A partir da década de 1910 e 1920, começou a emergir uma presença decisiva dessa população, marcada pela criação de diversos clubes suburbanos e operários. Essa nova dinâmica permitiu a inserção desses sujeitos históricos em clubes elitistas, impulsionada pelo fenômeno do amadorismo marrom, que encontrou resistência por parte de alguns membros da elite local, pois desafiava seus ideais exclusivistas.

Palavras chaves: São Luís, Negros, Raça, Classes populares, Futebol.

ABSTRACT

This research investigated the participation of Black individuals in soccer in São Luís, the capital of Maranhão, during the early phase of the sport in the city. The objective was to understand the motivations that facilitated the inclusion of this segment of the population in the practice of soccer, both in elite clubs and suburban clubs. To achieve this, we sought to observe the different spaces occupied by these historical subjects and the cultural and social conditions that enabled their participation in the development and consumption of the sport, whether in the streets or in the official fields and clubs of the local elite. This analysis required a historical approach, particularly from the perspective of Social History, which focuses on social relations, while also being informed by Global History, emphasizing the interrelationship between the global and the local. This led us to incorporate the notion of “glocalization” into our analyses. In this sense, it was essential to broaden the research issues, especially regarding ethnic-racial relations. To meet our objectives, we utilized periodicals that circulated in the city and discussed the daily life of soccer, along with photographs and maps as supplementary sources for understanding this process. We conclude that the Black population had contact with soccer from its beginnings in the city, although their participation was initially restricted to military institutions. Starting in the 1910s and 1920s, a decisive presence of this population began to emerge, marked by the creation of various suburban and workers' clubs. This new dynamic allowed for the inclusion of these historical subjects in elite clubs, driven by the phenomenon of professionalism, which faced resistance from some members of the local elite, as it challenged their exclusivist ideals.

Keywords: São Luís, Blacks, Race, Popular Classes, Soccer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Avenida Maranhense	53
Figura 02 - Porto do Maranhão	54
Figura 03 - Mapa de São Luís de 1912	55
Figura 04 - Exemplo de Palhoças	59
Figura 05 - Companhia Fabril Maranhense	81
Figura 06 - Nhozinho Santos em seu automóvel peça ruas de São Luís	82
Figura 07 - Match de Inauguração do Fabril Athletic Club	86
Figura 08 - Aspectos da Inauguração do Fabril Athletic Club	87
Figura 09 - Nhozinho Santos com as equipes do F.A.C: <i>Black and White Red and White</i> ...	88
Figura 10 - Vila Operária nos arredores da Companhia Fabril Maranhense	89
Figura 11 - Companhia Fabril Maranhense e seus empregados	90
Figura 12 - Local onde foi construído o campo do Baluarte	106
Figura 13 - Foto de Wilhelm Kissenberg de 1908 - Aspecto do local conhecido como Baluarte, onde foi construído o ground do Onze Maranhense em 1916	110
Figura 14 - Fac x Paysandu	113
Figura 15 - Vasco da Gama Football Club em 1918	116
Figura 16 - Fênix Football Club em 1918	118
Figura 17 - Fênix Football Club em 1919, clube composto por maioria negra	119
Figura 18 - Scratches do Luzo-Brazileiro através dos anos – 1919, 1920 e 1929	127
Figura 19 - Rua do bairro do Codozinho em 1923	130
Figura 20 - Casas no bairro do Codozinho em 1923	130
Figura 21 - Foto da Baixinha	132
Figura 22 - Concentração populacional por grupos de cor no perímetro urbano de São Luís em 1872	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: São Luís na virada do século XIX-XX.....	30
1.1 As implicações da Abolição da Escravidão e Proclamação da República em São Luís na Primeira República.	34
1.2 Um olhar sobre a economia maranhense na Primeira República	42
1.3 Modernização, Infraestrutura e Higiene.....	49
CAPÍTULO 2 – Futebol - um esporte global em terras brasileiras	62
2.1 – A introdução do futebol na cidade de São Luís.	80
CAPÍTULO 3 – Os Negros no Futebol Ludovicense	93
3.1 – Popularização do futebol em São Luís.....	102
3.2 – Jogadores negros, clubes populares e sua relação com os clubes da elite.	114
3.3 – Futebol nos subúrbios.	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
APÊNDICES.....	137
APÊNDICE A – Quadro dos Diretores dos Clubes e Ligas em São Luís.	137
APÊNDICE B – Fotos individuais de jogadores negros encontrados nos periódicos.	140
FONTES DOCUMENTAIS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141

INTRODUÇÃO

Por tratar-se de um campo da História relativamente novo e que vem se consolidando nas últimas décadas com o crescente número de pesquisas, buscamos demonstrar que apesar desse avanço, a História do Futebol do Brasil ainda requer maior aprofundamento acerca da temática em outras regiões, que não sejam apenas Rio de Janeiro - São Paulo, mas para isso são necessárias algumas observações. Mostraremos aqui como se consolidou o estudo das Ciências Sociais e Humanas sobre o futebol no Brasil, no intuito de demarcar seu processo de construção a partir de um determinado eixo que apesar de notória a sua colaboração, incorreu em uma leitura em certa medida generalizante do que se entende como futebol brasileiro, uma vez que se baseou predominantemente nas experiências do Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A Antropologia foi a ciência que teve maior abertura para a análise sobre o esporte dentro das Ciências Sociais, logo, possibilitando uma compreensão mais complexa sobre o objeto de estudo, diferindo das preocupações que haviam no Jornalismo e na Educação Física, que até então, dominavam a literatura sobre o tema. Porém, as análises, além de bastante descritivas, estavam preocupadas com fatos memoráveis, grandes eventos esportivos, regras e evoluções táticas que envolviam o jogo. Explica Luís Carlos Ribeiro:

Apesar dos escritos sociais e políticos sobre o futebol serem de longa data, é consensual que a partir do final dos anos 1970 e, sobretudo, nos anos 1980, o estudo do futebol inicia sua formatação como um campo efetivo de crítica científica. Ou seja, é a partir desse momento que o meio acadêmico identifica, de maneira enfática, o futebol como objeto de estudos e propõe uma agenda de questões para a sua abordagem. É quando os estudos deixam de ser isolados ou efêmeros e passam a fazer parte sistêmica das ciências sociais e políticas (Ribeiro, 2012, p.22).

Através principalmente da Antropologia e da Sociologia durante a década de 80 do século XX, o estudo sobre o referido esporte se consolidou nas Ciências Sociais e Humanas no Brasil, sendo os pioneiros desse estudo os antropólogos da virada Cultural da Universidade de São Paulo (USP). Apesar de ser notória sua colaboração, suas produções incorreram em uma leitura limitada do que se entende como futebol brasileiro, pois estes levaram em consideração o futebol brasileiro a partir de determinadas regiões, sendo que outras regiões também são importantes para entendermos de maneira mais ampla o referido esporte. Sendo assim, a Antropologia se esforçou em equilibrar esse “novo” objeto de estudo pautado na rigorosa metodologia científica. Essa “introdução” na academia foi possível devido às novas teorias que surgiram na década de 60. A partir dessas novas noções, houve uma ampliação do

conceito de cultura, expandindo métodos e corpos teóricos imergindo naquilo que era considerado a cultura comum dos povos. Assim, esses estudos realizados em grande parte na Europa, desembocaram entre os intelectuais brasileiros nos anos 80, havendo então uma mudança de paradigma nas Ciências Sociais. De acordo com Luiz Carlos Ribeiro:

A perspectiva da Antropologia foi, nesse sentido, pensar os problemas brasileiros a partir da cultura popular, indígena, rural ou urbana. Foi o que lhe permitiu o devaneio ao marginal, dirigindo-se a temas secundários e não sérios de acordo com a tradição da ciência política, tais como a malandragem, o carnaval, a festa, os novos movimentos sociais e o futebol. Em síntese, embrenhou-se na compreensão do caráter – ou a falta de caráter – da nossa cordialidade (Ribeiro, 2012, p. 20).

Para Iugh Andrade Mattar, apesar do despertar entre os cientistas sociais para a importância desse fenômeno esportivo, o objeto de estudo ainda era visto como indigno e uma parcela considerável da intelectualidade brasileira o via com bastante preconceito, pesando na opinião pública à época, com relação a prática e ao significado do futebol no Brasil (Mattar, 2020, p. 8). Luiz Carlos Ribeiro explica que esse preconceito estava apoiado na visão hegemônica onde o futebol era visto como “ópio do povo, alienante e incapaz de permitir uma leitura do social” (Ribeiro, 2012, p. 31). Contudo, é no início do século XXI que as produções sobre o futebol começam a crescer de maneira progressiva. Esse interesse fica explícito no crescente número de pesquisas e eventos científicos relacionados ao esporte a partir de diferentes prismas como ocupação do espaço urbano, sociedade, lazer, identidade, entre outros.

Em entrevista concedida ao portal Ludopédio¹, o historiador Flávio de Campos afirma que atualmente, no cenário acadêmico brasileiro, há uma quantidade substancial de trabalhos que buscam explorar e compreender o futebol no Brasil a partir dos métodos da História. Flávio de Campos indica que devemos abandonar as corriqueiras introduções de que no Brasil há uma escassez de trabalhos sobre o referido esporte. Afirma o professor:

A primeira coisa a apontar é que temos que parar com uma frase muito proferida: pouco se produziu sobre futebol. Essa história acabou. Temos hoje uma produção sobre futebol nas ciências humanas uma grande produção, tanto quantitativa quanto qualitativa. Já é possível definir correntes e linhas de pesquisa. Não sei se ainda poderíamos identificar escolas, principalmente no Brasil, mas já começa a se delinear algumas influências (Campos, 2011, p. 1).

¹ Portal online dedicado a divulgação de trabalhos acadêmicos sobre futebol. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/>. Acesso em 19 de março 2021.

Concordando com Flávio de Campos, mas expandindo tal noção para a produção acadêmica das Ciências Sociais sobre o futebol no cenário latino-americano, o sociólogo argentino Pablo Alabarces (2011, p. 14) argui que apesar de uma temática ainda periférica, tornou-se incoerente e pouco rigorosa a concepção do argumento da ausência de trabalhos sobre o tema, determinando que o quadro geral da bibliografia latino-americana é completo, rico e variado.

Com o intuito de mapear a produção bibliográfica brasileira voltada a analisar o futebol entre 1990 a 2009, Sérgio Settani Giglio e Enrico Spaggiari (2010) fizeram um levantamento das pesquisas em cursos de mestrado e doutorado do país. A árdua tarefa desses pesquisadores visava responder se as referências bibliográficas eram de fato insuficientes, já que muito se falava sobre tal escassez no meio acadêmico. O referido mapeamento chegou à conclusão que tal produção não é tão pequena quanto se pensava, o que faltava para a progressão desses estudos seria o intercâmbio das informações dos trabalhos produzidos e dos grupos consolidados que se propunham a discutir e a pesquisar sobre o tema.

O levantamento feito por Giglio e Spaggiari (2010, p. 315) demonstrou que, no período em que analisaram, os principais centros de produções acadêmicas sobre futebol, sobretudo nas Ciências Sociais e Humanas eram a Universidade de São Paulo – USP, A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).

A partir disso, é notório que as instituições de ensino superior do Sudeste tomaram a iniciativa na análise do futebol brasileiro, os principais núcleos e pesquisadores sobre o tema no Brasil, são oriundos de instituições do ensino superior dessa região, devido ao fato de possuírem os programas de pós-graduação mais antigos do país. Esse evidente crescimento das pesquisas sobre o tema nos deixa a impressão e a conclusão, *a priori* de que o futebol no Brasil já é um tema que ultrapassou suas fronteiras, entretanto, como comentado anteriormente, os centros de pesquisas que mais estudam o esporte ficam na região Sudeste.

As pesquisas desses centros expandem a compreensão do futebol no Brasil e são basilares se quisermos estudar a História do Futebol em outras regiões nos servindo de um vasto repertório teórico e metodológico. Entretanto, não são suficientes para explicar o futebol

brasileiro, já que o Brasil é um país de proporção continental, onde o futebol foi introduzido por diferentes sujeitos e ressignificado culturalmente a partir das suas próprias localidades.²

Portanto, ainda é pertinente afirmar que escrever sobre futebol a partir do ponto de vista da História é um desafio. Esse desafio faz-se mais evidente quando buscamos analisar o futebol brasileiro para além das regiões Sul e Sudeste, pois há uma escassez de pesquisas quando tratamos dessa temática nas demais localidades. Contudo, não negamos que há uma volumosa produção de trabalhos sobre o tema no Brasil. O que salientamos é que, até então, esses trabalhos se preocuparam em compreender determinados centros do país, em contrapartida, proporcionalmente há pouca produção sobre as outras regiões onde o esporte também se desenvolveu e ganhou relevância. Dessa forma, concordamos com as palavras de Hilário Franco Júnior (2017, p. 415), quando demarca que “Apesar (ou por causa) de todo seu alcance popular, o futebol ainda não é um campo de estudo consolidado academicamente no Brasil, mesmo que os progressos dos últimos anos sejam inegáveis.”

No caso do futebol em São Luís, a produção das pesquisas de História é incipiente, temos dois livros de grande relevância para entender como se desenvolveu o futebol em São Luís no início do século XX. A primeira obra é o livro *Esporte - Um mergulho no Tempo* (Martins, 1989) de Dejjard Ramos Martins, um livro que apesar de factual traz importantes apontamentos sobre o desenvolvimento de vários esportes em solo ludovicense. A segunda obra é o livro de Claunísio de Amorim Carvalho, *Terra, grama e paralelepípedos: Os primeiros tempos do futebol em São Luís (1906-1930)* (Carvalho, 2009). Este último traz uma pesquisa muito completa e bem escrita, com análises profundas sobre a sociedade maranhense através da introdução do futebol pautado nos escritos de Norbert Elias e Eric Dunning.

Considerando as questões e incipiência aqui elencadas faz-se necessário um estudo aprofundado sobre o tema em São Luís. Nesse sentido, buscamos ampliar a compreensão do futebol do Brasil, no intento de analisar o caso do futebol maranhense, já que é pouco visitado pelos historiadores e de suma importância para compreendermos a sociedade ludovicense do início do século XX, além do fato de nossa análise residir na importância da presença negra e parda no desenvolvimento do futebol local. Portanto, essa pesquisa é parte de um esforço para reafirmar o futebol maranhense no rol de estudos das ciências humanas. Com isso, é também uma tentativa de cooperar com a consolidação do campo da História do Futebol, aprimorando o debate acadêmico a respeito, não só do esporte, mas também da História de São Luís.

² Para entender essa discussão em torno das narrativas do que seria o futebol brasileiro, recomenda-se a leitura de Ricardo Pinto na obra: *História, conceitos e futebol: Racismo e modernidade no futebol fora do eixo (1889-1912)*. (PINTO, 2020)

Ademais, mostrar que o futebol é muito mais que um divertimento, mas também um importante objeto de estudo capaz de escancarar questões latentes da sociedade em que está inserido.

Como esporte mobilizador de massas procuramos compreender como se deu a introdução e participação dos negros³ dentro dos círculos fechados elitistas ludovicenses, no século XX, que tinham no futebol um elemento cultural de diferenciação social. Nesse sentido, as questões norteadoras são: Como se deu a inserção das camadas populares na lógica elitista e excludente do futebol em São Luís? Quais fatores sociais e culturais contribuíram para a inserção de jogadores negros em uma sociedade marcada pelo racismo?

Analisaremos essas questões para além dos ganhos esportivos, perscrutando a conjuntura social e cultural no qual esses jogadores estão inseridos, e com isso buscar através do futebol as tensões, preconceitos, racismo dentro da sociedade ludovicense, na chamada Primeira República. Assim, alargando as bases das compreensões das relações étnico-racial em São Luís no período proposto.

Por estas razões, o futebol em São Luís deve ser estudado de forma profunda e ampla. Sendo assim, faz-se necessário tentar entendê-lo sob uma ótica de relação entre diferentes setores da sociedade, através dos acordos e conflitos entre os diferentes grupos que estão diretamente e indiretamente envolvidos com esse esporte, pois os logradouros esportivos, campos oficiais, ruas, terrenos baldios onde o futebol é jogado podem ser entendidos como locais de relações sociais, sendo um microcosmo da sociedade.

A relação entre passado e presente é uma preocupação da ciência histórica, não pretendemos fugir a essa realidade, pois as questões aqui colocadas partem de problemas observados no presente. Na atualidade, percebemos que há um grande número de jogadores negros presentes nas principais ligas do mundo, mas isso não significa que estes não sofrem com o racismo. No Brasil e no mundo, os jogadores negros ainda são alvos de ofensas racistas.⁴

Ademais, a grande presença de jogadores negros, nos leva a conclusões inexatas referente a sua participação no esporte. Se observamos atentamente, sua presença é constatada em cargos onde é necessário o trabalho com o corpo, vide, jogador, preparador técnico, auxiliares. Entretanto, quando observamos os cargos onde é necessário o trabalho intelectual,

³ Neste estudo, entendemos o termo “negro” como englobando tanto pessoas pretas quanto pardas.

⁴ Como por exemplo, o caso do atacante brasileiro Vinicius Junior que vem sendo alvo de ataques e insultos racistas na Espanha e no Brasil. O referido jogador em certa medida se tornou uma figura da luta antirracista no futebol.

um trabalho pensante, como o cargo de técnico ou cargos gerencias como presidente, gerente, chefes de departamento, existe uma falta de representatividade de pessoas negras.

Dessa forma, estudar a introdução desse esporte em uma cidade hierarquizada é uma tentativa de compreender as bases de segmentação da sociedade através de um objeto que aglomere diversos sujeitos díspares. Sendo assim, a pesquisa se apresenta dividida em três capítulos, sendo cada um erigido a partir de uma problemática própria que no final se entrelaçam e dão sentido a realidade vivida nas primeiras décadas do século XX, ou pelo menos tenta representá-la.

Para alcançar os objetivos aqui elencados, alicerçamos nossos estudos nos domínios da História Social e História Cultural, tornando-se assim uma História Social da Cultura. Tendo em vista que tais domínios historiográficos nos possibilitam examinar determinadas práticas sociais e culturais nas quais homens e mulheres através de suas experiências enquanto sujeitos históricos buscam autodefinir-se e definir o outro através dos conflitos, acordos e contradições, assim como buscam analisar as particularidades de representações⁵, práticas e apropriações como entidades que constroem as divisões do mundo social.

Dessa forma, ao estudar sobre o campo da História Social e sua construção historiográfica, Hobsbawm (2013, p. 69) aponta três acepções que o termo “História Social” tomou durante sua consolidação. Algumas vezes, tais acepções aparecem superpostas. A primeira seria a história das classes pobres ou inferiores, e mais especificamente a história de seus movimentos. A segunda acepção refere-se a trabalhos sobre uma diversidade de atividades humanas de difícil classificação, exceto em termos como: usos, costumes, vida cotidiana. A terceira acepção do termo está vinculada a uma combinação com a História Econômica.

Ainda segundo Hobsbawm, os melhores praticantes desta modalidade historiográfica se sentiam incomodados com o termo. Tinham a preferência de se denominarem apenas enquanto historiadores, e sua meta era a confecção de uma história total ou global (Hobsbawm, 2013, p. 72). José D’assunção Barros explica que a História Social passou por

⁵ No caso dessa pesquisa, entendemos representação a partir das considerações de Roger Chartier que aventa que a História Cultural tem como principal objetivo a identificação do modo como “em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (Chartier, 1990, 17-19) Dessa forma, as representações do mundo social seriam determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam. Em outros termos, as representações situam-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”, produzindo lutas de representações. (Chartier, 1990, 17-19) Nesse sentido, as representações são construções sociais da realidade, onde os indivíduos fundamentam suas visões de mundo através de seus interesses e de seu grupo. O sujeito e o grupo do qual faz parte criam representações de si e dos outros, balizando visões de mundo sobre as experiências históricas. Portanto, as representações objetivam a construção do mundo social, sendo as mesmas as bases dos discursos e práticas dos grupos.

uma nova noção voltada para uma ideia de totalidade de aspectos que podia ser aplicada ao estudo de uma sociedade inteira ou para estudos de uma comunidade tomada como ponto de partida, referência, como as comunidades rurais, urbanas. A História Social não apresenta assim, interesses e objetos específicos, mas sim buscar a força motriz de sua preocupação: a sociedade como um todo (Barros, 2005, p. 15,16).

A partir disso, essa pretensão totalizante se converteu em se fazer uma história da sociedade. Hobsbawm afirma que a história da sociedade tem como suas dimensões o tempo cronológico e o real. Não se preocupando apenas com estruturas e seus mecanismos de persistência ou mudanças com as possibilidades gerais e padrões de transformações, contudo se preocupa também com o que acontece, os fatos (Hobsbawm, 2013, p. 76). Nesse sentido, “a história da sociedade é, entre outras coisas, a história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas, unidades que são definíveis em termos sociológicos. É a história das sociedades e também da sociedade humana [...] ou de certos tipos de sociedade e suas possíveis relações” (Hobsbawm, 2013, p. 77).

Para Hobsbawm (2013, p. 72) “A história social nunca pode ser mais uma especialização, como a história econômica ou outras histórias hifenizadas, porque seu tema não pode ser isolado”. Sendo assim, para se estudar uma sociedade exige que a examinemos “em toda sua complexidade, superando o manejo de categorias sociais estereotipadas e de dicotomias generalizadoras.” (Barros, 2005, p. 17). Nesse sentido, precisamos de referências que nos subsidie para tão complexa análise.

Para José D’Assunção Barros, Edward P. Thompson apresenta uma ideia de História Social que trabalha em interconexão com a História Cultural, se dirigindo a complexidade e ao tratamento das sociedades como realidades dinâmicas e vivas. Segundo ele, Edward P. Thompson observa essa realidade como processos e não como estruturas perfeitas separadas da realidade humana (Barros, 2005, p. 17). Para Lynn Hunt, Edward P. Thompson foi um dos primeiros historiadores de inspiração marxista que desviou para análises de cunho cultural. Para ela, Thompson rejeitou a metáfora de base/superestrutura e debruçou-se sobre a forma como as pessoas lidam com as experiências materiais de modo cultural. (Hunt, 1992, p. 8)

Portanto, aqui fazem necessárias algumas considerações a respeito dos pensamentos de Edward P. Thompson, visto que nos pautamos em suas ideias de como se estudar uma determinada sociedade, na busca por se ocupar da análise de classes de grupos “racializados”, relegados a subalternidade e a relação conflituosa e às vezes convencionais com os “de cima”. A intenção aqui é analisar a partir dessa ótica como eram percebidos esses sujeitos

subalternizados. Para isso é mister a utilização do conceito de classe pautado nas observações de Thompson:

Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas [...] a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujo interesse diferem (e geralmente se opõem dos seus) (Thompson, 1987, p. 9-10).

Sendo assim, para Thompson a classe traz uma noção de relação histórica, sendo ela, propriamente um fenômeno histórico e não uma estrutura definida. Portanto, para ele, a classe não é, ela acontece. Os indivíduos só se entendem como classe a partir de uma experiência conjunta e se entendem enquanto classe quando se articulam, ou entram em conflito com outro grupo. Alinhado a este pensamento Hobsbawm afirma que:

[...] classe não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações, tanto verticais quanto horizontais. Assim, é uma relação de diferença (ou semelhança) e de distância, mas também uma relação qualitativamente diferente de função social, de exploração, de dominação/sujeição. A pesquisa sobre classe deve, portanto, envolver o resto da sociedade da qual ela é parte (Hobsbawm, 2013, p. 83).

Dessa forma, ao se falar em classes não podemos deixar de falar em “experiência” já estas categorias na teoria de Thompson aparecem de maneira imbricada. A experiência, categoria essa que por mais imperfeita que seja é primordial ao historiador. Para Thompson (1981) quando falamos em “experiência”, há de se considerar a experiência vivida, a experiência percebida e experiência modificada, através das condições objetivas e subjetivas dos processos históricos estruturados, nos quais homens e mulheres constituem-se em seu fazer-se enquanto classe. Portanto, a experiência é o intermédio entre o ser social e a consciência social.

Partimos desse momento, para mais algumas questões metodológicas, precisamos destacar que o futebol enquanto objeto de estudo, apresenta um caráter multifacetado e global, visto que o futebol pode ser entendido como um fenômeno cultural universal que nasce nos seios das elites⁶ e progressivamente vai sendo incorporado na cultura popular. Enquanto um

⁶ Entendemos aqui as elites a partir das considerações do historiador Flávio Heinz. O referido autor entende que o termo elite é uma categoria que foi utilizada na historiografia em um sentido amplo e descritivo que abrange os grupos que ocupam o topo das estruturas de autoridade ou recursos, sendo compreendidos nesse bojo os dirigentes, pessoas influentes, privilegiados, abastados de uma sociedade. As elites são definidas pela posse de um poder ou então como resultado de uma seleção social ou intelectual. A partir dessas considerações levamos em conta a contribuição do referido autor para operar tal conceito, visto que as elites devem ser compreendidas à luz dos processos históricos em que estão inseridas, deve-se conhecer a valorização ou desvalorização através do

jogo moderno, regrado, com normas e com características unificadas foi gestado no seio de uma burguesia inglesa por meio das instituições escolares, portanto, o elitismo é uma marca inicial do futebol moderno. Esse elitismo é decorrente da instrumentalização educacional na formação da jovem burguesia inglesa.

Para Revel a industrialização, urbanização, a mobilidade geográfica ou social como fenômeno englobante é uma afirmação que não choca mais ninguém (Revel, 1998, p. 10). Ainda segundo ele, longe de partir da ideia de que os processos sociais maiores são naturalmente globais, é necessário atentarmos para as circulações que possibilitaram a globalização, das conexões e das encruzilhadas, das formas de hibridização que estão na base e que são únicas a torná-las compreensíveis (Revel, 2010, p. 443). Dessa forma, iremos entrar aqui nesse jogo de escalas e buscando entender o local a partir do global.

Devido ao seu caráter global, o futebol apresenta características ímpares para ser analisado através de perspectivas conectadas ou globais. Segundo o historiador alemão Sebastian Conrad a História Global deve ser uma metodologia baseada na integração, se tornando atento nas transformações estruturais em escala global. Conrad defende que as principais preocupações da História Global enquanto metodologia são a mobilidade e o intercâmbio, com processos que transcendem fronteiras e limites, tomando o mundo interconectado como ponto de partida, fazendo com que a circulação de coisas, pessoas, ideias e instituições se tornem uma de suas temáticas principais. A história global, apesar do nome sugerir uma cobertura global de determinados eventos ou estruturas, não é necessariamente essa sua principal preocupação, o fio condutor para essa metodologia é a compreensão de que nenhuma sociedade, nação ou civilização existe de maneira isolada, sendo uma história em uma perspectiva enredada (*entenglements*)⁷ (Conrad, 2016). Sendo assim, nossa análise também está pautada no conceito de “*glocalization*”, conforme abordado por Richard Giulianotti e Roland Robertson, no qual definem a glocalização como um fenômeno “através dos quais as culturas locais se adaptam e redefinem qualquer produto cultural global para atender às suas necessidades, crenças e costumes”⁸ (Giulianotti; Robertson, 2004, p. 546)

Portanto, a partir das considerações de Conrad, Giulianotti e Robertson o que aqui nos propomos, é de fundamental importância salientar que o contexto vivido em São Luís durante o período estudado está interconectado com a circulação de ideias, no caso as teorias raciais

tempo de suas propriedades sociais; conhecer a composição de capitais, atributos culturais, econômico ou social. Portanto, deve-se compreender a complexidade do social. (Heinz, 2006)

⁷ O livro que aqui utilizamos está disponível apenas em inglês. Portanto, foi feita uma tradução de nossa parte para aqui apresentar as ideias desse autor. Conrad, Sebastian. *What is Global History?*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

⁸ Tradução nossa.

vindas da Europa, o próprio racismo e desigualdade “inerentes” ao país, pois este se encontra estruturado em âmbito nacional, assim como o elemento cultural aqui abordado, o futebol que se tornou um código compartilhado mundialmente, mas ao mesmo tempo assumindo formas próprias de ser vivido na cidade em questão.

Nesse sentido, a partir dos ideais aventados por Conrad, Giulianotti e Robertson não explicaremos a situação e participação dos negros em São Luís, a partir apenas de demandas propriamente locais, mas sim buscá-las com as interconexões nacionais e globais. Assim como o fio condutor dessa questão que é o futebol, aparecerá aqui enredado o local em caráter nacional e mundial. Portanto, este trabalho apesar de estar partindo do local, não se delimita ao local, mas busca articular sincronicamente o local e o global. Dessa forma, os eventos locais são moldados por um contexto global que pode ser compreendido estruturalmente ou mesmo sistematicamente. (Conrad, 2016)

Com a Segunda Revolução Industrial e o advento do capitalismo, o futebol ganha novas terras se tornando um produto do capitalismo inglês, se caracterizando pela marca da modernidade, nos diferentes países onde é introduzido no mundo ocidental. E é com essa marca elitista e moderna que o futebol se alastra pelo globo, tornando-se um verdadeiro fenômeno universal que só foi possível através da Revolução Industrial Inglesa. Pois durante a ampliação dos mercados externos da Inglaterra, expandindo seu comércio de maneira internacional, os britânicos levam consigo seus aspectos culturais, sendo o futebol um símbolo cultural que está inserido na dinâmica de expansão do imperialismo da Inglaterra. De acordo com Hobsbawm:

O esporte que o mundo tomou seu foi o futebol de clubes, filho da presença global britânica, que introduziu times com nomes de empresas britânicas ou compostos de expatriados britânicos [...] esse jogo simples e elegante, não perturbado por regras e/ou equipamentos complexos, e que podia ser praticado em qualquer espaço aberto mais ou menos plano do tamanho exigido, abriu caminho no mundo inteiramente por seus próprios méritos [...] (Hobsbawm, 1995, p. 158).

Para Hobsbawm (1988, p. 163): “o esporte era considerado elemento importante na formação da nova classe governante, segundo o modelo do gentleman britânico burguês treinado em escola pública.” Segundo ele o esporte praticado nas escolas europeias representou a tentativa da criação de linhas de classes que as separassem das massas se configurando como um instrumento de formação de padrões de comportamentos e valores comuns, aliás tornou-se o mais conveniente e universal critério para a determinação da estratificação social. (Hobsbawm, 1997, p. 301)

Apesar disso, o futebol foi largamente praticado entre os trabalhadores, operários ingleses. Nicolau Sevcenko aventa que “um dos aspectos mais prodigiosos da história do futebol, desde suas origens, tem sido a rapidez extraordinária da expansão de sua popularidade dentre as massas populares, especialmente no contexto das cidades industriais” (Sevcenko, 1994, p. 11).

Com a expansão do Imperialismo inglês, o futebol também se espalha pelo mundo. Segundo Hilário Franco Júnior (2007, p. 23): “A propagação do futebol seguiu a lógica da influência cultural inglesa: de início nas próprias ilhas britânicas, a seguir na Europa germânica, depois na Europa latina, pouco mais tarde na América latina.”

Diferentemente do caso inglês, onde o futebol já servia como uma identidade da classe operária, esses países limitavam o futebol a círculos sociais bastante restritos como jovens estudantes e técnicos especializados nas companhias inglesas e é justamente com esse caráter elitista que muitos jovens da América do Sul entram em contato com o jogo (Pereira, 1998, p. 18).

Leonardo Affonso de Miranda Pereira (1998) ao estudar o futebol no Rio de Janeiro sinaliza que as análises feitas a respeito da participação do negro no futebol brasileiro pautam-se no livro escrito por Mário Filho (2003), “O Negro no Futebol Brasileiro”⁹. Segundo Pereira, a análise de Mário Filho é feita em três recortes. O primeiro se delimitaria aos primeiros anos até por volta de 1910, onde o futebol é jogado entre as elites. A segunda de 10 até o fim da década de 20 definiria a aproximação de outras camadas sociais ao esporte, sendo marcada pela exclusão sistemática de negros e pobres. E a terceira na década de 30, onde seria a efetivação e aceitação da presença negra. Entretanto, essa separação periódica não deixa de ter seus limites, pois ela se dá a partir da observação desses sujeitos das elites, sendo que ela é a percepção de como negros e pobres eram enxergados pelos jovens patrícios cariocas (Pereira, 1998, p. 4).

Contudo, Pereira (1998, p. 5) nos permite uma nova possibilidade analítica através da História Social: “que busque não só a lógica que o futebol assumia para aqueles que pensavam ter o controle total sobre ele, mas também para os que em outros espaços, iam entregando-se com afinco ao esporte bretão.” Ainda segundo o autor devemos procurar entender esse processo de forma relacional, tratando – se de “contar uma história que não privilegie somente um ponto de vista, seja na constituição de uma versão oficial ou de história

⁹ Livro escrito por Mário Filho no qual apresenta ideias Freyrianas pautado na democracia racial pensando a brasilidade a partir do valor positivo da miscigenação e localização o negro numa sociedade harmônica com possibilidade de ascensão.

vista de baixo, mas de tentar entender esse movimento a partir da relação entre os muitos sujeitos envolvidos nele” (Pereira, 1998, p. 5).

Com a popularização do futebol entre os setores menos abastados da população brasileira, a prática esportiva por aqueles que eram dito indignos de um esporte tão nobre torna-se um incômodo, relacionando o futebol jogado na rua com a violência. As páginas dos jornais apontam que os praticantes do futebol nas ruas e praças eram potencialmente perigosos. Para Hilário Franco Júnior com o aumento do prestígio do futebol popular, instituições da imprensa do Brasil passaram a difamar aquilo que consideravam como práticas selvagens das canelas negras, em nada similares à aristocracia detentora de privilégios. Durante o século XIX os termos selvagens, bárbaros, inferiores eram nomeações comuns proferidas por essas elites em referência aos escravizados, libertos, operários, imigrantes e sertanejos. Nesse sentido, a desqualificação era uma arma na qual a população pobre era definida pela elite, portanto, os jogadores do futebol popular não escapavam a essa lógica (Franco Júnior, 2007, p. 65).

Esses sujeitos marginalizados eram considerados como “classes perigosas”, pelas elites. Sidney Chalhoub, ao analisar aqueles que eram considerados classes perigosas, afirma que os negros eram os suspeitos preferenciais. Essa suspeição era pautada naquilo que os ex-senhores e patrões imaginavam sobre o caráter dos egressos do cativeiro (Chalhoub, 1996, p. 23,24).

A classificação de vadios, desocupados atribuía às crianças e nos jovens pobres os valores que prioritariamente deveriam ser combatidos pelo projeto civilizatório e modernizador que tinha como característica a compulsão pelo enfrentamento ao ócio e a educação através do trabalho para as classes populares. Essa noção representava um dos pilares do controle e repressão relacionados aos classificados enquanto vadios em oposição aos valores sociais e morais (Sousa, 2010, p. 63,64).

Chalhoub ao analisar o pensamento das elites brasileiras em fins do século XIX, postula uma hierarquização social ao observar a introdução do pobre, ou seja, o ocioso e o criminoso em potencial, no mundo da ordem. Para ele, no nível mais elevado temos os patrões, seguidos de forma longínqua pelos bons trabalhadores. Assim, nessa esfera reina a ordem e a moral. No nível inferior temos o mundo dos ociosos, nessa esfera existe uma depravação moral e uma tendência a desordem, e por fim temos o mundo do crime formado por indivíduos de maus instintos. Criando, dessa forma, um sistema onde o mais bem situado na hierarquia social é sempre mais dedicado ao trabalho, à ordem e a moral, ou seja, quanto maior a pobreza menor sua moralidade e apego à ordem. Esse sistema apontado pelo autor se

define como uma linha contínua unindo o mais moral ao menos moral no universo ideológico e o mais rico ao mais pobre na estrutura social. Chalhoub aponta que se visto a partir da racionalidade do sistema proposto por ele, a ociosidade e o crime se justificam como mecanismo de controle e sujeição dos grupos sociais mais pobres (Chalhoub, 1986, p. 50,51).

Dessa maneira, classificar os populares enquanto vadios, vagabundos, desocupados, fazia parte dessa lógica, sendo interpretações ou construções das classes dominantes sobre a, experiência dos dominados, leia-se pretos, pobres. Sobre a noção de vadios Sousa afirma que mesmo considerando que a noção de “vadio e vagabundo” seja generalizante a ponto de encobrir uma série de atitudes e comportamentos singulares, sua representação geral enquadra uma diversidade de comportamentos e atitudes engendrando à ideia jurídica de contravenção, associada à condição social da pobreza e do ócio.

Esse quadro genérico classificado como contravenção, da ordem da “vagabundagem ou vadiagem”, são características determinadas a partir dos critérios baseados na prática cotidiana dos classificadores que aliada à ideia do darwinismo social, em voga no século XIX e início do XX, constitui-se em critérios de valores morais que exerceram julgamento eficiente no reconhecimento de “vadios” e “vagabundos” (Sousa, 2010, p. 68 ,69).

Por se tratar de um estudo que visa compreender as relações étnico-raciais através de um determinado elemento cultural, aqui faz-se necessário apresentarmos o que entendemos por conceitos como raça, racismo e como pretendemos trabalhá-lo na nossa pesquisa, pois é de fundamental importância a conceituação destes, já que operam e perpassam alinhados e conectados com outras categorias no nosso estudo, como as categorias de classe e cor. Portanto, é mister que apresentemos, um breve histórico desses conceitos e como ele aparecerá em nossa pesquisa. Entendemos “raça” como uma construção social, onde os sujeitos através do vivido buscam entender a realidade, portanto, o discurso de raça passa pela racionalidade da interpretação do mundo em que vivemos (Guimarães, p. 96). Para Antônio Sergio Alfredo Guimarães a discussão sobre raça:

[...] é o terreno próprio às identidades sociais e o seu estudo trata desses discursos sobre origem [...] São discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências) (Guimarães, 2003, p. 96).

O filósofo Silvio de Almeida afirma que raça não é um termo fixo, sendo seu sentido semântico atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás desse termo há conflito, contingência, poder e decisão, tratando-se de um conceito relacional e histórico.

Sendo assim, a história da raça ou das raças se configura como uma história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas.

Dessa forma, a raça opera através de dois registros que se conectam e complementam. O primeiro diz respeito a raça como característica biológica, onde a identidade racial é atribuída a traços físicos. A segunda configura-se como característica étnico-cultural associada à origem geográfica, à religião, língua e costumes. (Almeida, 2019, p. 18 - 22)

Sobre o racismo levamos aqui em consideração as considerações do historiador Francisco Bethencourt que propõe que ao estudar o racismo, as práticas sociais e políticas são cruciais para seu entendimento amplo. Para o autor, o racismo não é um fenômeno inato partilhado à toda humanidade. Argumenta que o racismo é relacional e sofre alterações com o tempo, podendo ser somente explicado através de sua conjuntura histórica.

Dessa forma, o racismo deve ser analisado a partir de suas práticas, estereótipos e ideias classificatórias como aspectos interconectados, sendo necessário sua compreensão como fenômeno histórico, ou seja, investigar as circunstâncias das práticas sociais de exclusão de determinados grupos. Para o autor, o termo racismo atribui um conjunto de traços físicos e mentais reais ou imaginários a grupos étnicos específicos, baseado na aceitação de que tais características são passadas de geração para geração.

Nessa lógica, os grupos étnicos são categorizados como inferiores àqueles que representam o modelo de referência, justificando a discriminação ou a segregação. Portanto, o racismo tem como alvo não só os grupos étnicos considerados inferiores, mas também os considerados concorrentes. (Bethencourt, 2018, p. 6-10) Em sentido semelhante Silvio de Almeida entende o racismo da seguinte maneira:

o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. [...]. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta ou indireta. [...] (Almeida, 2019, 22, 23).

Durante o século XIX, com o advento das teorias positivistas e do Darwinismo social, apareceu na ciência moderna o chamado racismo científico¹⁰, este se propunha a analisar, categorizar e definir a espécie humana através de raças pré-estabelecidas, ou seja, a partir de sua “raça” um determinado sujeito possuiria uma natureza imanente que definiria seu caráter. Tais teorias, hierarquizavam as sociedades e populações humanas. Explica Antônio Sergio Alfredo Guimarães que a Biologia e Antropologia física criaram a noção de raças humanas, dividindo a espécie humana em subespécies, tal como o mundo animal, e que essa divisão estaria atrelada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos, a depender de seus genes e de sua localização geográfica (Guimarães, 2003, p. 95,96).

Durante o século XIX os negros em condição de escravizados eram entendidos como “coisa”, “propriedade”, “bens”. Após a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, as desigualdades sociais definidas pelo status de "escravizado" passam por uma transformação pautado agora no determinismo positivista das teorias raciais. Antes entendidos como coisa, os libertos adentram o fim desse século XIX e início do século XX, marcados como seres inferiores atestado com provas biológicas da diferença entre as raças. O racismo científico passa a ser introduzido no Brasil como um novo modelo para legitimar a hierarquização e estratificação da sociedade, isto é, apesar de cidadãos na nova configuração republicana, não eram tão cidadãos como os brancos, uma vez que a inferioridade do negro era incontestável.

Dessa forma, o racismo científico no Brasil se desenvolveu de maneira original, vendo o mestiço com um olhar otimista, pois era um passo para o embranquecimento da nação. Paralelo a esse processo, o Estado passou a incentivar a vinda de imigrantes europeus brancos no intuito de salvar o país de sua falência. Portanto, tornar o país mais claro era a forma de salvar o país de seu atraso e trazer à tona a civilidade do mundo moderno (Schwarcz, 2012, p. 24, 25).

Tais teorias aportam no Brasil e encontram solo fértil para sua propagação, servindo de justificativa para a manutenção do poder nas mãos de uma determinada elite, assim como a manutenção da ordem que relegava ao negro ao local da subalternidade, mesmo agora sendo considerados homens “livres”. Levando em consideração que a suposta superioridade dos homens brancos em relação ao negro era dada de maneira incontestável, torna-se necessário

¹⁰ Sabemos que a discussão sobre raça é anterior ao racismo científico. Optamos aqui em iniciar a explanação a partir do racismo científico devido ao fato que este é gestado na modernidade, em um período próximo ao pós-abolição. Sendo determinante na forma como as pessoas negras eram enxergadas. Na verdade, era a inferioridade do negro fundamentada cientificamente. Obviamente, não partilhamos de tais ideais, mas é necessário explicar.

analisar o racismo no período estudado, visto que esse se manifesta através dos discursos de diferenciação dentro da sociedade elitista da época.

Com o fim da escravidão em 1888, os negros tornam-se livres em termos jurídicos. Os ideais republicanos, permitiam no campo das ideias criar expectativas de que os negros poderiam ascender socialmente e conquistar seu lugar nos moldes da modernidade republicana, agora que eram livres. Com a liberdade desses atores históricos, não havia formalmente um sistema que designava um lugar social a eles. Dessa forma, as teorias racistas do século XIX, são utilizadas como instrumento de diferenciação do homem branco ao homem negro. De acordo com o historiador Ricardo Pinto:

O novo cenário que se constitui com a República levanta novas tensões entre os grupos que naquele momento, passaram a disputar os espaços da cidade. Com maior liberdade, mesmo que relativa no caso dos negros, a “ordem” foi desestabilizada. Desse modo, o racismo passa a ser estruturado a partir de duas variáveis: primeira, há um recrudescimento na inferiorização dos homens e mulheres de cor, agora, não mais escravizados, mas sim livres. Segunda, não se reconhecia, em consequência, não se representava esse mesmo grupo como adequado a nova sociedade[...] (Pinto, 2020, p. 46, aspas do autor).

Nesse sentido, não os vendo como grupo adequado em uma República em sua gênese, onde os ideais de uma civilização pautada no modelo europeu espalhavam-se em todo o país, coube aos negros o lugar da discriminação alicerçado no “preconceito de cor”, muito influenciado pelo discurso das teorias racistas elencadas anteriormente. Tal preconceito, era manifesto cotidianamente, sendo alvos de discriminação racial. O preconceito de cor pauta-se também em questões fenotípicas, características externas inerente a cada ser. Quando se fala em cor no Brasil, estamos falando também de raça, pois perpassa por um discurso racial. Concordamos com Antônio Sergio Alfredo Guimarães quando aponta que:

A classificação por cor é orientada pela ideia de raça, ou seja, que a classificação das pessoas por cor é orientada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue, que remontam a uma origem ancestral comum numa das “subespécies humanas” [...] “cor” não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação. Se pensarmos em “raça” como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na ideia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social (Guimarães, 2003, p. 105, 104, aspas do autor).

Carlos Moore afirma que, o racismo limita, a partir do fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também baseado em seu

fenótipo, sendo sua função básica, blindar o segmento hegemônico da sociedade, cuja dominância se expressa por meio de um *continuum* de características fenotípicas, ao passo que fragiliza e torna impotente o segmento subalternizado. (2007, p. 284)

Para Ricardo Pinto, as intuições que se desenvolvem no período da Primeira República, inclusive as esportivas, foram também “contaminadas” com as questões que perpassam pelo preconceito de raça. Para o autor o campo esportivo esteve submerso nesse processo. Essas relações geraram custos e benefícios, sendo que a cor da pele vedava o acesso a tudo aquilo que fosse significativo para o homem branco, especialmente quando o objeto de desejo estava envolvido sob a égide de algo moderno (Pinto, 2020, p. 51).

Sobre as fontes que utilizamos para alcançar nossos objetivos o uso dos periódicos se apresentou como a fonte mais promissora devido a acessibilidade, periodicidade e informações. Entre os periódicos escolhidos temos nossas principais fontes; o jornal *Pacotilha*, o jornal *Imparcial* e o jornal *Folha do Povo*. A escolha desses jornais foi devida aos dois primeiros serem jornais mais voltados as elites locais e o último ter um grande apelo popular, para com isso analisar as percepções dos jornais a respeito do esporte e da população negra no recorte estabelecido. Também como fontes auxiliares nos valem dos periódicos *O Jornal*, *Diário de São Luís* e *Diário do Maranhão* pelo fato de possuir algumas informações de grande relevância para o estudo, assim como a revista *O Esporte* onde é possível encontrar entrevistas dos jogadores que praticaram o futebol no período estudado.

As pesquisas foram realizadas presencialmente na Biblioteca Benedito Leite e Arquivo Público do Maranhão, locais de guarda dos periódicos, assim como na Hemeretoca Digital da Biblioteca Nacional. No caso dos jornais *Pacotilha* e *Folha do Povo*, foram lidos suas publicações diárias uma por uma no recorte temporal estudado. No caso dos outros jornais foram utilizados pesquisa através de palavras-chave, como “football”, “sport”, “negros”, “subúrbio”, “match” entre outras na Hemeretoca Digital.

Segundo René Zicman há várias vantagens de se trabalhar com os jornais como fonte documental, a periodicidade, ou seja, o jornal como arquivo do cotidiano registrando a memória do dia – a – dia, permitindo o estabelecimento de uma cronologia; a disposição espacial de informação possibilitando a inserção do fato dentro de um contexto mais amplo, entre os outros fatores que compõe a realidade (Zicman, 1985, p. 90).

Maria Helena Rolim Capelato ao discutir a importância dos jornais como fonte histórica, discorre as vantagens e possibilidades de se conhecer uma sociedade através dos periódicos. Afirmar a historiadora:

[...] cabe ao historiador fazer reviver personagens e episódios do passado, procurando entendê-los na sua época, ou seja, captando transformações dos homens no tempo. Essa constatação permite afirmar que a imprensa oferece amplas possibilidades para o estudo da história porque nela fica registrada a vida cotidiana de uma sociedade em seus múltiplos aspectos, o que permite o historiador compreender como viveram os indivíduos de outras épocas, não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos (Capelato, 2015, p. 115, aspas da autora).

Nesse sentido, trabalhar com jornais para a construção de um conhecimento histórico torna-se uma tarefa promissora, embora o pesquisador que lide com essas fontes deve estar atento a algumas considerações a respeito da mesma, pois apesar de ser considerado um relato do cotidiano, não devemos considerá-las como fontes precisas, isentas de críticas, pois o jornal é um produto a fim de atender determinados fins daqueles que o produzem.

Segundo o historiador André Jean Tudesq o jornal deve ser analisado a partir de três pontos importantes, ele “reflete todo um sistema legal e econômico; ele é um meio de difusão de informações e de ideias cujo caráter muda ao longo do tempo. E mais importante: o fato jornalístico e o fato histórico não coincidem. Existe ou excesso ou insuficiência de informação.” (Tudesq *apud* Franco Júnior, 2017, p. 384).

Por fim, nossa pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo discorre a respeito da cidade de São Luís a partir da sua contextualização política, econômica e social. A contextualização da cidade fez-se necessária pois é onde a sociedade viveu, e suas tensões são latentes se olharmos com cuidado as questões que envolveram o ambiente citadino. Pelo contexto político podemos analisar a manutenção do poder nas oligarquias locais¹¹ e a pouca participação na política local das classes populares, assim como analisar os motivos que levaram os negros a serem considerados cidadãos de segunda categoria.¹² O contexto econômico abordou a formação de uma elite industrial, a crise da economia agroexportadora e a construção do parque fabril assim como as formas de sobrevivência do operariado

¹¹ Oligarquia é um conceito que possui ampla elasticidade. Entretanto, aqui compreendemos por oligarquia como um alinhamento faccional político, onde há a manutenção do poder por parte de um grupo político. Aqui é entendida como uma peça fundamental na construção do Estado Brasileiro. Portanto, levamos em consideração oligarquia política nos termos de Flavio Reis “para designar a categoria dos políticos que exerceram as funções de mediação entre província e governo central e de organização da disputa política no âmbito regional” (Reis, 2007, p. 22) Ou seja oligarquias políticas, onde as funções de mediação vão além da lógica familiar. Nesse sentido, entendemos oligarquia não como núcleos familiares, mas sim grupos políticos que possuem interesses em comum e que estão em mediação direta com o governo central para alcançar seus objetivos. Esses objetivos, em geral, são as manutenções do poder no seio desse ou daquele grupo.

¹² Classificamos dessa forma em razão da aversão das elites brasileiras à figura do negro, que, segundo essas elites, não se alinhava aos elementos da modernidade. Essa visão levou à promoção de políticas de branqueamento, justificadas pelo discurso da “melhoria da raça”, que estavam intrinsecamente ligadas ao racismo científico. Assim, cidadãos de segunda categoria: embora livres, eram indesejados na nova dinâmica econômica e social.

maranhense. O contexto social abordou a modernização, políticas higienistas e o local do negro na sociedade maranhense do século XX.

No segundo capítulo, nos apoiando de pesquisas de outros historiadores discutimos a introdução do futebol em diversas regiões do Brasil afim de demarcar similaridades e dissonâncias em torno desse processo. Posteriormente, abordamos a introdução do futebol em São Luís, examinando o papel do indivíduo considerado o responsável por trazer o esporte para a cidade, Nhozinho Santos. Faremos uma análise detalhada da história conhecida sobre essa introdução, oferecendo uma nova perspectiva sobre o tema. Este exame foi essencial para que compreendêssemos as particularidades da presença do esporte bretão em São Luís, especialmente considerando que o esporte foi introduzido com ideais originários da Inglaterra. Através dessa análise, foi possível perceber que o futebol, enquanto prática esportiva, funcionava como uma ferramenta de distinção social. Em São Luís, um solo fértil com marcadas diferenças sociais e raciais, o esporte encontrou um ambiente propício para a reprodução dessas distinções.

No terceiro capítulo apresentamos o contato da população negra com o esporte bretão através das escolas militares, dos jogos dos clubes das elites e dos jogos na rua, onde frequentemente os sujeitos eram “vagabundizados”. Foi discutido a profissionalização como meio de sustento por parte da população negra em um cenário onde o futebol amador era fervorosamente defendido e a dinâmica dos clubes da periferia da cidade. Em síntese, analisamos as bases que possibilitaram aos negros participarem dos círculos fechados nos clubes das elites na década de 1920, assim como eles eram percebidos pela sociedade.

CAPÍTULO 1: São Luís na virada do século XIX-XX.

Neste capítulo iniciamos nossa discussão discorrendo a respeito da cidade de São Luís enfocando em suas transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram no final do século XIX e tiveram grande impacto na dinâmica da urbe durante o início do século XX. Essa contextualização, faz-se necessária devido entendermos que esses três pilares de observação nos dão subsídio suficiente para elucidar a situação dos indivíduos que viveram na cidade durante o período proposto nesta dissertação.

Importante destacar que para o seu desenvolvimento, utilizaremos fontes bibliográficas que versam sobre o período do Pós-Abolição e da Primeira República. Dessa forma, nosso principal meio de representar a realidade desses longínquos tempos é através da historiografia.¹³ Como afirma José D'Assunção Barros (2022, p. 39) “estamos abordando a obra historiográfica conforme a finalidade a que ela se presta: a de oferecer uma representação da história, ou uma visão sobre determinado tema produzida por um historiador.” Portanto, a historiografia a respeito das temáticas de Pós-Abolição e a Proclamação da República nos darão sustento para a análise dos temas em âmbito nacional, assim como as relações com as características singulares do aspecto local, uma vez que há multifacetadas realidades em um país de aspecto continental como o Brasil.

Sendo assim, mesmo que, na Primeira República, São Luís apareça relacionada aos “mandos” do governo central não significa dizer que a política da região não era dotada de características próprias ao passo que há similitudes com o cenário de outras regiões, assim como o Pós-Abolição significou ao negro ludovicense impactos próprios. A realidade de São Luís também há peculiaridades ao mesmo tempo que há proximidade com a realidade de outras regiões. Nesse sentido, analisar esses dois processos nos utilizando da historiografia nos abre um leque de possibilidades para compreendermos o nacional e local.

Entendemos que esse recorte é imprescindível para que consigamos traçar uma trajetória percorrendo a discussão da formação das elites políticas e oligárquicas de São Luís e seus anseios em torno da cidade e do processo de modernização, urbanização e distinção dos espaços enquanto classe dominante, assim como o aspecto econômico dessa cidade, onde serão analisados a crise econômica que ocorreu no final do século XIX e o crescimento fabril como meio de saída desta.

¹³ De acordo com José D'Assunção Barros “Historiografia – ou História – pode ser compreendida como o vasto universo de realizações produzidas até hoje por todos os historiadores e autores de História. Neste sentido, a Historiografia é a ‘História escrita’; de modo que não é à toa que a expressão indica literalmente isto (historiografia)” (Barros, 2022, p. 17, grifo do autor).

Por fim buscamos compreender os aspectos sociais de São Luís, visando perceber principalmente o lugar dos pobres e negros nessa sociedade. Dessa forma, nos propomos compreender a organização do mundo político e sua relação com as diretrizes e projetos econômicos e de hierarquização da sociedade.

De antemão, cabe destacar, que aqui nos valem introdutoriamente dos estudos que focaram na ampliação de um saber histórico a respeito da cidade enquanto parte da ciência histórica, ou seja, a cidade como objeto de estudo da história. Essa perspectiva nos auxiliou a atender nosso objetivo de representar a cidade de São Luís, no período estudado, a partir de seu espaço urbano e de sua organização social que fomentaram distintas experiências e sociabilidades dentro do mesmo sítio urbano, pois a cidade é o *locus* onde as coisas acontecem, podendo ser lida como espaço de transformações de dimensões econômica-sociais.

As interpretações sobre a cidade são variadas, múltiplas e distintas. Durante o percurso de construção do saber sobre as cidades muitas foram as maneiras de interpretá-las, *a priori* esse trabalho era destinado a poetas, cronistas e romancistas, teólogos, arquitetos e filósofos. Entretanto, a partir do século XIX, refletir sobre as cidades tornou-se objeto de outras áreas do conhecimento humano, sobretudo com o advento do iluminismo e do capitalismo. Historiadores, sociólogos e antropólogos se debruçaram a respeito do “viver urbano”, suas mutações, as diferenças em relação a outros ambientes sociais, como o campo, e também compreender os variados tipos de vida social que podiam estar abrigados nas formações de uma urbe (Barros, 2007, p. 10).

Segundo o historiador Charles Monteiro, durante o século XIX a partir da industrialização as cidades tornaram-se uma variável basilar no que tange a compreensão da organização social e política da sociedade ocidental. Algumas cidades tornaram-se centros mundiais de tráfego de informações, capitais e pessoas, agregando uma rede de lugares e não-lugares.¹⁴ Essa tensão se aprofunda no início do século XX, onde as cidades passam por um acelerado processo de urbanização (Monteiro, 2012, p. 102).

Seja ela concreta ou imaginada,¹⁵ a cidade possui uma estrutura física, concreta no qual se sustenta uma sociedade que se coloca na reconstrução e reapropriação dessa estrutura

¹⁴ Não-lugar é um conceito introduzido na Antropologia por Marc Augé, a qual define como "um espaço que não pode se definir como identitário, nem como relacional, nem como histórico." (Augé, 1994, p. 73) Para o autor o não-lugar, não existe de forma pura, sendo possível que lugares se reconstituam nele. Dessa forma, "as vias aéreas, ferrovias, rodoviárias" (Augé, 1994, p. 74) são exemplos de não-lugares.

¹⁵ Classificações propostas por Sandra Jatahy Pesavento no qual aborda a cidade a partir da dimensão da sensibilidade. Para a autora “cidade sensível é uma cidade imaginária construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traçado, a forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e

urbana, nas suas múltiplas leituras e redirecionamentos. A cidade é representação do próprio plano urbano que o projeta. No momento em que um plano de cidade é concebido por um homem ou grupo específico, eles trazem para o traçado urbano e para o projeto de urbe suas visões de mundo e universo cultural no qual estão inseridos. Contudo, vale salientar que cada habitante contribui microscopicamente para um traçado que revelará uma concepção geral de mundo, independentemente de sua posição. Portanto, podemos afirmar que a cidade é uma obra coletiva (Barros, 2007, p. 133). Seguindo a mesma linha argumenta Charlles Monteiro,

Como um cristal, a cidade decompõe em um amplo espectro a luz que projetamos sobre ela. O habitante confere significados e sentidos às suas práticas no espaço urbano. No passado, médicos, sanitaristas, engenheiros, urbanistas, políticos e homens de letras pensaram e produziram seus discursos de poder, normatização e controle sobre a cidade e seus habitantes (Monteiro, 2012, p. 101).

A cidade pode ser entendida como o objeto da produção de imagens e discursos que atuam no lugar da materialidade e do social e paralelamente os representam. Nesse sentido, ela é um fenômeno que se traduz pela percepção de emoções e sentimentos transpostos no viver urbano. São resultado do pensamento, uma cidade sensível e uma cidade pensada. A cidade sensível é uma cidade imaginária construída pelo pensamento que identifica, classifica e qualifica o traçado, a forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível (Pesavento, 2007).

É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória; que passamos a considerar uma cidade como metrópole, realidade urbana que, desde o seu surgimento, causou uma revolução na vida, no tempo e no espaço; que criamos as categorias de cidadão e de excluído para expressar as diferenças visíveis e perceptíveis no contexto urbano fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar e da palavra que qualifica; que falamos de progresso ou de atraso, que distinguimos o velho do antigo; que construímos a noção de patrimônio e instauramos ações de preservação, ou, em nome do moderno, que redesenhamos uma cidade, destruindo para renovar (Pesavento, 2007, p. 15).

A partir dessas considerações, não abordamos a cidade nos limitando apenas às suas características físicas e estruturais, devemos levar em consideração a cidade como um lugar de relações que o ser humano constrói com o espaço e com o outro. Dessa forma, entendemos que a cidade é um espaço político, social e econômico, onde está intrinsecamente conectado

visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível. A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam na e por causa da cidade” (Pesavento, 2007, p. 14).

com o viver em coletividade e estabelecer regras de convívio, tornando-se palco para disputas e relações de poder, onde podemos observar o embate entre a “cidade real” e a cidade “imaginada”.

Portanto, é correto afirmar que cidade é sociabilidade, pois ela inclui atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. A cidade é um fenômeno cultural que está interligado a construção de um *éthos*, um *modus vivendi* que atribui valores para aquilo que chamamos de “urbano”, logo, esses atributos as colocam como indissociáveis ao sentido humano da cidade como lugar do homem, moradia de muitos que compõe uma complexa, embricada e renovada rede de relações sociais (Pesavento, 2007, p. 14). São Luís no recorte proposto nesta dissertação como um lugar imaginado pelas elites locais, entretanto os projetos dessa elite colidiam com o modo de vida da maioria da população. Dessa forma, nos valem da afirmação de Sandra Jatahy Pesavento ao analisar os projetos de cidade em fins do século XIX:

As inversões entre a cidade real e a ideal se completam, num processo de negação da identidade colonial. As oposições antitéticas entre novo e velho, progresso e tradição se traduzem numa associação da cidade colonial ao popular e as manifestações da cultura do povo e as sociabilidades presentes junto às camadas subalternas são identificadas como sinônimos de atraso. Suas práticas sociais serão condenadas, enquanto hábitos e costumes, assim como serão igualmente condenados os espaços que os pobres frequentam (botequins, quiosques) ou os prédios onde moram (cortiços, casas de cômodos). Há uma curiosa operação de “limpeza” da memória social, varrendo-se tudo aquilo que possa evocar o “popular” e o “antigo”, que é preciso superar (Pesavento, 1999, p. 169, aspas da autora).

Assim, entendemos que a cidade é além de sua estrutura, um lugar do humano, social, político e a partir das noções de cidade aqui elencadas partiremos para a contextualização da cidade de São Luís, por compreendermos que os espaços da urbe e a presença de sujeitos marginalizados perpassam por questões políticas, econômicas e sociais e é a partir desses três pilares que conseguiremos refletir a respeito da complexa relação entre classes políticas, economias e mundos do trabalho, ocupação de espaço público e privado, assim como higiene.

Pois o que está em jogo dentro de tudo isso, é também um projeto de cidade, uma São Luís que busca se “modernizar” seguindo padrões cariocas e das urbes europeias. É uma São Luís que tem no Pós-Abolição a entrada de novos atores no mercado de trabalho, na dinâmica da cidade e das instituições que fazem parte dela. Por isso a necessidade de observarmos esses três prismas para entendermos essa complexa teia que não é isenta de conflitos sociais.

1.1 As implicações da Abolição da Escravidão e Proclamação da República em São Luís na Primeira República.

Com o intuito de entendermos o contexto político em fins do século XIX, é necessário que abordemos dois acontecimentos muito importantes que marcaram e influenciaram o cenário político brasileiro, sendo eles, a abolição da escravidão e a Proclamação da República. Esses dois fatores contribuíram para formar o quadro político, social e econômico no início do século XX. Isso se deve ao fato de que ambos os processos se encontram sob a égide da modernidade.

Sendo assim, destacam-se as questões de que forma essa “modernidade” chegou ao Brasil? Especificamente em nosso caso São Luís e de que forma essa “igualdade”, “cidadania” foi vivida pelos indivíduos? Esses questionamentos podemos responder analisando a situação política de São Luís. Por isso, cabe aqui um breve panorama político dos fins do século XIX, nos preocupando em entender o quadro da transição de Império para República.

Segundo Raymundo Faoro (2001, p. 592) ser moderno para o brasileiro dos finais dos séculos XIX e início do século XX significava estar a par das ideias liberais. Era entregar o indivíduo a par de si mesmo, confiante que o progresso iria corrigir o atraso e a miséria. Além de valorizar a livre concorrência, da oferta e demanda, sem intervenções protecionistas.

Em concomitância a esses ideais estava o debate em torno da abolição da escravidão. Na década de 1880, as discussões foram ampliadas e aqueles que defendiam a abolição do sistema escravista, pautados em ideais do liberalismo político e econômico, produziram um discurso ideológico que o trabalho livre era mais produtivo que o trabalho escravizado, tendo em vista que o trabalho livre não desmoralizava, assim como estimulava os trabalhadores (Pereira, 2006, p. 134). O discurso liberal representava a escravidão como um câncer, uma ferida social nacional a ser curada, portanto defender a abolição era uma obra de civilidade.

Para Emília Viotti da Costa (1999, p. 455) a abolição da escravidão foi um golpe certeiro na estrutura senhorial que alicerçava a monarquia. A classe senhorial foi impactada com as novas exigências advindas a partir da modernização da economia. As novas oligarquias que surgiram com ideias republicanas já se movimentavam para modernizar os métodos de produção. Pelo menos até a década de 1880, os setores mais progressistas já se preparavam para a utilização do trabalho livre. A abolição da escravidão e a Proclamação da República foram resultados de mudanças ocorridas na estrutura econômica a nível institucional. Essas mudanças econômicas geraram a destruição dos sistemas tradicionais políticos. Contudo, apesar da Proclamação da República, o regime implantado reduziu o

“povo” aos proprietários agrícolas e grandes comerciantes, portadores dos anseios e necessidade de toda a sociedade, capazes de falar em nome de todos. Em outras palavras, democracia apenas no papel (Faoro, 2001, p. 592).

Portanto, é válido afirmar que a abolição da escravidão está envolta no advento moderno pois ela significou a abertura do mundo do trabalho para o modelo de trabalhador livre assalariado (modelo vigente com a expansão do capitalismo na Segunda Revolução Industrial Inglesa) e a Proclamação da República significou a aproximação de um modelo de governo pautado nos ideais de liberdade e igualdade, contudo difuso já que mesmo com os ideais nascidos da Revolução Francesa de igualdade, na prática não se configurou como uma possibilidade real.

As eleições diretas foram introduzidas no Brasil em 1881 ainda no governo Monárquico, onde 10% da população podia votar, gozando assim de um relativo nível de participação no sistema político. Com a Proclamação da República o voto direto se torna mais restritivo abarcando 2% da população. Essa diminuição da porcentagem dos participantes no “novo” sistema político implementado deu-se pela obrigatoriedade da alfabetização, que foi entendido naquele momento como um indicador de renda legal.¹⁶ Sendo assim, a obrigatoriedade da alfabetização se configurou como uma barreira poderosa em relação a participação e expansão do eleitorado em um sistema dito democrático (Carvalho, 1987, p. 43, 44).

Essa condição restritiva da participação política estava alicerçada em uma distinção entre sociedade civil e sociedade política, fomentada desde a Constituição de 1824, onde havia a clara separação entre cidadão ativo e cidadão simples. Categorias criadas como forma de delimitar e hierarquizar a condição do ser cidadão. Ao cidadão ativo era garantido os direitos civis e políticos, dessa forma se constituíam como cidadãos plenos. Vale salientar que nessa concepção o direito político não é um direito considerado como natural, ele é concedido apenas por quem a sociedade julgar merecedor dele, pois o voto antes de ser um dever é entendido como uma função social e como função social era concedido àqueles que eram considerados suficientemente “preparados”. Aos cidadãos simples era garantido apenas os direitos civis (Carvalho, 1987, p. 44).

¹⁶ De acordo com Alexandre de Oliveira Bazilio de Souza as reformas eleitorais em torno do voto de analfabetos e pobres foram aceitas por parlamentares ainda no período monárquico, através da Lei Saraiva de 9 de janeiro de 1881. A referida lei diminui em quase 90% do eleitorado brasileiro no período, sob o discurso que a massa de analfabetos corrompia as eleições do país. Para o referido autor, a proibição do voto analfabeto não foi um dos condicionantes principais para a diminuição do número de votantes, mas sim o isento de prova de renda do funcionalismo público, criando eleições ilhadas. (Souza, 2011)

Como dito anteriormente, por entenderem o voto como função social, apenas aqueles que eram considerados suficientemente capazes de preservar as instituições políticas eram detentores desse privilégio. Ficavam excluídos desse processo seja pela renda ou alfabetização; as mulheres, os pobres, os mendigos, os menores de idade, os praças de pré, os membros das ordens religiosas, ou seja, ficava de fora do jogo político grande parte da população. Tal separação assinalava, de certa forma, uma ação discriminatória, pois a Constituição garantia instrução primária gratuita a todos os **cidadãos**. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se obrigava a saber ler e escrever para o exercício do voto, excluía-se o papel do Estado na garantia do fornecimento da instrução primária (Carvalho, 1987, p. 45).

Portanto, em termos da expansão dos direitos civis e políticos, a República não obteve êxito, aliás nem era esse seu propósito. Algumas medidas tomadas por esse sistema de governo podem ser lidas como tentativas democratizantes, pois buscavam descentralizar o poder. Algumas dessas ações foram a eliminação do Poder Moderador, o fim do Senado Vitalício e Conselho de Estado, assim como a introdução do federalismo, onde todos os Estados respondiam ao Governo Central, mas em certa medida eram autônomos. Entretanto, não vieram acompanhadas da ampliação da cidadania política, o que se verificou foi o efeito contrário, o poder ficou restrito às classes dominantes tanto rurais quanto urbanas (Carvalho, 1987, p. 45, 46).

No início da República nasceram ou desenvolveram-se diversos arquétipos e concepções de cidadanias, geralmente incompatíveis e dissonantes entre elas. A mudança do regime político gerou horizontes de expectativas¹⁷ em distintos setores da população, uma vez que era esperado em um sistema, dito democrático, a expansão dos direitos políticos e de redefinição dos papéis na sociedade brasileira. Contudo, os vitoriosos da República cingiram-se ao modelo positivista e liberal da cidadania, onde ampliava-se os direitos civis e sociais ao passo que se restringiam os direitos políticos, assim como tomavam medidas para negar os meios de conquistá-los. Dessa maneira, era garantida a manutenção do poder nas mãos das

¹⁷ Koselleck afirma que a história é concebida como conhecimento de experiências alheias, pois na experiência fundem-se a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais ou não precisam estar presentes no conhecimento. Da mesma forma a expectativa se perfaz no hoje, uma espécie de futuro presentificado. É a tensão entre experiência e expectativa que faz surgir o tempo histórico. Dessa forma, ambas as categorias fazem parte do processo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. Experiência e expectativa embora indissociáveis são categorias distintas. Experiência é algo acumulado, já as expectativas podem alternar a qualquer momento. (Koselleck, 2006, 306 - 310) Portanto, a partir das categorias de experiência e expectativa, São Luís no período republicano pode nos abrir caminhos para explicitar tais categorias, pois a elite ludovicense acumulou em seu espaço de experiência a manutenção da hegemonia, seja econômica ou política e ansiavam expectativas de modernidade na passagem para a República. Assim, como a população de pobres e libertos que acumulando experiências de subalternidade criam horizontes de expectativas com a República, a partir do que seria a cidadania e promessa de igualdade.

elites dominantes sem que houvesse a inserção dos setores subalternos nas instituições políticas, como as barreiras impostas a partidos operários. Portanto, o liberalismo foi utilizado como meio de consolidação do poder (Carvalho, 1987, p. 65).

Hebe Mattos (2013, p. 287- 289) considera que a cidadania para a população negra liberta era um exercício de retórica por parte do pensamento jurídico ou pelos artigos emancipacionistas dos jornais, dessa forma com a República os libertos estavam sujeitos a uma legislação de exceção, principalmente no que se concerne à obrigatoriedade de tomar contrato de trabalho, instrumento de distinção dos libertos em relação aos homens e mulheres nascidos livres, os “cidadãos brasileiros”. A mencionada autora considera ainda que os significados de cidadania e liberdade para essa população liberta era uma farsa se levado em consideração seu uso politicamente. Já em termos civis garantia as liberdades clássicas como o direito de ir e vir, possuir propriedades, liberdade de opinião e a integridade física.

Sobre a Proclamação da República cabe aqui também um breve histórico do seu desenvolvimento. O discurso republicano brasileiro tinha como norte os modelos americanos e francês. Do modelo norte-americano as ideias de governo federativo, autonomia dos estados em face a descentralização política eram bem vindas entre os liberais brasileiros. Do modelo francês o fim do Império e a participação “popular” eram a carta da vez. Os grêmios republicanos do final do século XIX compostos em sua maioria por profissionais liberais, passam por uma transformação com a crise Imperial, inserindo-se nesse debate grandes fazendeiros (Reis, 2007, p. 70).

Como se sabe a crise imperial no Brasil resultou de disputas dos interesses dos cafeicultores paulistas e as pressões do setor militar, classes médias urbanas, profissionais liberais. Esses setores se viam inferiorizados no esquema da administração do Império. O centro econômico do Brasil, entendidos como Minas Gerais e São Paulo encontrava-se desprovido de influência política ao passo que os militares responsabilizavam sua posição de inferioridade à influência dos políticos (Reis, 2007, p. 70).

Emília Viotti da Costa (1999, p. 451) aventa que a crise nas oligarquias tradicionais ligadas ao latifúndio, à abolição da escravidão, o início do processo de imigração, a industrialização e urbanização contribuíram para ruir a monarquia. O regime imperial impossibilitado de solucionar as questões relacionadas pela emancipação do trabalho escravizado perdera o prestígio entre as oligarquias e militares, sendo derrubado por elas. As alas progressistas interessadas em monopolizar o aparelho administrativo do Estado abraçaram ideias como a abolição, a reforma eleitoral, a federação e por fim a República. Ao lado do núcleo progressista rural estavam as classes médias, que almejavam entrar no jogo

político, com uma participação ativa, embasados nas ideias democráticas. Sendo, assim a República foi o resultado da aliança entre grupos da classe média brasileira com representantes do setor progressista da classe senhorial. Os militares, alinhados com os desejos da classe média e fazendeiros do Oeste paulista, realizaram a mudança de regime.

Ainda de acordo com Emília Viotti da Costa (1999, p. 459) os militares não foram simples instrumentos dos civis para alcançar seus anseios republicanos. Eles possuíam algumas convicções republicanas. Estavam confiantes de que resolveriam os problemas do Brasil findando a monarquia e instaurando a República.

Apesar de tardio se comparado a outras regiões do Brasil, o movimento republicano em solo maranhense ganhou maior notoriedade entre os setores da elite política do Estado, após a Abolição da Escravidão. Essa “adesão” aos ideais republicanos estava alicerçada pelas promessas de indenização aos grandes fazendeiros pela expropriação da mão de obra escravizada e o incentivo a imigração de estrangeiros para ocupar a lacuna dos postos de trabalhos que a abolição da escravidão abriu (Jesus, 2012, p. 136).

O trabalho escravizado se caracterizava pelo fato de que os sujeitos explorados eram tidos como mercadoria, seu trabalho era compulsório não havendo proventos gerados para o explorado, enquanto o trabalhador livre, vendia sua força de trabalho, entretanto privado de acessar os meios de produção. A cidade de São Luís passava por uma profunda crise no setor agrícola, já que o modelo econômico adotado pelas elites econômicas da cidade, era a exportação de *commodities* para atender os mercados europeus, principalmente focando sua produção em algodão e açúcar. A partir da abolição, a situação econômica do Maranhão e, por conseguinte São Luís sofreu devido à falta de competitividade do produto maranhense e pelas altas dívidas que os grandes fazendeiros possuíam.

No Maranhão, a crise do Império e a passagem para o regime republicano têm duas dimensões, sendo uma política e outra econômica. A dimensão política resultou das dificuldades das elites dirigentes em absorver o aumento das disputas intra-oligárquicas, o que gerou um processo de fragmentação interna das oligarquias que governavam o Estado. A econômica foi a aceleração da crise do sistema exportador que enfraqueceu os grandes fazendeiros (Reis, 2007, p. 71).

A crise do sistema do sistema exportador condicionada após a abolição, aumentou a dependência dos políticos de origem rural em relação as atividades e alianças políticas no meio urbano. Ao mesmo tempo com a organização do sistema econômico em São Luís, o setor empresarial encontrava-se fortalecido, aumentando a influência da comunidade empresarial nos assuntos políticos. Explica Dorval Nascimento:

[...]a abolição da escravidão e o fim do Império, que significou, no Maranhão, o ápice da crise da grande lavoura agroexportadora, implicaram no enfraquecimento dos grandes proprietários rurais, tornados intermediários entre a pequena lavoura e os comerciantes da capital, e sua dependência em relação ao exercício da política no meio urbano, notadamente na capital, fortalecendo os políticos “profissionais” em ascensão desde o Império. A crise da grande lavoura consolidou também o processo de integração da economia regional ao mercado nacional, com as grandes casas comerciais de São Luís comandando todo o sistema econômico regional, e ainda a diversificação de investimentos, inclusive urbanos, no caso da criação de fábricas de tecidos e óleo de babaçu, dinamizando a vida urbana na capital do Estado, autodenominada então de Manchester do Norte (Nascimento, 2011, p. 5, aspas do autor).

Com isso, após a Proclamação da República em 1889, houve no Maranhão, uma renovação das oligarquias locais. Saía de cena os grandes proprietários rurais e se inserem nesse núcleo intra-oligárquico uma nova geração bacharelesca que seguia o caminho tradicional das elites políticas, ou seja, iniciam-se pela Faculdade de Direito do Recife e posteriormente passavam a ocupar um cargo administrativo no Estado (Reis, 2007, p. 71, 72).

Essa mudança de cenário permitiu que esse novo núcleo se assenhorasse da carreira de Estado da política republicana. O objetivo era claro, monopolizar os aparelhos administrativos para intermediar os interesses privados conjuntamente com o governo central, assim como os interesses locais.

De acordo com Flávio Reis (2007, p. 86) o modelo organizacional político-administrativo realizado no Brasil não foi devido a um pacto entre estados, mas sim um acordo entre grupos oligárquicos regionais e o poder central. Existia uma relação entre os estados mais pobres da federação em relação aos estados que encabeçaram a Proclamação da República. Entretanto, a relação entre oligarquias regionais e poder central gerou uma tensão nas relações entre o Poder Executivo Federal e os estados. Os estados brasileiros sofriam intervenções diretas do poder central, pois estava em jogo o controle das disputas intra-oligárquicas. No caso maranhense oposição e situação utilizavam o apoio do governo central para ascender ou permanecer no controle do aparelho estadual. Vale destacar que apesar desse jogo clientelista¹⁸, o governo central não se configurava como guardião da autonomia estadual

¹⁸ A noção de clientelismo aqui elencada é pautada na definição de José Murilo de Carvalho que afirma que o clientelismo perpassa toda a história política do Brasil. Para o autor, o clientelismo assemelhasse ao mandonismo, entretanto o primeiro acontece bilateralmente entre os envolvidos. As relações clientelísticas se dão, por exemplo, entre o governo, políticos ou setores da população, podendo haver mudanças de parceiros nessas relações. No caso brasileiro, deputados trocam votos por empregos e serviços públicos, dessa forma ao passo que os chefes políticos perdem a capacidade de controlar ou angariar votos, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo que passa a tratar com os eleitores diretamente transferindo e modificando as relações de clientela. Portanto, é um jogo volátil no qual os atores envolvidos estão em constante processo de troca de favores para obtenção do exercício do poder ou manutenção de privilégios. (Carvalho, 1997, s/n)

e ao mesmo tempo as oligarquias não conseguiam dominar o campo político sem a presença da utilização instrumental do governo federal.

Dois processos foram importantes para que as oligarquias maranhenses passassem por essa recomposição. O primeiro deu-se em relação aos embates referentes a herança das redes de lealdades que estava entranhado nos agrupamentos políticos mais antigos, esses embates geralmente tinham relação com a definição das novas lideranças do cenário político regional. O segundo refere-se à fragilidade inicial da estrutura de sustentação política envolvendo o governo central. Durante essa fase inicial da República no Maranhão ocorre a fragmentação interna das oligarquias onde os embates referentes à organização de novas correntes políticas se enredam às intervenções do governo central na nomeação dos cargos políticos, principalmente dos governadores (Reis, 2007, p. 72, 73).

Dessa maneira, ocorrem passagens rápidas de diversos sujeitos nos cargos políticos no início da República no Maranhão. Essas sucessivas trocas são decorrentes de velhas relações de amizades e redes clientelistas, não existindo assim um situacionismo, caracterizado pela capacidade de um grupo conseguir a manutenção do poder administrativo através da orientação política aos demais. O que existe é um complexo jogo clientelista movido principalmente pelos interesses próprios daqueles que ocupavam os cargos (Reis, 2007, p. 74).

Vale destacar que durante a mudança de regime, viveu-se um clima de insegurança em São Luís, pois o uso abusivo da força policial nos primeiros anos de República na cidade fez com que até mesmo as classes dominantes vivenciassem tal clima de insegurança social. O medo era o principal instrumento para a manutenção do regime. Como exemplo a emissão de Decretos de fuzilamento para inibir a ação de monarquistas (Jesus, 2012, p. 137, 138). De acordo com Matheus Gato de Jesus, o romance *Nova Aurora* de Astolfo Marques perpassa os 29 dias marcados por prisões arbitrárias, deportações e fuzilamento, perseguição e tortura dos populares. Dessa forma, o autor coloca o governo provisório que assumiu os primeiros anos da República como um dos períodos mais sombrios da vida política maranhense pelas ações da Junta Republicana. (Jesus, 2015, p. 106)

Jerônimo de Viveiros explica que essa tensão vivida nos primórdios da República foi gerada também pelos desmandos dos ex-escravizados que viviam em São Luís. Enchiam a cidade e ameaçavam a tranquilidade pública. Era comum a distribuição de surras e bolos nas solas dos pés daqueles que eram vistos como ameaças ao novo regime, ou seja, os ex-escravizados (Viveiros, 1960, p. 22).

Um caso emblemático nesse período de transição foi o Massacre ocorrido no dia 17 de novembro de 1889, onde a população negra liberta de São Luís se dirigiu ao Jornal *O Globo* no intuito de protestar contra a República, com medo pela re-escravização e revogação da Lei Áurea, ameaçando os direitos adquiridos com a Abolição da Escravidão (Jesus, 2010, p. 82).

Matheus Gato (2012, p.150) percebe a passagem da Monarquia para a República em São Luís como um período marcado por contradições. Republicanos que objetivavam o poder pessoal, em contra partida à custa da ideia de cidadania. O perfil político daqueles que defendiam a República eram marcadamente conservador, ex-senhores sentindo-se traídos pela Monarquia pela ausência da indenização após a abolição da escravidão. Essas ações violentas sinalizam uma falha em enquadrar a população nos modelos republicanos que as oligarquias objetivavam. Matheus Gato de Jesus explica que

A estruturação de oligarquias estaduais profundamente patrimonialistas colocou na ordem do dia a questão dos limites do interesse privado na condução da coisa pública. Por outro lado, a vigência do racismo científico nas principais faculdades do país alimentava o medo e a crença de que todo esforço de progresso nacional pudesse esbarrar na força degenerativa do sangue africano que inunda o corpo colorido do povo brasileiro. Numa frase: imperativos como a existência de um povo incivilizado, a corrupção política desenfreada, a força da luta das raças decidindo silenciosamente o destino das nações, eram imagens de um mundo incapaz de abrigar uma identidade nacional a um só tempo moderna e genuinamente brasileira (Jesus, 2012, p. 165).

Incivilizados, degenerados, incapazes eram palavras utilizados para designar pessoas negras e pobres, sendo apenas os donos do poder aqueles que levariam a São Luís Republicana no rumo da modernidade e civilidade. Esse quadro se torna mais evidente quando analisamos a ocupação profissional daqueles que ocupavam os cargos públicos durante a República.

Flávio Reis (2007, p. 91, 92) demonstra que eram principalmente três grupos que compunham os cargos políticos a partir de suas profissões: ligados as atividades econômicas (comerciantes, industriais, agricultores e criadores), profissões liberais (advogados, médicos, jornalistas), administração (funcionários públicos, oficiais do Exército ou Marinha) (Reis, 2007, p. 91, 92).

As profissões apontadas por Flávio Reis exigiam um prévio aporte financeiro ou a detenção de um curso superior, algo inacessível as camadas populares de São Luís. Portanto, a Primeira República é marcada por uma elite política financeira (comerciantes, fazendeiros e industriais) e bacharelesca (profissionais livres – médicos, advogados, jornalistas, entre

outros), pelejando numa arena política em prol de seus interesses e de seus partidos ou oligarquias onde aqueles que na teoria haviam ganhado espaço no jogo político não tinham vez. O futuro de São Luís assim como seu progresso estava nas mãos de uma intelectualidade que via as classes menos abastadas como sinônimo de atraso. Como afirma Matheus Gato de Jesus (2012, p. 144) “o recurso aos símbolos do poder senhorial pelas forças da República era um recado explícito à população negra de que o novo regime era a velha tirania de sempre.”

Ao estudar o conto escrito por Astolfo Marques intitulado “O discurso de Fabricio” publicado em 1903 na Revista do Norte, Matheus Gato de Jesus nos dá pista de como a população mais pobre recebeu as ideias republicanas em São Luís. No conto, o personagem principal é um republicano de grande prestígio da cidade. Ele é um homem vindo do povo, chefe da Usina Maranhense, mas apesar do cargo, ele pertence ao proletariado, ao chão de fábrica. Ao analisar esse conto, o autor detalha que a República era tida como uma ideia longínqua do universo cultural dos trabalhadores, e ao mesmo tempo havia aqueles que não acreditavam na possibilidade da realização da cidadania através do novo regime. (Jesus, 2012, p.141).

Por fim, a República apesar de ter alterado as estruturas políticas e econômicas da sociedade, acabou por consolidar a permanência da estrutura de dominação vigente. Apesar de livre, a população negra permaneceu na subalternidade. Uma sociedade marcada pelo racismo e pela segregação. O lugar do negro nessa sociedade republicana e civilizada era relegado a pobreza e discriminação racial.

1.2 Um olhar sobre a economia maranhense na Primeira República

Antes de iniciarmos nossa discussão a respeito da economia maranhense no período aqui recortado, consideramos de fundamental importância fazermos um balanço da introdução do negro em terras maranhenses através de seu emprego como mão-de-obra escravizada. Esse balanço, tem como objetivo compreender como a partir das condições de sujeitos escravizados, os negros foram a força motriz para o funcionamento e relativo sucesso da empreitada do sistema agroexportador. Além de entendermos a derrocada da economia a partir da abolição¹⁹ e a construção do parque fabril de São Luís como meio de novos investimentos para a elite econômica que buscava se desvencilhar da crise.

¹⁹ Entendemos que a economia maranhense já estava em crise muito antes da abolição, e a partir dela foram apresentados discursos que “asseguravam a reprodução das relações de dominação de que se beneficiavam os ricos comerciantes e, sobretudo, os proprietários rurais.” (Pereira, 2006, p. 16)

Ademais, buscamos compreender que é a partir da introdução dos escravizados na Província do Maranhão desde o período colonial que há um condicionamento na tecitura de uma população que tem grande maioria de sujeitos de cor negra, ou seja, a partir da escravização de pessoas e sua introdução de forma compulsória no Novo Mundo houve um impacto na composição racial do Brasil e por conseguinte, o Maranhão.

No século XIX, a escravidão estava condenada economicamente e moralmente, principalmente pelas mudanças na economia mundial ocorridas após a Revolução Industrial, assim como o fim da escravidão nos Estados Unidos e os ideais revolucionários franceses que influenciavam o mundo ocidental. O Império Britânico interessado em mitigar a influência negativa que o Antigo Regime infligia sobre sua economia e seu desenvolvimento industrial, passou a incentivar o fim do tráfico negreiro (Faria, 2001, p. 112).²⁰ O Brasil conseguiu durante muito tempo manter o tráfico negreiro, mas acabou cedendo às iniciativas inglesas com a Lei Eusebio de Queiros em 1850 que proibia o tráfico transatlântico de escravizados²¹, assim como a Lei do Ventre Livre em 1871.

Com o fim tráfico negreiro e as paulatinas leis que visavam o fim da escravidão, o governo Imperial buscou novas formas para se preparar para a implantação do trabalho livre, como por exemplo o incentivo à mão-de -obra estrangeira. Na conjuntura desse processo houve uma mudança no perfil das exportações de *commodities* no Brasil, com a crise do açúcar e algodão, que era principalmente produzido no que corresponde ao atual Nordeste brasileiro, o café passa a ser o produto de maior importância com grandes investimentos. Com isso há também uma mudança do eixo de privilégio para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, já que o café era produzido em maior quantidade nessa região, onde foram empregados, escravizados, libertos e imigrantes estrangeiros (Faria, 2001, p. 112, 113).

Essas políticas também buscavam “curar” uma amálgama brasileira, a tez negra, uma vez que com a introdução de imigrantes estrangeiros em solo brasileiro foi fomentado também

²⁰ Interessante notar que um dos principais fatores para o desenvolvimento da Revolução Industrial Inglesa se deu através da escravização de negros nas Américas. Atualmente existe uma historiografia dedicada a esses estudos encabeçadas pelo clássico trabalho *Capitalismo e Escravidão* (1944) do historiador caribenho Eric Williams. Após o trabalho de Williams muitos estudiosos se dedicaram a estudar a Revolução Industrial através da participação ativa dos escravizados na manutenção e desenvolvimento da Revolução Industrial Inglesa, uma vez que a Inglaterra comprava *commodities* e matérias-primas das colônias nas Américas e processava em produtos industriais no parque fabril inglês, fazendo que houvesse um grande acúmulo de capital nos bancos e indústrias da Inglaterra aumentando a dependência da economia mundial dos produtos ingleses.

²¹ Vale salientar que houve também a lei que proibia o tráfico negreiro aprovada pelo parlamento brasileiro em 7 de novembro de 1831. A lei suscitou um breve decréscimo no número de escravizados trazidos pelo tráfico durante a primeira metade da década de 1830. Contudo, mesmo com a vigência da proibição pela referida lei, houve um aumento significativo no número de escravizados trazidos para o Brasil após esse período, impulsionado pela demanda dessa mão-de-obra para as fazendas de café. (Chalhoub, 2012, p. 29) Chalhoub explica que num contexto de oportunidades proporcionadas pelo sistema cafeeiro, a referida lei se mostrava incondizente com a natureza da sociedade que a produzira (Chalhoub, 2012, p. 63).

o branqueamento de sua população, já que além do elemento negro, o país era caracterizado por ser também miscigenado, o que para as classes dominantes era um indicativo de atraso e incivilidade da nação.

Em face a essa realidade concorreram inúmeras políticas que buscavam corrigir o atraso da nação pautados no embranquecimento de sua gente para atingir um grau de civilidade. Com isso foi incorporado aos intelectuais brasileiros diversas teorias raciais no leque científico afim de resolver tal atraso. No Brasil, as teorias raciais ganham espaço e são recebidas pela elite intelectual, muitas vezes sem crítica. Vale salientar que no momento do desembarque dessa pseudociência²² no Brasil, muitas dessas teorias já haviam caído em desuso na Europa. Explica Lilia Moritz Schwarcz:

O que se pode dizer é que as elites intelectuais locais não só consumiram esse tipo de literatura, como a adotaram de forma original. Diferentes eram os modelos, diversas eram as decorrências teóricas. Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania. É nesse sentido que o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transforma em um novo argumento de sucesso para o novo estabelecimento das diferenças sociais. Mas a adoção dessas teorias não podia ser tão imediata nesse contexto. De um lado, esses modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez – com o final da escravidão – começavam a ser publicamente colocadas em questão. De outro lado, porém devido à sua interpretação pessimista da mestiçagem tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar. É na brecha desse paradoxo – no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferença humanas inatas e o elogio do cruzamento – que se acha a saída original encontradas por esses homens de ciência, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas. Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação, das máximas do evolucionismo social sublimou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento” obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso (Schwarcz, 1993, p. 24, 25, aspas da autora).

Durante o século XIX, a economia maranhense sustentada principalmente pelo setor agrícola passa por muitos altos e baixos, devido acontecimentos globais e regionais. Em razão da dita vocação agrária do país e por conter uma cidade portuária a sua disposição, facilitando o escoamento da produção, muito foi investido nesse setor desde os tempos da colônia.

²² No período da introdução das teorias raciais no Brasil, elas não eram consideradas pseudociência. Tais teorias configuravam-se como modelo explicativo para fundamentar a diferença entre sujeitos de tez e origens distintas, hierarquizando as raças a partir de graus de evolução e superioridade.

O Maranhão se consolidou como um dos maiores produtores e exportadores de algodão, enviando essa *commodity* principalmente para o Império Britânico que contava com o segundo setor econômico²³ bem forte, por consequência da Revolução Industrial. Sendo assim, houve um momento de prosperidade na economia maranhense alavancada pelo setor agrícola.

Vale salientar que o algodão maranhense se valorizou no mercado internacional, pautado na libra inglesa, devido a Guerra de Secessão (1861-1865) ocorrida nos Estados Unidos. Com extensas lavouras e grande números de escravizados trabalhando no Sul do país, os Estados Unidos se caracterizavam como principal concorrente do algodão maranhense, produzindo inclusive um algodão de qualidade superior ao do Maranhão.

Contudo, com o início da Guerra Civil Americana entre o Norte e Sul do país, houve uma ruptura e queda na produção do algodão americano o que possibilitou o crescimento e valorização do algodão maranhense. O Maranhão, nesse período, passa a ser um dos principais produtores de algodão do mundo.

Todavia, com o final da Guerra Civil Americana e com a retomada do algodão norte-americano no mercado internacional, o sistema agroexportador maranhense entra em declínio, não conseguindo competir com o produto dos Estados Unidos. Os grandes fazendeiros do Maranhão não conseguiram modernizar sua estrutura produtiva e contraíram profundas dívidas. Com a crise do algodão, o açúcar se tornou uma das principais *commodities* produzida no Estado.

Josenildo Pereira (2006, p. 112) afirma que alguns fatores contribuíram para agravar o quadro de crise da agricultura mercantil maranhense e a condição financeira dos proprietários rurais, sendo eles o fim do tráfico internacional, a retração do preço do algodão e do açúcar no mercado externo, fugas, quilombos, e insurreições escravas, assim como as influências do movimento abolicionista. Esse cenário fez com que facilmente fosse diagnosticada uma crise. Era necessário então uma explicação da derrocada da economia agroexportadora por parte dessas elites para resolver tal situação. Dessa forma, a escravidão e o sistema de coivara foram considerados os fatores condicionantes do atraso e “decadência da economia”²⁴.

²³ Setor econômico que abarca as atividades industriais de um país.

²⁴ A “decadência” se constitui em um padrão explicativo caracterizado por um consenso que foi aceito sem maiores constatações. As elites maranhenses no final do século XIX e início do século XX, utilizaram a categoria da decadência da lavoura como uma categoria para descrever o quadro geral da crise econômica que o Maranhão vivenciava naquele período. Contudo, ela se configura como uma idealização de uma suposta idade do ouro do sistema agroexportador. Dessa forma foi estabelecido uma visão cíclica da economia que se inicia com a “barbárie” (início da colonização portuguesa), seguido pela “prosperidade” (introdução do sistema da grande lavoura escravista, a partir das políticas pombalinas através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão) e por fim a “decadência” (que teve início com a abolição da escravidão e a ruína dos grandes

Todavia, por trás desse discurso estava uma estratégia para criar condições para a manutenção da dominação por partes das classes dominantes. Explica o autor:

Compreende-se que os argumentos elaborados a respeito da escravidão eram partes constitutivas de um discurso ideológico articulados sob a forma de um corpo sistemático de representações e de normas, cujo objetivo era ensinar os sujeitos sociais daquela época, a conhecer e a agir sob aquelas condições sócio-históricas. Dessa forma, os elementos de uma nova racionalidade de dominação de classe eram elaborados e instituídos sem que as classes dominantes fossem deslocadas dessa posição (Pereira, 2006, p. 112).

Por conta da abolição da escravidão em 1888, o quadro da crise se agravou ainda mais, retirando dos grandes proprietários a mão-de-obra escravizada. Como os grandes fazendeiros possuíam dívidas, tornando sua condição financeira frágil, a passagem imediata para o trabalho assalariado não foi possível, e como consequência disso a lavoura perde o fôlego produtivo. Dessa maneira, a solução encontrada por esses grandes proprietários foi a transferência apressada do pouco capital restante para a atividade fabril no intuito de salvarem-se da falência (Germano, 2014, p. 81).

Concomitante a esse processo que irá servir de substrato para a separação social do trabalho no capitalismo brasileiro durante a República. Começa a entrar em voga no cenário nacional, por uma elite empresarial brasileira, as teorias técnico-científicas baseadas nos processos de industrialização dos Estados Unidos e Europa. As bases científicas dessa nova elite está pautado no darwinismo social, monismo alemão²⁵ e positivismo francês. A ideia dessas novas elites era promover em território brasileiro a industrialização e modernização do país, concorrendo a introdução de capital americano e inglês como linhas de créditos para financiar tais projetos (Sevcenko, 1998, p. 15).

A elite agroexportadora maranhense investiu o capital em plantas industriais que pudessem processar a produção primária local. Mesmo em crise e com o capital escasso essa elite agroexportadora consegue abrir inúmeras fábricas no Maranhão nas cidades de Caxias, Codó e principalmente em sua capital São Luís (Mota, 2014, p. 73).

Influenciados pelos parques industriais da Europa e Estados Unidos, no final do século XIX, foram instaladas várias fábricas no Maranhão, em especial São Luís. De acordo com Flávio Reis (2007, p. 38, 39) alguns fatores foram decisivos para que a transferência de

proprietários de terra do Maranhão). Nesse sentido, as elites locais relegavam a crise do sistema agroexportador a todos os problemas de ordem, econômica, político e social do Maranhão, o que acabou se tornando um padrão explicativo de todos os problemas do Estado. Esse padrão explicativo ficou marcado na historiografia maranhense como “a ideologia da decadência” (Da Costa, 2015, p. 693).

²⁵ Doutrina segundo a qual o Ser - que apresenta apenas uma multiplicidade aparente - procede de um único princípio, é reconduzido a uma única realidade: a matéria ou principalmente o espírito (Durozoi; Roussel, 1993).

capital dessas elites fosse realizada: a conjuntura da abolição abalou o setor agroexportador, com a instalação da fábrica em Caxias em 1893 e com seu relativo sucesso processando açúcar, o empresariado comercial de São Luís viu no investimento fabril uma forma de aportar seu capital, pois notaram a possibilidade de uma taxa de lucro maior que os produtos do açúcar no processamento do setor têxtil. Com a República vigente foram feitas modificações na política econômica, houve expansão da oferta de moeda, crédito facilitado e uma nova legislação para organizar as sociedades anônimas. Além de vislumbrarem a possibilidade de conseguir trocas comerciais com o eixo que corresponde ao atual Norte/Nordeste, pois a lógica da industrialização não visava suprir apenas o mercado interno no momento da diminuição do setor agrícola. Sendo assim, entre os anos de 1890 e 1895, 14 fábricas têxteis entraram em funcionamento no Estado.

Ademais, ao tentar transformar as bases de sua economia que carregava uma forte influência do seu passado colonial para uma economia capitalista moderna voltada para o setor fabril, o Maranhão vai constituir-se numa economia periférica de capitalismo, isso implica dizer que mesmo com a alteração da ordem econômica, o Estado ainda possuía características latentes de seu passado escravista, com práticas coloniais.

Podemos perceber essa permanência durante a formação dos mundos dos trabalhos ao inserir os libertos na lógica do trabalho livre, as práticas cotidianas ainda estavam alicerçadas na lógica hierárquica do mundo colonial. Um dos principais desafios foi enquadrar a força de trabalho ao regime do trabalho livre. Com a relativa abundância de mão-de-obra e a baixa absorção da mesma nas atividades econômicas urbanas, argumentava-se que essa força de trabalho poderia ser empregada no trabalho fabril. Todavia os baixos salários e a existência de outras atividades econômicas, como o roçado e criação de animais se configuraram como um obstáculo para a introdução dessa mão-de-obra. Por estes motivos a principal opção era o emprego de mulheres e menores de idade permeados pela superexploração (Gomes, 2015, p. 416 a 419).

Flávio Reis aponta que as fábricas instaladas em fins de século XIX não representaram um equívoco, mas sim uma redefinição dos laços comerciais do Maranhão à margem da crise do sistema agroexportador. O comércio nacional passou a ser mais importante que as trocas internacionais, alterando o *modus operandi* anteriormente vigente no sistema agroexportador (REIS, 2007, 39,40). Assim, salvando seus próprios interesses, a elite econômica criou as condições mínimas para a modernização através da indústria têxtil.

As principais fábricas modernas que foram criadas em São Luís na década de 1890 foram a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, inaugurada em 1890 na Camboa, tendo

uma área de quase 10.000 m², com 300 teares, produzindo 3.000.000 metros de panos grossos e finos e 1400 quilos de fios em novelos por ano; A Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, instalada na rua São Pantaleão, tendo uma área com um pouco mais de 4000 m², inaugurada em 1891, tendo 105 teares e mais 28 máquinas operatrizes, empregando 220 operários com produção de 1.400.000 metros de estopa por ano; A Companhia Fabril Maranhense, instalada no Apicum²⁶, com cerca de 7.000 m², inaugurada em 1892 tendo 420 teares e 149 outras máquinas. Sua capacidade de produção era de três milhões de metros de pano de algodão por ano, executada por 600 trabalhadores; A Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís que ficava ao lado da Cânhamo, com área de quase 2.000 m² quadrados, inaugurada em 1894, com 55 teares, que teciam 320.000 metros de pano de algodão por ano; A Companhia Progresso Maranhense, na rua São João, com 150 teares e máquinas, que produziam 685.000 metros de pano de algodão, fios de novelo e linha para pesca; Benefícios Maranhenses, na rua da Madre Deus, que fazia acabamentos em lã, seda e algodão; Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil e a Fábrica Martins, Irmão & Cia. Havia também de companhias de fósforos, cerâmica, pilar arroz, extração de óleo, fabricação de calçados, chumbo e pregos (Germano, 2014, p. 87, 88).

As fábricas impactaram não só a economia da cidade, mas também a sua dinâmica, pois foram construídas em sua maioria nas periferias, aumentando os limites da cidade. Em volta das fábricas houve a instalação de casebres e palhoças, onde os operários faziam suas habitações. Além de sua composição infraestrutural, há também a tentativa do controle de corpos através do trabalho fabril sob o discurso que o trabalho edifica o homem, essa lógica perpassa pelo raciocínio da moralidade e da disciplina, uma vez que quem estivesse fora dessa lógica era imoral, vagabundo. Cabem aqui as considerações de Michele Perrot quando define a sociedade industrial:

A sociedade industrial implica ordem e racionalidade, ou pelo menos uma nova ordem, uma nova racionalidade. Sua instauração supõe não só transformações econômicas e tecnológicas, mas também a criação de novas regras do jogo, novas disciplinas. A disciplina industrial, aliás, não é senão uma entre outras, e a fábrica, juntamente com a escola, o exército, a prisão etc., pertence a uma constelação de instituições que, cada qual à sua maneira, participa da elaboração dessas regulamentações (Perrot, 2017, p. 48).

Os operários viviam em um espaço que permitia a possibilidade de outras formas de ganho, além do trabalho fabril. Isso se dava por conta da pouca remuneração, haja vista que nenhuma atividade econômica relegada aos mais pobres remunerava de maneira satisfatória.

²⁶ Atualmente conhecido como Canto da Fabril.

Portanto, uma estratégia de sobrevivência se configurava na multiplicidade de serviços num núcleo familiar. Um membro trabalhava no chão de fábrica, outro prestava serviço diverso, fornecendo lenha, transportando cargas, as mulheres prestavam serviços aos trabalhadores graduados²⁷ e trabalhavam nas fábricas, faziam roças, colhiam frutas, faziam carvão, que era utilizado para consumo próprio ou para venda, e pescavam (Mota, 2014, p. 58).

Não se tratava de um modelo operário tal qual o europeu, que se caracterizava por não ter acesso à terra ou meios de produção, mas o operariado fabril de São Luís se adaptava as suas condições para sobreviver. Dessa forma, o trabalho fabril era uma das alternativas de sobrevivência, uma possibilidade de renda para as populações menos abastadas de São Luís, descendentes das populações escravizadas e marginalizadas (Mota, 2014, p. 58).

1.3 Modernização, Infraestrutura e Higiene

É diante do cenário aqui apresentado que as elites dominantes de São Luís buscam modernizar-se e civilizar-se pautadas em influências europeias principalmente inglesas e francesas durante a virada do século XIX para o século XX. Nesse momento, o Brasil busca sua industrialização e como consequência disto há uma mudança no que se refere as estruturas das cidades que buscaram se industrializar. A capital do país, Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo vão servir, nesse momento, como modelo de modernidade. Em grande parte, devido a mudança do eixo de privilégio que ocorreu após a pujança econômica fabril.

Em São Luís, o movimento pela modernização, foi vivenciado de maneira própria. Isso significa dizer que em uma sociedade aristocrática, profundamente hierarquizada e excludente pelas categorias de raça e classe social, a classe dominante precisaria constantemente inventar, reinventar a inserção de São Luís no “mundo moderno”, pois com os adventos da modernidade, a sociedade ludovicense passaria a conviver com o novo, o velho ou o novo renovado (Silva, 2012, p. 15).

Em outros termos a lógica do capitalismo do mundo moderno reestruturou a lógica hierarquizante em uma cidade que já era hierarquizada. Como vimos anteriormente, a abolição da escravidão deu liberdade aos escravizados, entretanto não alterou seu lugar na sociedade, já que os negros continuaram na subalternidade.

A economia capitalista se mantém através da separação social em classes. Portanto, a modernização da cidade se ampara também na separação de espaços públicos e privados e suas sociabilidades, assim como na definição espacial da cidade entre as classes que

²⁷ Trabalhadores que ocupavam posições administrativas, geralmente estrangeiros.

convivem naquele meio. Temos como exemplo as sucessivas investidas para condenação de modelos de moradias de pessoas mais pobres através dos Códigos de Posturas e as constantes mudanças dessa população pobre para a periferia da cidade.

Possuímos o intuito de analisar aqui, a partir dos signos da modernidade, a maneira que esse processo impôs uma mudança na cidade de São Luís: Influenciou as sociabilidades no espaço público, promoveu a inauguração de espaços privados de sociabilidades; alterou a estrutura física da cidade com a construção de novos sítios de lazer e disponibilização de serviços públicos; emplacou o discurso e práticas higienizadoras que buscavam solucionar os problemas sanitários da cidade, bem como impactou ativamente na vida das pessoas mais pobres e por fim as práticas culturais e de lazer, suas proibições, seus enlaces com as classes dominantes e as perseguições desses divertimentos do poder público.

Essa última parte, nos é de grande importância, pois escancara e revela que o lazer dos negros e mais pobres sempre foi perseguido, combatido e considerado incivilizado por aqueles que se diziam e se portavam como civilizados e modernos. Sendo assim, São Luís se revela uma cidade em que a inovação e o tradicional conviveram paralelamente e se entrelaçaram a partir das aspirações dos indivíduos que ali viveram, experimentaram e construíram suas vidas.

No início do século XX, os intelectuais maranhenses buscavam a construção de uma singularidade no “ser maranhense” para a identidade local. Buscou-se nos intelectuais do início do século XIX, o título de *Atenas Brasileira*, rememorando a cultura letrada de importantes escritores do passado, como Gonçalves Dias, João Lisboa, Sotero dos Reis. Sob esse título, a elite intelectual de São Luís concebeu os ideais de modernidade, utilizando-o como um remédio para sanar as mazelas sociais, os atrasos estruturais e a crise econômica vivida no início do século XX, além de buscar renovar as letras maranhenses.

A partir desse cenário, é nesse período que os intelectuais ludovicenses vão começar a exaltar a fundação francesa da cidade, numa tentativa de se mostrarem diferentes dos outros estados da federação, presumindo que o maranhense possuía um nível superior de intelectualidade e que essa intelectualidade fosse inata como uma condição essencial. Portanto, construindo uma identidade de São Luís como a mais erudita, elegante, gentil e hospitaleira das cidades brasileiras (Barros, 2015, p. 41, 42, 43). Entre os principais revisitantes da fundação francesa de São Luís encontram-se Manuel de Béthencourt, Antônio Francisco Leal Lobo, Raul Astolfo Marques, José do Nascimento Moraes, Raimundo Lopes da Cunha e Fran Paxeco, autointitulados Novos Atenienses (Costa, 2016, p. 60).

Cabe salientar que durante o século XIX e início do XX a França representava uma forte influência do mundo ocidental no que se refere a civilidade, afinal foi o berço da Revolução Francesa e estava em voga nos principais círculos intelectuais o positivismo. Assim, objetivou-se reafirmar uma superioridade cultural. Explica Marcelo Lima Costa:

O projeto atheniense, gestado no século XIX e revisitado incontáveis vezes no XX, propunha discursivamente uma civilização baseada em valores humanísticos, mas, contraditoriamente, fincada na escravidão e, mais tarde, na exclusão de vários segmentos sociais. A construção discursiva da Atenas brasileira assentava-se na ideia de haver uma intelectualidade em São Luís, imagem estendida por meio de um processo metonímico à todos os filhos da terra, à todo o estado. Todos os maranhenses estariam abrigados na natural intelectualidade do ser maranhense: natos oradores e adeptos das letras e das concepções liberais. Imagem contraditória e insustentável em face das dificuldades de acesso ao ensino formal, demasiadamente restrito, mesmo na República (Costa, 2016, p. 59).

Neste projeto o maranhense seria descendente direto dos gregos do período clássico, aliás Atenas representava o ápice da intelectualidade no mundo antigo, se viam também na condição de descendentes dos franceses imbuídos de valores do iluminismo. Em suma, o referencial que se buscava eram duas sociedades brancas em seu apogeu. Com isso ao se colocar como uma cidade singular, onde seus cidadãos eram superiores intelectualmente, portadores de uma tradição francesa e grega, os intelectuais ludovicenses construíram o ideal de que a cidade era um terreno fértil para o surgimento de pensadores, escritores, intelectuais. Todavia, ao almejar um referencial branco, europeu, excluía-se desse bojo a maioria da população negra, analfabeta, iletrada. Antônio Evaldo Almeida afirma que:

É importante lembrar ainda que embora a representação maranhense-ateniense (a identificação do Maranhão como Atenas Brasileira) seja um pretenso marcador identitário regional, que visa diferenciar a região de outras regiões e da própria nação, instituindo o Maranhão em padrões branco-europeus, em grande medida esta parece ter se tomado possível no contexto da ideologia do branqueamento, que é de caráter nacional e mesmo latino-americano. A Atenas Brasileira poderia ser interpretada como uma refinada ideia-imagem local, gestada e estruturada pelas elites da ideologia do branqueamento. A invenção da Atenas Brasileira deu-se exatamente nos anos fortes dessa ideologia, de 1822 aos anos 1930. [...] O fato é que as ideias de civilização e cultura europeamente entendidas foram levadas muito a sério pelas elites letradas do Maranhão, que tentaram a todo custo, europeizar e, sob certos aspectos embranquecer o patrimônio cultural e identitário regional. E tal operação, muitas vezes, foi acompanhada por um outro empreendimento, a tentativa de ignorar ou execrar os elementos que eram identificados como herança de indígenas e africanos. As elites maranhenses aceitavam que havia altas culturas, e que estas se localizavam na Europa. Crentes de que a civilização se desenvolveu plenamente em regiões recordadas em um passado distante como a Grécia, acreditavam poder compartilhar de um pedaço ainda que ínfimo dessa civilização e dessa cultura. Fazendo-o tinham certeza de que estavam contribuindo para o progresso do Brasil e da América. Nessa perspectiva, a representação Atenas Brasileira poderia ser entendida como uma rebuscada tentativa de europeização e branqueamento cultural e identitário do Maranhão e do maranhense. **A ideia de**

Atenas Brasileira não é essencialmente racista, mas o racismo parece ser uma de suas principais marcas. Enfim, a representação sobre o Maranhão a partir de padrões eruditos e euro brasileiros, de um lado, e os preconceitos e perseguições às produções culturais negromestiças de outro, constituíram, muitas vezes, o avesso e o direito de um mesmo processo (Barros, 2015, p. 52, 53, grifo nosso).

Diante do exposto, a ideia de São Luís como Atenas Brasileira coexistia com a contradição de manifestações culturais, vistas como incivilizadas, portanto era uma Atenas que apesar de se pretender universal, englobava um mundo seletivo de intelectuais. Homens e mulheres das classes menos abastadas não conseguiam se perceber, acessar ou pertencer a essa Atenas, uma vez que suas práticas sejam elas religiosas ou culturais e seus lazeres eram elencadas como o motivo do atraso, da degradação cultural e da incivilidade que o Maranhão possuía e estavam constantemente sendo relegadas a ideia de barbárie.

Em concorrência a esse processo de hierarquização através da pauta da intelectualidade, a elite letrada local inaugura diversos espaços onde deveria ser cultivada a Ciência e as Letras no Maranhão; foram elas a Academia Maranhense de Letras (1908), a Faculdade de Direito (1918), a Faculdade de Farmácia (1922), Faculdade de Odontologia (1922), o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1926) (Pinto, 2007, p. 81).

Para um melhor entendimento desse contexto de modernização vivenciado em São Luís, faz-se necessário uma discussão a respeito das mudanças na infraestrutura dessa cidade, pois o advento da modernidade impacta intimamente a dinâmica cidadina, com a construção de vias públicas, praças, passeios, instalação de serviços como iluminação, abastecimento de água, entre outros. O geógrafo da primeira metade do século XX Raimundo Lopes (1894-1941) descreve a cidade de São Luís da seguinte forma:

Tendo ocupado, a princípio, apenas a extremidade da chapada, a cidade progrediu depois pela lombada principal, subindo por três longas ruas (bairro central). Expandiu-se, em seguida, para os vales e apicuns vizinhos, estes gradualmente conquistados do mar./ (...) Foi mais lenta a edificação nas partes deprimidas intermédias e, nesse processo edificativo, partindo das lombadas para as partes baixas, está evidente a influência do terreno na construção da cidade. Reproduzindo aproximadamente os relevos, São Luís tomou a forma de uma dupla cruz./ (...) O movimento habitual, assaz limitado, tem por coração o Largo do Carmo (Praça João Lisboa), que centraliza a parte principal da cidade, ficando o entroncamento das vias dos bairros antigos com os da lombada mediana. É em torno dessa praça e nos trechos contíguos das ruas de Nazaré e Grande, que estão comumente os órgãos da publicidade, os centros de diversões, etc. É um cadinho onde se combinam os elementos diferenciados da vida urbana (Lopes apud Martins, 2005, p. 53).

E prossegue sua descrição:

No primeiro tabuleiro da chapada, logo na extremidade que separa as duas ribeiras do Anil e do Bacanga, é que se estendeu a cidade, no século XVII. Ao tempo dos holandeses <1641-1644>, ela abrangia apenas a praça principal (a atual Avenida Maranhense) e algumas ruas próximas, até o bairro do Desterro. A edificação foi, ao menos em parte, renovada, mas o pequeno núcleo do Desterro, com a sua igreja de estilo antiquado, as suas casas baixas, os seus becos e betesgas aladeiradas, em degraus, a sua praia pitoresca, apertada entre a barreira e o cais, ainda conserva um acentuado arcaísmo, é uma relíquia da cidade colonial (Lopes apud Martins, 2005, p. 86).

No ano de 1905, o governo do Maranhão empreendeu a reforma da Avenida Maranhense, inspirada na construção da Avenida Rio Branco em 1903, no Rio de Janeiro. Era imperativo que as cidades brasileiras se modernisassem, sendo assim era necessário que as cidades fossem reelaboradas, repensadas seguindo a tendência europeia. Dentro dessa lógica foram realizadas também diversas obras nos logradouros públicos. Quase todas as praças foram modernizadas, sendo instalados canteiros públicos, obeliscos, chafarizes e estátuas que homenageavam políticos e ilustres escritores de São Luís, como exemplo: João Lisboa, Benedito Leite e Odorico Mendes (Silva, 2012, p. 18).



Figura 01: Avenida Maranhense

Fonte: Álbum do Maranhão 1923, organizado por. A. Cavalcanti Ramalho, p. 72.

O Porto da Praia Grande, próximo à Avenida Maranhense era o local de desembarque das mercadorias importadas, das notícias da capital e porta de entrada dos viajantes. Como porta de entrada foi realizado no início do século XX obras que visavam revitalizar o porto, pois a cidade deveria ser bela, civilizada e digna de ser colocada no mesmo patamar que os grandes centros urbanos brasileiros. Além disso, realizava-se o controle da higienização das mercadorias e das pessoas. A partir do porto, estava localizado o bairro da Praia Grande, local onde ficava as casas comerciais, e destino das mercadorias que chegavam. Pela sua grande movimentação e grande concentração de operários e animais, essa parte desagradava aqueles que idealizavam uma cidade higienizada e moralizada. O que ocorria era a coexistência de estivadores, lavadeiras, prostitutas, ricos comerciantes, médicos, ou seja, havia no mesmo espaço citadino a convivência de diferentes setores da sociedade ludovicense (Silva, 2012, p. 19).



Figura 02: Porto do Maranhão.
Fonte: O Malho, 1910, Edição 427, 1910, p. 26.

Tais mudanças na estrutura da cidade podem ser observadas no mapa confeccionado pelo médico e geógrafo Justo Jansen Ferreira em 1912, onde consta os melhoramentos do porto, a Avenida Maranhense, assim como o mapeamento dos bairros periféricos do Desterro e Madre Deus. Interessante notar que no mapa não consta o bairro da Cambôa, um local de mata, mas que era populado pelos mais pobres.



Figura 03: Mapa de São Luís de 1912.

Fonte: Blog da Biblioteca Nacional, s.d. Disponível em: <https://blogdabn.wordpress.com/2016/09/08/fbn-8-de-setembro-de-1612-fundacao-da-cidade-de-sao-luis/>. Acesso em 2 de junho de 2022.

Em relação as reformas dos logradouros públicos, as autoridades se preocupavam em melhorar o aspecto dos bairros já ocupados pelas elites. Em 1909, foram realizados calçamentos das ruas da Topada, dos Remédios, das Hortas, Afogado, Ribeirão, Santana Travessa do Teatro. Foram trazidas pedras importadas da Europa para o calçamento da praça Gonçalves Dias. (De Sousa, 2006, p. 25)

Toda essa mudança na infraestrutura da cidade, embora consistisse em pequenas reformas de embelezamento ou introdução de novos serviços, estava assegurada pelos Códigos Municipais que visavam legitimar o advento da modernidade através de Leis que garantissem a higienização e embelezamento, assim como regular práticas e costumes dos cidadãos. De acordo com o sociólogo Jeferson Francisco Selbach (2009), o Código Municipal de 1893 (Código que ficou vigente durante o recorte temporal aqui proposto), apesar de ser

constituído na República continuou com permanências de repressão a grupos considerados subalternos modificando apenas a terminologia a quem era dirigido. Se anteriormente a palavra escravo, cativo e outros termos depreciativos eram utilizados para definir o lugar dos negros em São Luís do século XIX, a partir do código de 1893 na situação de liberto, essa parcela da população não tinha mais uma denominação definida.

Dessa forma, a classe dominante sistematizou para coibir, reprimir ou até proibir as práticas e costumes das classes subalternizadas através do Código Municipal. Nos artigos do referido Código eram proibidos a circulação de alienados; era orientado a detenção de embriagados vagando pela cidade, assim como os bodegueiros que vendessem bebidas espirituosas seriam multados; era proibido o vozerios nas ruas e praças e também quem praticasse injúrias, obscenidades, atos contra a moral, tocadás, ajuntamentos, batuques, cartomancia e curandeirismo; orientava a prisão de quem vagasse as ruas sem ocupação, pedisse esmola ou vendesse rifas; eram proibidos jogos de azar e qualquer realização de espetáculo ou divertimento público; orientava também a inibição de ações que prejudicassem a circulação nas ruas como colocar objetos na janela, estender roupas, armar barracas, sentar nos passeios, ligar o esgoto dos prédios no passeio, limpar vasilhas, peneirar gêneros, pelar ou lavar animais, cozinhar, acender fogueiras ou carregar volumes que impedissem o trânsito. Os prédios e casas deveriam ser construídos de alvenaria com telhado de barro (Selbach, 2009, p. 31, 32).

Apesar da cidade desejada através dos Códigos de Postura, na prática o que se via era uma cidade distinta. O rural e o urbano se encontravam, o perímetro urbano era definido, entretanto as práticas desejadas pelas elites através desse Código não eram possíveis de serem atendidas. O que se observa é que o Código Municipal buscou controlar as ações das classes subalternizadas, proibindo suas práticas culturais sob a sinalização de “vozerio” e “obscenidades”, coibiu as práticas religiosas sob a alegação de “curandeirismo”, além de impedir práticas comerciais do cotidiano dessa população regulando a forma de tratar alimentos, armazenar os produtos.

O Código previu também a regulamentação de moradas a partir do modelo estabelecido por este, horizonte difícil de atender pelas classes subalternizadas. Enfim, na prática procurou-se regular o *modus vivendi* dessa população, através daquilo que era considerado moderno e civilizado desde os costumes à materialidade da cidade, ficavam de fora desse processo os que não se encaixavam nessa lógica e a eles restavam a prisão por suas práticas ou a condenação de suas construções.

O espaço urbano era considerado o lugar de demonstração de civilidade, dessa forma, as cidades brasileiras foram reformuladas e ressignificadas pautados nos vieses capitalistas e positivistas que a modernidade impunha. Sendo assim, as ruas estreitas, a falta de boulevares e construções de vidro, os grandes casarões, símbolo latente de um passado colonial e imperial era uma clara evidência de atraso e incivilidade, assim como os casebres de palha de pau-a-pique. Dessa forma, há um culto ao progresso por meio daqueles que detém o poder político e aqueles que se dedicam a cultura letrada. Todavia, em uma cidade com a economia em frangalhos e a escassez de verbas frustraram tentativas mais ousadas de alterar de maneira significativa a paisagem de São Luís. O que se detectou foi eventuais reparos, reformas e embelezamento de áreas onde estava concentrada a população mais abastada da cidade. Isto significa dizer que aquilo que era imaginado não conseguiu se concretizar de maneira satisfatória para a realidade. Em contraste ao desejo de modernizar-se subsistia uma sociedade habituada a práticas consideradas atrasadas. Para a maioria da população, constituída de pretos, pardos e brancos pobres o progresso não surtia efeito a não ser quando era hora de assumir o chão das fábricas. (Silva, 2012, p. 46)

O quadro fica evidente considerando que antes da Proclamação da República, os serviços públicos na cidade de São Luís estavam concentrados espacialmente, geograficamente e socialmente. Abastecimento de água, esgoto, remoção de lixo eram serviços precários e em algumas partes da cidade inexistentes, se constituindo como um privilégio das elites econômicas e políticas da cidade, não sendo considerado nesse período um estado contraditório, pois o direito civil não era garantia de todos.

Com o advento da República, o cenário há de mudar, pois os serviços públicos passam a ser considerados um direito civil de todos, se configurando assim numa crise de serviços do governo republicano. É diante desse dilema que o Estado passou a se preocupar com uma política de serviços públicos. Entretanto, no seio dessa problemática a elite política passa a justificar a impossibilidade do melhoramento desses serviços através da argumentação que os recursos disponíveis não conseguiam suprir as demandas dessa sociedade. Dessa forma, essa justificativa acabava legitimando a concentração do acesso a esses serviços e ocultando o quadro de privilégio que ele evidenciava (Palhano, 2017, p. 148, 149).

Em meio a esse quadro de escassez, a população de São Luís sofria com as inúmeras doenças que se deflagrava em meio a falta de saneamento, limpeza e constantes degradações dos mananciais. Portanto, cabe aqui algumas considerações a respeito da política de higienização da cidade que também perpassa pelo símbolo da modernidade. Em uma cidade hierarquizada, as periferias urbanas sofriam com essa questão, uma vez que era nessas

imediações onde era depositado aquilo que não se queria no centro urbano. Estamos falando de matadouros, cemitérios, locais de despejo. Dito isso, essa dinâmica propiciou uma série de epidemias que abalou todos os setores da sociedade.

Após a Proclamação da República, a situação da saúde pública nas cidades brasileiras passou por uma indefinição em relação a sua competência. Havia uma indeterminação na coordenação das ações das esferas do poder. A priori, o controle dessas ações era de responsabilidade do governo central, pois estados e municípios seguiam as diretrizes definidas pela gestão maior. No governo Republicano, a situação sanitária de São Luís não melhorou em comparação com o Império, sendo comum a presença de diversas doenças e a ausência de saneamento básico potencializava a contaminação dos habitantes (Almeida, 2022, p. 50, 51). Nesse período a cidade passou por diversas epidemias, sendo as principais a peste bubônica em 1903, a gripe espanhola em 1918, assim como endemias que atingiam a população, em especial as classes menos abastadas, como tuberculose e beribéri.

Nesse período, devido a oferta de trabalho nas fábricas o aluguel de imóveis de baixa renda, denominados cortiços, baixos sobrados estava disponível. Se constituía do aluguel de prédios decadentes, com diversos quartos, onde os moradores viviam aglomerados. Explica Ananias Martins:

O cortiço era resultado de empreendimentos de proprietários do Centro, [...] criando as vilas (a era das vilas) de quartinhos, descritos como um “correr de quartos” que no final tinha uma cozinha e um banheiro coletivo, também um tanque de água com uma torneira onde todos se abasteciam de água, enchendo os seus potes individuais para beberem seus quartos. Os que desejavam tinham um fogareiro dentro do quarto sobre uma folha de fland (folha de zinco – metal) para cozinhar. Era essa era uma situação comum aos trabalhadores de fábricas, domésticas, estivadores, catadores de lenha para os fornos a vapor, vendedoras de doces e lanches. As vilas operárias, construídas próximas aos respectivos complexos fabris, eram destinadas a trabalhadores qualificados e fiscais da mão-de-obra (Martins, 2005, p. 163).

Esse tipo de moradia, habitada principalmente por operários era considerado um núcleo contaminante em potencial. Uma doença comum a época era a tuberculose, e devido ao seu rápido contágio, núcleos habitacionais como o descrito acima facilitavam sua expansão. Devido a muitos operários contraírem a doença criou-se uma associação entre a doença e a classe operária.

Segundo a historiadora Maria Almeida (2022) a tuberculose estava associada a situação de pobreza sendo relacionada com os vícios e a promiscuidade, aos olhos da elite local, uma característica quase natural dos mais pobres. A partir do século XX a tuberculose era intitulada como o "mal das fábricas". Com uma jornada de trabalho desgastante, mínimas

condições nutritivas, moradas em locais insalubres, avizinados com os resíduos de processamento dos fios de algodão e aglomerados em casebres pequenos, os operários eram as principais vítimas dessa doença.

Sendo assim, estigmatizou-se as doenças e relegaram aos mais pobres a causa das epidemias. As elites consideravam os mais pobres não tanto como vítimas, mas sim como o vetor principal de seu espalhamento. Dessa maneira, as elites locais miravam nas moradias e bairros das classes subalternizadas alvos das políticas públicas. Portanto, representavam um perigo à elite e como consequência disso eram responsabilizados pelo surgimento e propagação das doenças. Isso implicou na imposição da adequação de suas moradias, entretanto essa imposição não surtia efeito efetivo, uma vez que os mais pobres possuíam o mínimo para sobreviver. Conforme Maria da Conceição Pinheiro Almeida

O aparato legal elaborado pelas autoridades políticas e sanitárias para fazer de São Luís uma cidade “higienizada”, atendendo aos parâmetros de “civilização” vigentes na época, era inteiramente compatível com o projeto nacional [...] Assim se verificou em Paris, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre. As determinações contidas na legislação do período eram praticamente impossíveis de serem cumpridas pela maioria da população, constituída de pessoas pobres, além do que, uma higienização satisfatória deveria contar com os serviços mínimos de saneamento, água canalizada e tratada, esgoto sanitário, coleta regular de lixo, serviço de saúde para atender à população [...] (Almeida, 2005, p. 5).

As autoridades responsáveis pelo saneamento básico não demonstravam interesse na atenuação dos problemas. Os casebres erguidos pela população pobre da cidade eram considerados inferiores às habitações indígenas, uma vez que as moradas indígenas possuíam uma área para a entrada da luz e era arejado. Características que não era possível no agrupamento de moradias no núcleo urbano. As palhoças, cortiços e baios sobrados, eram sempre associadas a propagação de doenças, o que levava a elite local presumir que as enfermidades derivavam das condições degradantes desses tipos de moradias (Almeida, 2022, p. 102, 103).

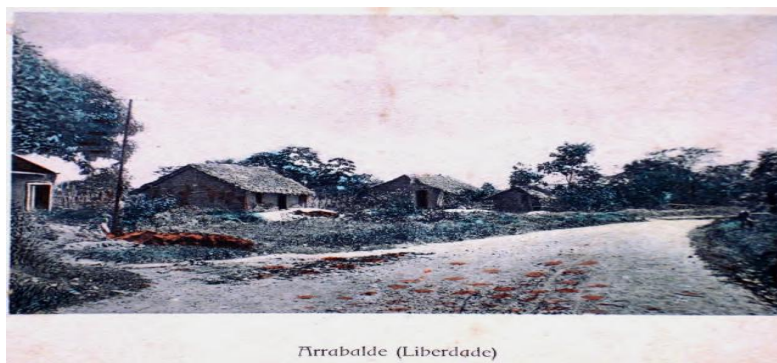


Figura 04: Exemplo de Palhoças.

Fonte: Álbum do Maranhão (Brasil) - Gaspar Teixeira & Irmãos, 1899, p. 7.

Outro ponto importante para São Luís entrar nos quesitos definidos pela modernidade dizia a respeito da mobilidade urbana, ou seja, o planejamento de transportes e ruas para melhor fluidez do movimento na urbe. O principal meio de transporte vigente no século XIX eram as carroças e os transportes hidroviários, uma vez que São Luís possuía um porto de grande movimento e sua bacia conectada com os rios que adentravam o continente. Contudo, para inserir a cidade no rol da civilidade era necessário investir em transportes modernos. Em São Luís, a investida por uma cidade interligada por trilhos remete desde a década de 1870, onde os bondes eram movimentados por tração animal. (Silva, 2012, p. 70) Todavia, a partir de 1924 a cidade passa a possuir bondes elétricos.

Os bondes elétricos estavam enredados no desejo de progresso, pois os bondes representavam a imagem de uma cidade civilizada e moderna, haja vista que esse serviço de transporte se encontrava disponível nos grandes centros urbanos do país e do mundo como Paris, São Paulo e Rio de Janeiro, cidades onde a elite local mirava seus objetivos. Os bondes elétricos nos permitem também averiguar o grau de hierarquização que a cidade se instituía, pois como transporte público que eram, habitavam o mesmo espaço pobres e ricos, negros, brancos e mestiços. Enquanto o bonde elétrico para uns era sinônimo de modernidade, para outros era o transporte para as fábricas.

Por conta dessa profusão de classes no mesmo espaço, era comum a não aceitação dos mais pobres nesse espaço público, sendo associados ao mau comportamento, manchando o ideal de uma cidade civilizada. Corriqueiramente eram culpados pelas brigas e inconvenientes que ocorriam dentro dos carros. Para sanar essa situação as autoridades buscaram criar instruções que regulamentava o uso desse transporte. As principais ordens foram referentes aos trajes permitidos para o usuário do transporte público, criando assim um código de vestimenta desse espaço. Orientava-se que os passageiros estivessem bem vestidos, de paletó e colarinho, e aqueles que não estivessem com estes apetrechos, entretanto com boas vestimentas poderiam ingressar nos reboques e plataformas posteriores, criando assim um espaço de separação entre as camadas sociais. Esse código de vestimenta também tinha o intuito de dificultar a utilização desse transporte pelos trabalhadores. (Prazeres, 2009, p. 56, 57) Nos explica Maria das Graças do Nascimento Prazeres:

Os operários que iam para as fábricas, os vendedores que trabalhavam no mercado, e pessoas com outros tipos de ocupação, dificilmente tinham trajes adequados ao modelo afixado pelo código. Os paletós, os colarinhos e as peças finas exigidos para adentrar nos bondes não combinavam com os uniformes e vestimentas usadas na labuta pela maioria da população ludovicense, e muito menos com o clima quente da Ilha, além de não se ajustarem à realidade econômica dessa população. E ainda, de

acordo com esta cláusula, mesmo aqueles passageiros que estivessem “bem vestidos”, porém “sem paletó ou colarinho” só lhes era permitido viajar nas partes posteriores dos veículos. Portanto, ainda que alguns indivíduos das camadas populares chegassem a usar roupas “decentes” para usufruírem deste serviço, a discriminação era preservada nessa hierarquização dos espaços, pois seus lugares nos bondes, assim como no corpo social, já haviam sido determinados – a retaguarda dos coletivos (Prazeres, 2019, s/n. Aspas da autora).

A partir da conjuntura exposta acima, podemos perceber que os negros e pobres de São Luís foram sistematicamente oprimidos através de aparelhos políticos, institucionais e econômicos. A eles não era permitido uma vivência cidadina sem que fossem julgados, perseguidos e proibidos de realizar suas práticas em uma sociedade que se desejava civilizada, e os negros e pobres representavam o antônimo desse desejo. É nesse cenário que essa população vive e sobrevive encontrando no seu dia a dia a resistência para tentar ascender socialmente, carregando ainda o estigma da cor em uma sociedade profundamente racista.

Pudemos averiguar que nesse contexto, a República não operou grandes alterações a essa população. Obviamente que a Abolição da Escravidão proporcionou a condição de liberto, entretanto em termos sociais e econômicos não houve transformações significativas relegando muitos ex-escravizados a situação de desemprego. É no início do século XX que as consequências desses processos incidem com mais vigor sobre essa população, tendo em vista que em um âmbito desfavorável os negros e pobres de São Luís se tornam indesejados. Portanto, veremos nos próximos capítulos como o futebol também perpassa essa lógica hierarquizante, não ficando de fora de toda discriminação, racismo e separação de classes que o contexto apresentado nesse capítulo nos mostrou.

CAPÍTULO 2 – Futebol - um esporte global em terras brasileiras

Primeiramente, antes de adentrarmos no cerne de nossa pesquisa, é essencial que dediquemos algumas considerações em relação a globalização do esporte no século XIX e XX. Entender essa expansão em nível global é compreender também uma mudança de paradigma social e cultural, pois de maneira geral com o advento dos esportes e dos eventos esportivos cria-se um novo homem, novos hábitos e uma nova sociedade. O que almejamos com essa explicação inicial em torno do esporte ou *sport*, é colocar São Luís como parte integrante de uma configuração global, no qual a cidade supracitada também foi impactada, transformando suas sociabilidades, espaços e sociedade.

Não queremos aqui utilizar o termo esporte de maneira incongruente ou generalista, deslocado do contexto histórico que este estudo busca compreender. Entendemos este termo como uma prática competitiva com instituições regulamentadoras que tem por objetivo tornar essa prática universal.

Os esportes modernos como conhecemos, surgem na Inglaterra sob égide capitalista, quando as competições inter-regionais começaram a exigir uma regulamentação, já que algumas competições possuíam regras distintas dependendo da localidade onde fosse praticada. Diante disso, para que diferentes grupos de múltiplas localidades se confrontassem, tornava-se necessário que regras semelhantes fossem criadas para facilitar a mediação entre membros de diversas localidades.

Dessa maneira, os jogos foram institucionalizados, burocratizados, racionalizados com o propósito de oferecer aos participantes a mesma chance. O acordo de regras pode ser entendido como uma tentativa de integração, diminuindo a violência e permitindo novas formas de socialização. Com as regras cria-se um órgão de monitoramento e representação (Almeida; Gutierrez; Marques, 2013, p. 50).

A universalização e regulamentação das práticas e a possibilidade de os competidores estarem em confrontos em igualdades de chances, pode ser relacionado com os ideais capitalistas surgidos naquele momento. O capitalismo fomentou a ideia da meritocracia, burocratização, especialização de funções, produtividade dos participantes envolvidos, um corpo regulamentador e registro de resultados.

A Inglaterra possui um papel central no “nascimento” dos esportes modernos. Durante o século XVIII, ela possuía uma economia capitalista emergente que foi alterada ao longo dos séculos seguintes com a massiva industrialização. Em contraste com outros países da Europa, o modelo de produção e da natureza econômica passou a ser orientado por uma base

capitalista e movimentado pelo lucro. A revolução industrial inglesa alterou e eliminou as reminiscências econômicas do feudalismo, e com isso os aristocratas ingleses passam a se medir pela riqueza pautada no lucro e não mais nas relações hierárquicas impostas pelo feudalismo.

A transformação da Inglaterra em uma economia capitalista refletiu na ocorrência de ideias de competição na vida política e cultural, onde indivíduos agiam em torno de seu próprio interesse. Portanto, o capitalismo e o surgimento do esporte moderno foram impactados pela amplificação social de sua importância. A própria natureza binária entre vencedores e vencidos era, de certa maneira, uma metáfora e um reflexo das ideias imprimidas em uma sociedade capitalista (Collins, 2013, p.3).

Diante destes pólos binários de ganhar e perder, a natureza de competitividade estava enraizada nos esportes, encaixando-se com as concepções dominantes de competitividade inerentes a natureza humana. Dessa forma, o esporte foi uma parte integrante da expansão do capitalismo, não apenas na sua forma de se organizar economicamente, mas também no seu significado ideológico, sendo os esportes modernos o capitalismo em jogo (Collins, 2013, p.13).

Assim, o esporte moderno surgiu em um contexto histórico específico durante o século XIX. Como mencionado anteriormente, esse período foi marcado por uma nova dinâmica econômica e social, impulsionada pelos modelos de relação do capitalismo e pela produção industrial. A Revolução Industrial gerou um grande crescimento urbano, com intensa migração do campo para as cidades devido à oferta de empregos nessa nova estrutura social e econômica. Esse crescimento populacional e urbano foi acompanhado pelo desenvolvimento de uma urbanidade que valorizava a higiene, a cultura física e os espetáculos. O desenvolvimento dos esportes modernos foi impactado pela mudança na relação entre o homem e o seu corpo.

Diversos fatores influenciaram a abordagem ao corpo humano no século XIX, com o crescimento das cidades industriais o medo da sujeira e das epidemias fizeram da higiene um tema crucial. As classes educadas, passaram a acreditar que as doenças tinham suas origens em defeitos corporais e por consequência, buscavam manter seus corpos saudáveis através dos exercícios físicos (Brändle; Koller, 2015, p. 11).

Nesse contexto, os esportes modernos não podem ser dissociados do capitalismo, pois, de certa forma, tornaram-se um produto desse sistema. O futebol, por estar inserido nesse

contexto, não escapa dessa realidade. A sua prática está envolta nessa lógica, pois não podemos separá-lo do ambiente em que surgiu.²⁸

De acordo com Hilário Franco Jr (2007, p. 26), estava em voga na Inglaterra o chamado cristianismo atlético que se configurava como uma concepção pedagógica que tinha como objetivo desenvolver a fibra moral da elite britânica. Esta concepção estava envolta na visão de que os esportes eram fundamentais para dar vigor ao corpo, fibra ao espírito e rapidez ao raciocínio.

O maior expoente dessa nova concepção pode ser visto nas *public schools*, escolas da elite inglesas. Foram nessas escolas que o futebol foi incorporado pelo cristianismo atlético como símbolo desta concepção. Os alunos poderiam praticar o esporte livre dos perigos físicos e sociais de jogar futebol com aqueles que viam como inferiores sociais. Dessa forma, os esportes praticados nas escolas públicas como o futebol e o cricket foram imbuídos de um propósito moral e um papel educacional, onde a atividade física, vigorosa e masculina estava fundamentalmente relacionada a formação do caráter dessas elites, significava uma filosofia educacional cristã muscular que buscava criar mentes saudáveis em corpos saudáveis. Dessa forma, o futebol passou a ser visto como uma parte vital do treinamento dos meninos e jovens que cresceriam para liderar o governo, a indústria e o império (Collins, 2018, p.17,18).

Dessa maneira, o desenvolvimento do futebol nas elites inglesas levou uma nova concepção de masculinidade. Um homem tinha que ser moral, saudável e de caráter íntegro, mantendo seus sentimentos e corpo sob controle, sendo esses os pilares do cristianismo atlético. Essa noção separava a elite burguesa e aristocrática das mulheres e dos membros das classes inferiores, homossexuais e homens de sociedades colonizadas (Brändle; Koller, 2015, p. 12). Esse projeto de exclusão a partir da autopercepção dessas elites estavam incorporadas pelos ideais do darwinismo social. Explica Hilário Franco Júnior:

Tal projeto incorporou o recém-lançado a *Origem das espécies* (1859) de Charles Darwin, adaptando à vida social a ideia biológica da sobrevivência do mais forte. Com essa intenção, foi sendo crescentemente difundido, nas *public schools* (escolas privadas) e também nas Universidades de Oxford e Cambridge, um jogo com bola aparentado àquele cultivado na Inglaterra havia séculos. [...] é inegável que o futebol moderno visava forjar elites aptas a governar [...] nasceu como instrumento do darwinismo social (Franco Júnior, 2007, p.27, grifo do autor).

²⁸ Temos ciência que existiram jogos com bola semelhantes ao futebol em outros locais do mundo. Contudo, não almejamos aqui nos debruçar de maneira profunda sobre o surgimento do futebol ou jogos tradicionais rurais na própria Inglaterra que o teriam originado. Consideramos aqui neste estudo, o futebol moderno que tem sua origem inglesa, com a sua primeira uniformização de regras em 1863 em *Freemanson Tavern*. Esse recorte, faz-se necessário para delimitarmos o espaço geográfico no qual o esporte foi inventado e com isso buscar explicá-lo pela realidade em que estava inserido.

Portanto, as escolas de elite eram um lugar propício para desenvolver tanto o caráter moral quanto o corpo dos alunos. O espírito de competição instalado nessas elites foi incentivado por essas teorias. Dessa forma, o futebol parecia incorporar a competição regulada dentro da sociedade, visto como uma forma de preparar os alunos para a vida de fora (Brändle; Koller, 2015, p. 13).

Vale salientar que o futebol possuía regras distintas a depender da localidade. As regras do futebol foram formuladas e escritas por volta de 1848 e tinham como objetivo limitar a violência, entre as escolas. Ademais, algumas localidades como Eton e Rugby permitiam o uso da mão, enquanto outras como Cambridge era estritamente realizado pelos usos dos pés. Os primeiros clubes de futebol eram entidades notoriamente elitistas, eram espaços para encontro sociais da elite. Para membros das classes altas e médias, significava a oportunidade de expandir suas redes sociais e de negócios. Essa expansão ocorria também através de jogos entre clubes diferentes. Então em 26 de outubro de 1863, representantes de onze clubes de Londres fundaram a *Football Association* (FA) no pub *Freemason Tavern* (Brändle; Koller, 2015, p. 16,17).

Na década de 1870, passam a surgir na Inglaterra clubes de empresas, ferroviárias, armamentistas. Nesse período, o futebol passa a ser praticado também por pessoas oriundas das classes populares pois o ensino primário se torna obrigatório em 1871. A prática que a priori era amadora, passa a tornar-se profissional. Multidões passam a pagar para assistir os jogos, empresários pagam jogadores e oferecem trabalhos vantajosos em fábricas. Com essa situação a elite dirigente combate esse profissionalismo primordial, mas em 1895 a *Football Association* passa a aceitar o profissionalismo (Franco Júnior, 2007, p. 35).

É nesse contexto, que o futebol se espraia pelo mundo, onde elites que querem controlar o jogo e seus participantes dicotomizam a relação com o jogo com as classes populares. Dessa forma, sob as bases aqui explicadas da formulação do futebol, o esporte é lançado ao mundo como uma ferramenta imperialista, um produto cultural inglês que pode ser consumido pelas elites de outras pátrias, assim como um instrumento essencial da Grã-Bretanha para seu poderio global.

Durante o século XIX, a Inglaterra era a maior potência econômica e militar do mundo. Em parte pelo seu pioneirismo industrial que alçou suas relações comerciais em diferentes partes do globo. Então é válido aqui nos dedicarmos a explicar como o futebol ganha o mundo e os diferentes vetores de introdução desse esporte no Brasil. Vale salientar a dinâmica global desse processo, onde um produto cultural passa a ser partilhado por povos

diferentes, mas com regras universais que não impedem a sua apropriação de maneira singular em cada recanto em que foi introduzido.

No final do século XIX, os britânicos estavam presentes em todas as partes do globo. Ocupando aparelhos militares e burocráticos, a Inglaterra gradualmente infiltrou-se em quase todas as regiões do mundo. Essa presença marcante devia-se à sua economia vigorosa, que abastecia os mercados mundiais com produtos industrializados. Marinheiros mercantes ingleses cruzavam os oceanos, e a presença britânica era comum na maioria dos portos.

Esses circuitos comerciais criaram um império econômico britânico que alcançou locais como China, América do Sul e México, atravessando toda a Europa. Além dos portos, a presença britânica foi fundamental na criação de bancos, ferrovias, infraestrutura e fábricas em países emergentes. O Império Britânico constituiu-se como um aparato não apenas econômico, mas também filosófico, visto que a educação inglesa se tornou um modelo em voga. Segundo Hobsbawm:

Dentre os países metropolitanos, foi obviamente para a Grã-Bretanha que o imperialismo teve maior importância, uma vez que sua supremacia econômica sempre dependera de sua relação especial com os mercados ultramarinos e as fontes de produtos primários. Na verdade, pode-se arguir que em momento algum, a partir da Revolução Industrial, as manufaturas do Reino Unido haviam sido particularmente competitivas nos mercados das economias em vias de industrialização, salvo, talvez, durante as décadas douradas de 1850-1870. Para a economia britânica, preservar o mais possível seu acesso privilegiado ao mundo não-europeu era, portanto, uma questão de vida ou morte. No final do século XIX, o sucesso obtido nesse terreno foi notável estendendo incidentalmente a área controlada oficial ou efetivamente pela monarquia britânica a um quarto da superfície do globo (que os atlas britânicos orgulhosamente colocariam de vermelho). Se incluirmos o assim chamado “império informal” de Estados independentes que na verdade eram economias satélites da Grã-Bretanha, talvez um terço do planeta fosse britânico em sentido econômico e, na verdade, cultural (Hobsbawm, 1988, p.70,71).

Com a exportação desse conhecimento técnico, o imperialismo inglês também disseminou, mesmo que sem intenção deliberada, fenômenos sociais e culturais cuja origem britânica conferia automaticamente uma aura de modernidade. Entre esses fenômenos estava o futebol. É nesse contexto que surgem diversos clubes através do globo em diferentes países da Europa e América do Sul, continentes onde o jogo ganhou maior notoriedade. O futebol possui diversos vetores de introdução pelo mundo. Algumas vezes era inserido por ingleses, outras vezes por pessoas que iam estudar na Inglaterra e introduziam aquela prática esportiva em seu país de origem. (Hilário Franco Junior, 2007, p. 41) Contudo, os vetores de introdução podem ser inseridos concomitantemente nas diversas regiões de um país, como no caso brasileiro, onde cada região tem a sua especificidade.

No caso brasileiro, temos como mito fundador da introdução do futebol no país a vinda de Charles Miller da Inglaterra para o Brasil, onde havia trazido consigo uniformes, chuteiras, bolas, bomba de ar e livro de regras. Charles Miller era filho de um engenheiro escocês e foi enviado a Inglaterra com nove anos de idade, retornou em 1894 com os elementos supracitados. Como afirma Wilson Gambeta (2013, p. 9) “se a questão fosse apenas indicar um precursor, parece difícil negar a Miller o mérito de ter organizado o futebol dentro de um clube esportivo e ter realizado os primeiros jogos com regras inglesas fora das escolas.”

Contudo, a introdução do futebol no Brasil através de Miller não pode servir como uma explicação universal para o desenvolvimento do futebol no país. Em muitas localidades o futebol foi introduzido e praticado de maneira singular não dependendo da introdução de Miller, o que quero afirmar com isso é que a noção de que o futebol foi introduzido em São Paulo e a partir daí se espalhou para as demais regiões, é equivocada. Isso já é sabido e muito discutido entre os estudiosos do futebol brasileiro. O que queremos é demonstrar que além de Miller, o futebol foi introduzido por diferentes atores, sob diferentes circunstâncias, portanto não há uma gênese do futebol nacional, mas várias agindo ao mesmo tempo ou relativamente pouco espaçado temporalmente.

Santos Neto (2002, p. 18,19) constatou a prática do futebol no colégio jesuíta São Luís, em Itu, onde os alunos se reuniam para praticar um jogo chamado bate-bolão que se dava pelo chute de uma bola contra a parede, a partir de 1894 o colégio São Luís passou a formar duas onzenas e a realizar jogos.

Segundo Fátima Martin Rodrigues Ferreira Antunes (2021, p. 39) o futebol já estava presente em algumas escolas como atividade lúdica ou como função pedagógica, antes de Charles Miller. Já em 1886, o futebol ou variações desse esporte era promovido em colégios jesuítas no Rio Grande do Sul e maristas no Rio de Janeiro. No início de 1890, colégios no Rio e em São Paulo como Abílio, Pedro II, Delamare, Grambery, Aquino, Paula Freitas, Alfredo Gomes, Anglo-Brasileiro, Arquidiocesano e Diocesanos já tinham no seu currículo a prática desse esporte.

Em meados do século XIX, chegaram a São Paulo os primeiros técnicos e engenheiros contratados pela São Paulo Railway Company para construir uma linha férrea entre o interior do estado e o Porto de Santos, com o objetivo de escoar a produção de café. Ao retornar da Inglaterra, Charles Miller dedicou-se a despertar o interesse pelo futebol no Brasil, baseando-se em sua experiência formal na Inglaterra. Ao voltar, ele não conseguiu encontrar companheiros dispostos a jogar futebol, então decidiu incentivar britânicos a disputarem uma

partida, com o objetivo de formar uma equipe e organizar torneios. A primeira partida propriamente dita, seguindo as regras do futebol, foi realizada em 1895 entre as equipes representando a Gas Company e a São Paulo Railway Company, ambas empresas de capital britânico. Após essas tentativas iniciais, foi instalado o primeiro campo de futebol na Chácara Dulley e formada a equipe oficial de futebol do São Paulo Athletic Club (SPAC), que já possuía uma equipe de críquete. Os alunos do Mackenzie College fundaram em 1898, a Associação Athletica Mackenzie College em 1898 e seus integrantes eram oriundos da elite paulista. Nesse período, outros clubes foram criados como em 1899, o Sport Club Internacional, nomeado assim pela multiplicidade de nacionalidades de seus integrantes e o Sport Club Germania. (Antunes, 2021, p. 42, 43). Em São Paulo, para além de Charles Miller, há uma profusão de nomes que estão relacionados ao desenvolvimento primordial do futebol, como explana Gambeta:

Outros eram jovens saídos das próprias famílias ricas paulistas que aprenderam o futebol na Europa e participaram da organização de clubes aqui: Silvio Penteado, sócio fundador do C. A. Paulistano, estudou na Inglaterra; Casemiro da Costa, idealizador da primeira coligação de clubes e jogador do S. C. Internacional, acompanhou o esporte na Inglaterra, na França e na Suíça. Muitos outros jovens atletas repatriados sequer são citados pelos historiadores. Olavo Barros, que também começou a jogar em colégios da Suíça, atuou como capitão no time do Paulistano. Renato Miranda e Benedicto Montenegro praticaram esportes em universidades americanas e foram dirigentes de clubes aqui. Jorge Mesquita jogou em colégios da Inglaterra e Suíça, Manoel Carlos Aranha na França... Enfim, a lista poderia ser estendida a dezenas de nomes (Gambeta, 2013, p. 14).

No ano de 1902, funda-se a Liga Paulista de Futebol (LPF), órgão dedicado a organização e manutenção do futebol oficial por intermédio da formação do primeiro campeonato paulista de futebol. Entre os elementos que constituíam os clubes participantes estavam presentes equipes de jovens burgueses de origem estrangeira ou nacional. Concomitante a isto, jovens paulistanos das camadas pobres da cidade formavam equipes que deram origem ao futebol de várzea ou varzeano. Em decorrência disto, as autoridades públicas buscaram controlar e regulamentar a prática que através do poder municipal determinava os espaços apropriados ou não para a prática do esporte (Streapco, 2010, p. 15, 16).

Contudo devemos estar atentos aos discursos, a discrepância entre os locais frequentados pelas elites e por elementos populares era alicerçada no impedimento para que indivíduos de diferentes estratos sociais não compartilhassem os mesmos espaços da elite paulistana. O aspecto ideológico sugere que, no início do século, o futebol era elitizado e sofisticado, quando na realidade, era predominantemente improvisado e simplificado entre todos os grupos que o praticavam (Streapco, 2010, p. 35).

Paralelo a isso, os grupos de elite e camadas médias da sociedade paulistana buscavam se distanciar dos grupos subalternizados. Um ponto central em torno desse distanciamento está relacionado com o racismo e com o fato de a população brasileira ser constituída por negros, indígenas e mestiços, junto a isso a ideia de modernidade implicava na construção de uma cidade em que o burguês branco fosse o fator central e os demais grupos fossem apagados ou escondidos (Streapco, 2010, p. 49).

No caso do Rio de Janeiro, o futebol já era conhecido antes mesmo de sua introdução. Ainda no século XIX, circulavam nos jornais do Rio de Janeiro notícias a respeito da prática do esporte em países como França e Uruguai (Melo, 2020, p. 160). Sobre a prática do esporte há registros de jogos de futebol no final do século XIX. Segundo Leonardo Affonso Pereira Miranda (1998, p.11) “o futebol já era conhecido no Rio de Janeiro, não só pelos clubes formados por ingleses, onde era praticado há mais tempo, mas também nas exibições de marinheiros estrangeiros na região do cais do porto ou em sua prática esporádica em colégios elegantes.”

Diante disso, é considerado o “introdutor” do futebol no Rio de Janeiro, Oscar Cox, que em 1897, ao retornar da Suíça para o Brasil trouxe em sua bagagem uma bola e a partir disso começou a juntar pessoas para a prática do jogo. Contudo, de acordo com Victor Andrade de Melo (2021, p. 160) Oscar Cox, já em 1897, era integrante do clube Rio Cricket e já nesse mesmo ano aparece em jogos de cricket, beisebol e tênis. Ao investigar as fontes que descrevem os anos iniciais do futebol no Rio de Janeiro e em Niterói, há um lapso temporal entre o ano de retorno de Cox e a organização do primeiro jogo de futebol no Rio Cricket. Segundo ele, apenas a partir de 1901 que há registros seguros que houveram disputas de futebol no Rio de Janeiro e Niterói.

Após as iniciativas de Cox, há a criação de alguns clubes como o Rio Futebol Clube e o Fluminense Futebol Clube, em 1902. Em 1904, foram fundados o Bangú Atlético Clube, o Botafogo Futebol Clube e o América Futebol Clube, além de clubes tradicionais terem formados equipes na referida modalidade, como o Rio Cricket e o Paissandu. Em 1905, funda-se a Liga Metropolitana de Futebol que organizou o primeiro campeonato da cidade em 1906. Com o crescente número de clubes, surgiram outras divisões na Liga Principal. (Peres; De Melo, 2016, p. 119).

As Ligas esportivas emergiram como instituições chave na regulação do esporte. Elas desempenharam um papel significativo ao estabelecerem normas e regulamentos que diferenciavam os clubes associados da elite dos não associados. Esses regulamentos muitas

vezes refletiam uma postura excludente, discriminando indivíduos com base em critérios como ocupação, nível educacional ou status socioeconômico.

Especificamente, os estatutos das Ligas frequentemente proibiam a associação de trabalhadores braçais, analfabetos ou pessoas sem empregos estáveis nos clubes de elite. Isso servia para manter uma certa exclusividade e estabelecer padrões de “respeitabilidade” entre os membros associados. No entanto, ao longo do tempo, os clubes das periferias começaram a ganhar gradualmente visibilidade e importância relativa dentro do contexto esportivo. Esse processo de inclusão gradual das periferias pode ser visto como uma imagem das mudanças sociais e econômicas da época, onde novos grupos sociais estavam emergindo e buscando reconhecimento dentro das estruturas esportivas estabelecidas.

Ademais, os clubes oriundos de fábricas tinham entre seus elementos uma certa quantidade de operários, como no caso do Bangu A. C. O referido clube desde 1904 passa por uma proletarização de seu quadro. A localidade do bairro nos subúrbios cariocas e a dificuldade de transporte fez com que o clube recorresse aos operários. Sob influência direta da fábrica, o clube aceitava sócios das mais variadas origens. Dessa forma, os operários da fábrica passavam a ter uma relação próxima comparecendo aos jogos e participando da vida ativa do clube, dessa maneira, não era de se estranhar a presença de jogadores negros no seu time (Pereira, 1998, p. 65).

A presença de membros da classe operária entre os sócios do Bangu causou desconforto entre os clubes da elite como Fluminense e Botafogo. As reclamações sobre as distâncias que os clubes da capital tinham que percorrer para jogar em Bangu, a recusa frequente de marcar partidas, e as queixas sobre o comportamento da torcida eram frequentes. Para os clubes da elite, o Bangu não parecia compartilhar dos mesmos valores atribuídos ao esporte, sendo visto como um elemento estranho na Liga Metropolitana. Diante de todas essas restrições, o Bangu decide se desligar da Liga Metropolitana em 1907. (Pereira, 1998, p. 67)

A Liga Metropolitana pretendia liderar o movimento futebolístico no Rio de Janeiro, porém não detinha controle absoluto sobre o esporte, que se espalhava por diversos bairros da cidade. Enquanto muitos clubes periféricos seguiam a lógica da Liga Metropolitana, outros adotavam regras mais flexíveis para aceitação de sócios, permitindo a participação das camadas populares no jogo. Isso possibilitou que operários, negros e moradores dos subúrbios formassem seus próprios clubes. Esse movimento resultou na proliferação de clubes no Rio de Janeiro, incluindo elementos de diversas origens sociais, culminando no final de 1907 com a prática do esporte por uma ampla gama de perfis sociais (Pereira, 1998, p. 67 – 71).

No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento esportivo tem forte ligação com os grupos de imigrantes e seus descendentes, incluindo teuto-brasileiros, luso-brasileiros e ítalo-brasileiros. Após a abolição da escravidão, o estado experimentou um significativo influxo de imigrantes europeus, especialmente da Alemanha e Itália. Cidades como Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre se destacaram como importantes centros esportivos na época, especialmente por serem portuárias estavam em contato com o trânsito cultural e de mercadorias. A cidade do Rio Grande, sendo próxima das fronteiras com Uruguai e Argentina, teve o futebol introduzido através das expansões das ferrovias que conectavam os países vizinhos ao estado (Fernandes, Prodanov, 2009, p. 3).

Por isso, o futebol no Rio Grande do Sul foi influenciado pela prática observada nesses países. O Club Rio Grande, fundado em 1900, é reconhecido como pioneiro na introdução e prática do futebol na região. Influenciada pelo pioneirismo do Sport Club Rio Grande em 1900, nos anos seguintes, a região de Rio Grande testemunhou o surgimento de várias outras agremiações esportivas, como o Rio Grandense Futebol Clube em 1912 e o Esporte Clube Pelotas, fundado em 1908. Esse movimento futebolístico na zona sul do estado, um dos principais polos econômicos do Rio Grande do Sul devido às transações comerciais com os países do Prata e ao porto de Rio Grande, exerceu uma influência significativa na formação dos clubes na capital, também uma cidade portuária (Fernandes, Prodanov, 2009, p. 4,5).

O futebol chega em Porto Alegre, capital do Estado, nesse período, o principal esporte praticado na capital, eram as corridas velocipédicas. O futebol chega a cidade através do Sport Club Rio Grande que em 1903, viaja para a cidade afim de realizar partidas de futebol. As partidas de futebol por parte desse club se tornaram grande motivadoras para que as agremiações esportivas comesçassem a praticar o futebol na cidade (Soares, 2014, p. 42).

Após as exhibições do Sport Club Rio Grande, em 1903 foram inaugurados o *Fuss-Ball Club Porto Alegre* e o *Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense*. No primeiro clube, predominavam homens associados a clubes de ciclismo da elite econômica teuto-brasileira, enquanto no segundo predominavam homens associados a clubes de remo do meio comercial. Esses indícios sugerem que, assim como em outros estados brasileiros, no Rio Grande do Sul, os primeiros clubes de futebol inicialmente foram gestados dentro de uma elite. O Grêmio era rotulado como um clube germanófilo. Boa parte de seus sócios possuíam origem teuta. Para a admissão no clube, era necessário passar pelo crivo dos demais sócios. Contudo, o Grêmio não era apenas formados por teuto-brasileiros havia em suas fileiras lusitanos e italianos. (Begossi e Mazo, 2021, p. 83,84; Stédile, 2011, p. 79; Soares, 2014, p. 46).

O desenvolvimento do futebol em Porto Alegre culmina com a criação do Sport Club Internacional, fundado por uma camada privilegiada da sociedade Porto-Alegrense, em 1909. Além disso, outros clubes surgem e em 1910, uma liga é criada. Assumindo o caráter regulatório das Ligas de outras cidades, o jogo assume um caráter elitista. Como explica Ricardo Santos Soares:

Ao final de 1909, podemos contabilizar pouco mais de dez clubes dedicadas ao cultivo do novo sport. [...] O esforço físico estava associado, desde o período colonial, aos escravos e aos desprovidos [...] O suor precisou de justificativa com a alteração de seu significado em detrimento de uma nova visão europeia. [...] A fundação da Liga em 1910 veio, portanto, com uma dupla função. A conveniência de organizar um calendário de partidas que valorizasse os “verdadeiros” desportistas, mas também unir os sete fundadores da elite da cidade, os separando das mais de 20 agremiações da periferia da cidade. O principal mecanismo para afastar os clubes de outra classe social do importante caminho da cultura física do futebol, foram as cláusulas financeiras (Soares, 2014, p.35, aspas do autor).

Portanto, nas primeiras décadas do século XX, os mecanismos de exclusão utilizados pelas elites mostraram-se ineficazes. Em apenas três décadas, foram fundados 97 clubes de futebol na capital do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, as classes subalternizadas não foram excluídas do futebol. Ao redor do campo do clube *Fuss Ball*, surgiram diversas fábricas metalúrgicas e têxteis que deram origem a vilas operárias, onde foram criados vários clubes ligados à classe operária. Na década de 1920, existiam pelo menos três ligas: a Liga do Sabonete, a Liga do Sabão e a Liga dos Canelas Pretas, que representavam, respectivamente, os clubes das elites, dos pequenos comerciantes e das minorias étnicas, e por último, negros e pobres (Stédile, 2014, p.93,94).

Indo para a região Norte do país, a entrada do futebol no Pará ocorreu por volta de 1896, marcada pela influência significativa dos ingleses no desenvolvimento desse esporte na região Norte do Brasil. A presença britânica foi notável, contribuindo ativamente para a criação de clubes e ligas. Esse envolvimento pode ser atribuído ao estabelecimento da cidade como um ponto de contato com a Europa, através do porto e da presença de empresas inglesas, como companhias comerciais, telegráficas e de energia elétrica. Assim, a prática do futebol se desenvolvia entre funcionários das empresas inglesas e jovens dos setores abastados da sociedade de Belém. Esse contato entre brasileiros e ingleses simbolizava a assimilação dos valores civilizatórios europeus e, conseqüentemente, um distanciamento das tradições culturais locais (Gaudêncio, 2021, p. 74 -76).

Por volta de 1906, foi organizado o primeiro campeonato de futebol na cidade, mas não chegou a ser concluído devido a divergências entre os clubes participantes. Em 1908,

surgiu a Liga Paraense de Futebol (Gaudêncio, 2021, p. 79). Os eventos esportivos que ocorriam na cidade de Belém estavam ligados a clubes oriundos das camadas abastadas da cidade. Esses esportes serviam como um meio pelo qual alguns indivíduos podiam se alinhar aos valores capitalistas emergentes na sociedade belenense. A modernidade, enquanto processo, era característica da cidade, no qual a indústria gomífera propiciou e construiu significados para a prática do esporte que representava distinção social ao aproximar as classes abastadas com o discurso civilizador (Gaudêncio, 2021, p. 44).

Para as elites de Belém, o futebol era visto como uma atividade esportiva destinada a promover a saúde física de seus praticantes. No entanto, o jogo também despertou interesse entre as camadas populares, uma vez que as partidas frequentemente aconteciam em áreas suburbanas, proporcionando aos setores populares da cidade o contato com esse esporte. A interação com pessoas de diferentes estratos sociais permitiu que as camadas populares de Belém reinterpretassem os próprios sentidos da modernidade em seu cotidiano. Apesar disso, a busca pelo padrão europeu permanecia como base nas relações entre esses diferentes grupos. Afinal, a relação da elite com o espaço suburbano contradizia os valores que ela mesma propagava, criando uma situação paradoxal. Os jogos realizados nessas áreas suburbanas propiciaram o surgimento de mais clubes e aumentaram a participação das classes menos favorecidas no esporte (Gaudêncio, 2021, p. 46-52).

Já na Bahia, região nordeste do país, especificamente Salvador, capital do estado, aparece um nome de um introdutor parecido com a experiência de outros estados. Zuza Ferreira, como era conhecido José Ferreira Júnior, vindo de terras britânicas teria chegado a Salvador com o material necessário para a prática do esporte e teria sido um dos responsáveis pela introdução do esporte na capital baiana (Franzini, 2009, p. 113).

No processo de introdução do futebol em Salvador, os clubes da cidade estavam inicialmente ligados ao críquete, um esporte trazido pelos ingleses à região. Os primeiros clubes de críquete eram compostos por jovens da elite local e estrangeiros, que se reuniam para praticar o esporte como parte de seu estilo de vida social. À medida que o interesse pelo futebol crescia entre os membros desses clubes, muitos começaram a diversificar suas atividades esportivas, incorporando o novo jogo em seu cotidiano. Um exemplo dessa transição foi o Club de Cricket Vitória que em 1901 alterou seu nome para Sport Club Victória. Foi neste período de transição que o clube começou a dedicar uma parte de suas instalações e recursos para o desenvolvimento do futebol, estabelecendo-se como um dos primeiros adeptos deste esporte na região. Em 1902, o Sport Club Victória incorporou o futebol às suas práticas esportivas. (Rocha Júnior e Santo, 2011, 85, 86).

Dessa maneira, os clubes em Salvador, em sua gênese representavam a elite da cidade, que munidos do discurso da modernidade, buscavam no esporte um caráter distintivo. Desde o período de sua introdução as elites da cidade buscaram definir que tipo de futebol poderia ser praticado na cidade além de organizar sua prática. Cabe salientar que na capital baiana, o envolvimento das camadas com o jogo se dá desde muito cedo, com registros datados de 1903 de indivíduos praticando o futebol em ruas e praças. Nesses jogos praticados em locais públicos a acusação de arruaça e prejuízos eram constantes. Em consequência disso, e com o objetivo de afastar esses sujeitos indesejados da prática do futebol, a elite soteropolitana, já se movimentava para definir o formato ideal do jogo (Pinto, 2021, p.75,76). Dessa maneira, Coriolano Pereira Rocha Júnior e Fernando Reis Espírito Santo (2011, p. 88) definem três etapas da introdução do futebol em Salvador. Essas três etapas, definidas pelos autores nos ajudam a entender o complexo processo de popularização desse esporte e suas tensões sociais a partir dos espaços em que ele é praticado:

Com isso, identificamos diferentes fases de ocupação dos espaços para a prática do futebol em Salvador. Uma primeira, quando o jogo se dava em praças (Campo da Pólvora e outras), onde ainda eram poucos os praticantes e seus jogos eram mais ligados ao aspecto da diversão daqueles que foram seus introdutores na cidade. Uma segunda se deu quando passou a ser necessário um espaço mais organizado, um espaço que permitisse uma prática mais sistematizada, com uma inicial organização de campeonatos, todavia, um espaço ainda adaptado, fazendo uso de outro já existente, no caso, os hipódromos, sendo essa a fase em que o futebol foi praticado no Rio Vermelho, tendo também voltado para o Campo da Pólvora. A terceira fase foi aquela onde já se exigia um espaço específico, só do futebol, surgindo o Campo da Graça, que foi construído especificamente para o futebol, o primeiro estádio em Salvador (Rocha Junior, Santo, 2011, p .88).

Na primeira fase, elencada pelos autores, o futebol gradualmente estabeleceu laços estreitos com as classes mais abastadas da sociedade soteropolitana, com um notável envolvimento dos estudantes de medicina da Universidade da Bahia na prática deste esporte. Esse período foi caracterizado pela crescente adesão das elites locais ao futebol, que se tornou não apenas um passatempo atlético, mas também um importante meio de socialização e afirmação de status entre os jovens estudantes (Pinto, 2011, p. 78, 79).

Além disso, temos também a criação da Liga Bahiana de Sports Terrestre em 1905. A criação da Liga marca o caráter regulador que essas elites assumiam em relação ao esporte, definindo uma maneira correta de se jogar a partir de padrões europeus. Com isso há uma determinada insatisfação com o futebol jogado nas ruas e praças públicas da cidade. O jogo praticado pelas camadas populares não seguia os padrões pretendidos pela elite que almejava controlar o esporte em círculos fechados, não possuíam bolas, traves e materiais importados,

não seguiam horários e local específico para a prática gerando um processo de hierarquização entre o futebol das elites e o praticados pelos populares (Santos, 2011, p. 8 - 12). Devido a popularização do esporte através da participação dos setores populares composta majoritariamente por pessoas negras e operários, durante a década de 1910, o futebol em Salvador é marcado pela criação de diversas Ligas e Clubes e ligados a estes setores. Explica Coriolano Pereira Rocha Junior e Fernando Reis Espírito Santo:

Em setembro de 1913, outra liga foi criada, a Liga Brasileira de Sports Terrestres. Em Salvador, existiram ainda outras ligas futebolísticas, como: Liga Sportiva Nacional, a Liga Itapagipana e a Liga Rio Branco de Sports Terrestres. A constituição dessas ligas correspondeu ao avançar da prática de futebol em Salvador. Dessa forma, organizar campeonatos, jogadores e espaços, era vital, já que esse esporte começava a alcançar outros praticantes, que não apenas os bons moços da “elite” soteropolitana. Ele já se alastrava pela cidade, chegando às várias camadas da população e aos vários bairros (mesmo que em campos improvisados). (Rocha Junior, Santo, 2011, p. 88, aspas dos autores).

No Ceará, temos duas versões em relação a introdução do futebol. A primeira refere-se a um time vindo da Inglaterra que pretendia excursionar pelo sul do Brasil. Devido seu desembarque na cidade de Fortaleza em 1903, um jogo foi realizado no Passeio Público. A partida teria sido realizada entre o referido time e uma equipe composta por ingleses e brasileiros, residentes da cidade. A outra versão refere-se a uma história semelhante a encontrada em outras regiões do Brasil. Em 1904, José Silvera regressando de seus estudos na Europa, trouxe uma bola e um livro de regras do futebol, realizando a primeira partida em 24 de dezembro daquele ano (Pinto, 2007, p. 36).

Ricardo Pinto ao pesquisar o futebol em Fortaleza afirma que a versão da introdução do futebol por parte de José Silveira possui algumas lacunas. O pesquisador não encontrou em suas buscas jornais que mencionassem a primeira partida, e José Silveira regressava do Rio e não da Europa. Entre as primeiras partidas e em 1904 a 1911, o futebol em Fortaleza tem um hiato. Ricardo Pinto, revela a dificuldade de achar registros nesse período devido aos arquivos referentes a essa década estarem danificados. Por esse motivo o futebol no Ceará, tem registros maiores a partir de 1914 (Pinto, 2007).

Assim como em outros estados, a experiência do futebol no Ceará não ficou incólume as tensões sociais e aos espaços de conflito. A formação dos primeiros clubes na capital favoreceu uma elitização do esporte ao passo que o futebol praticado entre as classes subalternizadas era hostilizado. Dessa forma, os espaços sociais e os meios sociais estavam em disputa entre as classes (Pinto, 2007, p. 58).

O futebol durante o período de 1906 a 1910 foi desenvolvido nas escolas, especificamente no Liceu e no Castelo. Fora do ambiente escolar, há registros de moradores de rua praticando o esporte, assim como garotos que se utilizavam dos espaços públicos para o lazer, tendo um de seus divertimentos o futebol, transformando a forma que os espaços são consumidos e sociabilizados aos custos das reclamações e das punições da sociedade (Pinto, 2007, p. 48, 49).

Nessa relação os costumes são alterados, as ruas pacatas se transformam em palcos futebolísticos de crianças. O jogo realizado por essa juventude nas ruas, foram motivadores de dois segmentos ligados a bola, um ligado aos setores populares e outros as camadas abastadas. A maneira que o futebol era praticado entre as crianças nas ruas se espraiava pela periferia da cidade, sendo condenado pelos jornais, enquanto a lógica dos clubes das elites era exaltada, pois estavam em concordância com os ideais de civilização e modernidade. Portanto, esses dois extremos acabaram por promover uma segregação social devido a rejeição da promoção esportiva entre os setores populares de Fortaleza enquanto que os círculos esportivos das elites se tornam cada vez mais fechados (Pinto, 2007, p. 51, 52).

Segundo Rodrigo Pinto (2007, p. 60) a exclusão do proletariado do meio futebolístico fica evidenciado com a criação da Liga Metropolitana em 1905. A lógica por trás dessa instituição refletia a natureza elitista do esporte como um todo. Evidenciando os participantes do campeonato de 1915: Rio Branco, Maranguape, Rio Negro e Stela. Esses clubes, ao longo dos anos seguintes, continuaram a dominar o cenário social do futebol, com exemplos como o Rio Branco, renomeado para Ceará Sporting Club já em 1915, e o Stela, que se transformou no Fortaleza Esporte Clube. Essas transformações não apenas destacaram a perpetuação das hierarquias sociais no esporte, mas também evidenciaram a resistência à inclusão de camadas populares no universo futebolístico da época.

Alcides Santos, na qualidade de presidente do Stela, foi o líder proeminente do movimento. A liga emergiu como uma iniciativa colaborativa entre os próprios clubes em formação, com o objetivo de unir os participantes em torno de interesses comuns, incorporando até mesmo o Maranguape, um clube originário de uma cidade próxima à capital. A meta principal era promover e expandir a prática esportiva por todo o Estado. O contexto social dos jogadores do Maranguape desempenhou um papel crucial em sua admissão nesta organização, pois muitos de seus membros pertenciam a estratos sociais privilegiados (Pinto, 2007, p. 61).

Contudo, o futebol desenvolvido entre essas elites conviveu com as classes subalternizadas durante toda a sua formação. Tal convívio favoreceu o surgimento de clubes

das classes na periferia da cidade abrindo espaços para que os trabalhadores pudessem assumir e se organizar diante da prática esportiva (Pinto, 2007, p. 52).

A dinâmica entre os clubes dos subúrbios e da elite revela-se tanto conflituosa quanto, por vezes, cooperativa. Impulsionados pelo desejo de vitória, os clubes da elite frequentemente admitiam jogadores dos subúrbios para reforçar suas equipes e aumentar suas chances de sucesso em partidas e campeonatos, elevando assim a qualidade de seus times. Esse fenômeno resultou na integração de indivíduos de diferentes origens sociais nas fileiras dos clubes de elite. Como no caso do Maguary, que alterava seu nome para Mangureira ao enfrentar clubes da periferia. Durante esses confrontos, o Maguary reconhecia o talento dos jogadores dos clubes suburbanos e os recrutava para reforçar suas próprias fileiras, mesmo quando se preparava para enfrentar outros clubes da elite em Fortaleza.

Esse processo não apenas evidenciava as complexas interações entre os diferentes estratos sociais no contexto esportivo, mas também ilustrava como o talento e a habilidade dos jogadores podiam transcender as barreiras sociais estabelecidas (Pinto, 2007, p.56). Essa inserção dos jogadores de outras classes na composição dos clubes da elite começa a ocorrer a partir da década de 1920. Tais mudanças acarretaram o início da profissionalização do futebol em Fortaleza. Essa profissionalização era vista como um amálgama na perspectiva amadora que o futebol ainda possuía (Pinto, 2007, p. 3).

Indo agora para o Piauí, os primeiros registros sobre a prática de futebol datam do ano de 1905, na cidade de Parnaíba. A referida cidade possuía um porto que a colocava como porta de entrada de mercadorias e novidades vinda do continente europeu. Mr. Anderson havia presenteado o filho de James Clark, Antônio Castelo Branco Clark com uma bola de futebol. Na capital do Estado, Teresina, a chegada do futebol supostamente data do ano de 1906, com o surgimento do Theresinense Foot-Ball Club (Barros, 2021, p. 141, 142).

No entanto, desde os seus primórdios, o futebol na capital piauiense foi moldado pelo esforço dos operários que lideraram a iniciativa de institucionalização do esporte na capital. Diante das limitações financeiras para a prática do esporte, os operários se alinharam com jovens da elite de Teresina, colaborando na fundação de clubes e associações voltadas para o desenvolvimento do jogo na cidade. Esse movimento possibilitou a fundação de clubes como Theresinense e América (Barros, 2021, p. 143).

Entretanto, mesmo com a presença de operários a lógica elitista se faz presentes nesses clubes, pois Teresina não escapa dos ideais de modernidade e civilização presente no período. Segundo essa lógica, os clubes almejavam regras, horários, locais e normas condizentes à prática do futebol, pois quando praticado de maneira desordenada transformava os indivíduos

em pessoas preguiçosas e indisciplinadas. É na década de 1910 que começam a aparecer diversos clubes no Piauí, além dos já citados, aparecem o: Artístico, Militar, Comércio, Tipographico, Américo, Tiradentes, Ypiranga e Sport Club Guarany (Barros, p. 144).

Por fim, conforme pudemos ver nas experiências aqui elencadas em diversos Estados do Brasil. Pudemos perceber que em cada localidade o futebol foi introduzido de uma maneira diferente e apropriado pela sua população de forma singular. Contudo, pudemos notar também experiências próximas, mesmo as cidades estando localizadas longe geograficamente. Em muitas delas, encontramos a participação das elites como o vetor principal da introdução do futebol, isso não pode ser negado. Em cada cidade há seu “mito fundador”, que vem sendo revisitado e compreendido pelos historiadores com o objetivo de expor a complexidade desse processo. Entretanto, explicar o futebol somente a partir das elites não nos permite compreender de maneira ampla os primeiros anos do futebol no Brasil, já que há uma grande e importante participação de negros, operários e crianças nesse processo de introdução. Como explica Leonardo Pereira Miranda ao analisar os casos de São Paulo e Rio de Janeiro:

Muller e Cox. Ambos jovens que, apesar dos nomes estrangeiros, eram nascidos no Brasil; ambos filhos de famílias abastadas que buscaram, na Europa, a base de uma educação que não poderiam ter em seu país de origem - trazendo de lá novas práticas e tradições. Mais que mera coincidência, a semelhança entre suas trajetórias indica a lógica que caracterizou a consolidação de uma certa memória sobre o jogo - que vê no futebol um esporte que “nasce e se desenvolve entre a elite.” Ele seria nesse tipo de visão, um jogo “predominantemente das camadas superiores”, praticado por “membros de famílias abastadas”.

[...] Histórias desses dois “pioneiros” servem para atestar o caráter elitista da geração do esporte no Brasil, que teria nascido pelo impulso isolado de alguns grupos abastados que buscavam na Europa as raízes de uma nova cultura e de uma nova civilização para a recém instaurada república brasileira. [...] Histórias como a de Cox, Muller e outros jovens endinheirados, [...] foram realmente parte importante da difusão do jogo no Brasil; elas não bastam, porém, para explicar a própria história do jogo em seus primeiros anos no país (Pereira, 1998, p. 13, aspas do autor).

Devemos ter a noção que o futebol não se origina apenas de um fundador, há variados fatores que contribuíram para sua introdução e seu espraiamento. Como afirma Victor Andrade de Melo e Fábio de Faria Peres:

Sem negar a importância desses personagens, é preciso perceber que: o futebol não nasceu somente de um fundador, em cada cidade havendo processos bem mais complexos de difusão e consolidação; não há um centro único ou lugar pioneiro de onde a modalidade se espraiou para o Brasil – seu desenvolvimento se deu de forma distinta, em diferentes localidades, em períodos aproximados; essa hipótese merece ser investigada nas próprias cidades, vale prospectar melhor essa multiplicidade de apreensões (Peres; Melo, 2016, p. 117).

Nesse sentido, a introdução do futebol no Brasil revela-se como um processo complexo e multifacetado, apresentando uma variedade de fatores que singularizam a experiência de sua chegada em diferentes localidades e regiões. Nosso intento foi delinear esse processo nessas cidades, visando compreender toda essa complexidade. A partir dessa análise abrangente, buscamos evidenciar que os vetores de introdução foram distintos em cada localidade, ainda que compartilhando uma lógica excludente, mas independentes em cada processo introdutório desse esporte. Como afirma Gambeta:

O problema dessa abordagem é que querer encontrar o ponto original da implantação e atribuí-la a um fundador paternal: o jogador/professor pioneiro. É difícil aceitar a ideia de que o futebol chegou casualmente e que recebeu adesões espontâneas da população a partir de um lugar específico, expandindo-se em círculos concêntricos. Identificar a introdução mais remota - como se isso fosse possível - não bastaria para compreender a naturalização do jogo, nem como ele ganhou o formato de espetáculos massivos. A localização de um ato fundador pouco esclarece sobre a dinâmica desse fenômeno, diversificado e plural, que mais tarde atingiu enorme magnitude no país. As ações devem ser pensadas sempre nas suas inter-relações com a sociedade (Gambeta, 2013, p. 12).

Dos variados vetores que levaram o futebol a ser introduzido no Brasil, nota-se um elemento em comum entre todos eles, a presença do elemento inglês. Seja o esporte introduzido por colonos britânicos, funcionários de alto escalão da Inglaterra em empresas de capital britânico, por brasileiros descendentes de britânicos ou por brasileiros que tiveram contato com o futebol na Europa, elementos ingleses estiveram ao redor dessa introdução, aliás, trata-se de um esporte nascido na Inglaterra.

Com isso em seus primórdios, as lógicas do cristianismo atlético estão inseridas no futebol moderno e é com esse elemento de distinção que ele é introduzido no Brasil, solo fértil para estruturas de diferenciação, já que é introduzido em um contexto pós - abolição demarcado pela separação social e racial.

Portanto, este é um fator fundamental para entendermos o motivo do pretense elitismo primordial que é marca característica do futebol no Brasil. Como exposto pelas experiências aqui descritas acontece paralelo a este modelo de exclusão, surge um movimento que busca mimetizar estas práticas esportivas pelas camadas populares. O padrão comportamental, de vestuário, a realização de piqueniques e bailes e de tudo que envolve o esporte, tinha como sua inspiração o que acontecia nos campos e clubes das elites. Contudo, os espaços sociais são bem demarcados, mas não significa afirmar que eles não se correlacionaram. Entenderemos nas próximas páginas o caso ludovicense.

2.1 – A introdução do futebol na cidade de São Luís.

No Maranhão, a chegada do futebol foi facilitada por Joaquim Moreira Alves dos Santos, amplamente conhecido como Nhozinho Santos. No entanto, antes de explorarmos detalhadamente como o futebol foi introduzido na cidade, é fundamental compreender mais profundamente a trajetória de Nhozinho Santos para entender como a elite de São Luís estava envolvida no processo de modernização e civilização na virada do século XIX. Através da vida de Nhozinho Santos, podemos examinar as bases que foram estabelecidas para o desenvolvimento do futebol em São Luís, visto que o esporte, de forma geral, era considerado um símbolo de modernidade na época.

Nhozinho Santos personificou os ideais de progresso e modernização que eram tão valorizados pela elite local naquele período. Sua influência não se limitou ao esporte; ele foi uma figura chave na transformação cultural e social de São Luís, promovendo não apenas o jogo, mas também os valores associados à prática esportiva, como disciplina, competição e o desenvolvimento de uma cultura física. Ao analisarmos o papel de Nhozinho Santos, não apenas como um pioneiro do futebol, mas como um agente de mudança na sociedade maranhense, ganhamos uma compreensão mais ampla de como o esporte se integrou ao contexto histórico e cultural da época. A sua história não apenas lança luz sobre a evolução do futebol em São Luís, mas também nos permite entender melhor o impacto da modernização e da adoção de novas práticas culturais no Maranhão do século XX.

Em 1871, chega a São Luís do Maranhão, o jovem português Crispim Alves dos Santos. Em conjunto com seu irmão João Alves dos Santos instalaram na cidade uma casa comercial que explorava os gêneros de tecidos (Martins, 1989, p. 252). Em 1883, Crispim abre um estabelecimento comercial de secos e molhados do qual era o único responsável (*Pacotilha*, 09/07/1883, Edição 185, p. 2). Durante esse período, Crispim se torna um proeminente comerciante da capital e motivado pelo *boom* industrial no final do século XIX, começa a investir seu capital na indústria. Um dos seus primeiros investimentos industriais se dá através da criação da Companhia Exploradora Maranhense que tinha por objetivo a exploração de seringas e outros produtos naturais, vegetais e minerais da província do Maranhão (*Pacotilha*, 22/09/1887, Edição 242, p. 2).

Após este empreendimento Crispim Alves dos Santos em conjunto com Carlos Ferreira Coelho, José João Alves dos Santos, Joaquim Francisco dos Santos e Apolinário Jansen tomaram a iniciativa de instalar na capital maranhense uma companhia sob a denominação de Companhia Fabril do Maranhão com interesse na manufatura de fiação,

tecidos e tinturaria, localizados no Apicum²⁹, sendo Crispim o segundo maior sócio das ações da Companhia, sendo dono de 400 ações das 5000 disponíveis até então (*Pacotilha*, 26/08/1889, Edição 201, p. 3).

Crispim assume o cargo de Diretor da Companhia, dividindo a administração com Carlos Ferreira Coelho, Apolinário Jansen Ferreira, José João Alves dos Santos, Joaquim Francisco dos Santos (*Pacotilha*, 27/08/1889, Edição 202, p. 2). A Companhia contava também com casas para seus operários aos arredores da fábrica, sob a justificativa de garantia de assiduidade nos trabalhos das fábricas e uma fonte de renda (*Pacotilha*, 17/04/1891, Edição 104, p. 2).

De acordo com Dejard Ramos Martins (1889, p. 253, 254), Cândido José Ribeiro foi o responsável pela construção do parque industrial, tendo sua inauguração em 30 de junho de 1893, acercando em sua operação inicial cerca de 160 teares. Em 1897, Crispim Alves dos Santos assume a administração da Companhia, como diretor administrador geral, tendo as principais tomadas de decisão em relação a Corporação (*Pacotilha*, 14/05/1897, Edição 112, p. 2).



Figura 05: Companhia Fabril Maranhense.
Fonte: Cunha, Gaudencio (1908), Álbum do Maranhão 1908, p. 113.

De acordo com Dejard Ramos, a Companhia prosperou sob os comandos de Crispim, aumentaram-se os teares, totalizando quatrocentos e sessenta ao fim de 1898. Esteve Crispim à frente da administração da Companhia até 1905, ano de seu falecimento (Martins, 1898, p. 254). Com seu passamento a Companhia Fabril Maranhense passa a ser administrada por seu

²⁹ Atualmente conhecido como canto da Fabril.

filho Joaquim Moreira Alves dos Santos, o Nhozinho Santos em 1906 (*Pacotilha*, 21/04/1906, Edição 94, p. 1).

Como dito anteriormente, a trajetória de Nhozinho Santos pode ser lida como uma representação dos anseios das elites ludovicenses, com o intuito de modernizar a cidade tendo como os principais parâmetros os moldes europeus. A ele é creditado a introdução do futebol e a introdução do primeiro automóvel em São Luís. O principal meio de transporte de São Luís nesse período eram os bondes de tração animal. O fato de o industrial maranhense possuir um automóvel e circular nas ruas da cidade, gerou curiosidade na população e foi até noticiado no jornal: “Circulou, hontem á tarde pelas principaes ruas desta cidade um automovel, o primeiro importado para esta capital. É propriedade do sr. Joaquim Moreira Alves dos Santos” (*Pacotilha*, 25/10/1905, p.1).³⁰

Como não haviam fábricas na época, o automóvel precisou ser importado e chegou pelo porto da cidade. Vale destacar que o próprio automóvel em si pode também ser lido como um desejo de modernidade, um símbolo dos novos ares que a elite ludovicense pretendia respirar, uma novidade presente em poucas cidades do Brasil. Nhozinho Santos, também adquire a patente de coronel por volta de 1904, prática comum na época, “já foi paga na Alfândega o sello da patente do coronel comandante da 34ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional da comarca, desta capital com que foi distinguido, pelo Governo Federal, o nosso amigo sr. Joaquim Moreira Alves dos Santos” (*Diário do Maranhão*, 22/09/1904, Edição 9336, p. 1).



Figura 06: Nhozinho Santos em seu automóvel peça ruas de São Luís.
Revista do Norte, dezembro de 1905, n.º 4, p. 50.

³⁰ Optamos por manter as notícias com a língua portuguesa utilizada a época. Essa escolha se dá por conta da manutenção da fidelidade com as fontes, assim como para permitir aberturas interpretativas por parte do leitor ao ter contato com a língua portuguesa de outro tempo.

Sobre a introdução do futebol, a História que se tem registro nas principais obras sobre o assunto relata que no final do ano de 1905, ao retornar de Liverpool na Inglaterra, onde estava estudando para ser técnico industrial, o jovem Nhozinho Santos retorna a São Luís munido de bola, uniformes e livro de regras para a prática do futebol. Segundo Claunísio Amorim Carvalho:

No final de 1905, a cidade respirava ares de crise financeira e esperança de um ano novo melhor [...] Da existência do futebol, já se tinha conhecimento por aqui de ouvir falar. Foi quando Nhozinho Santos retornou da Inglaterra, trazendo na sua bagagem, além de artefatos próprios (bolas, uniformes, chuteiras, apito), interessantes relatos sobre o novo esporte chamado *foot-ball association*, que já era febre na Inglaterra, pelo menos, 40 anos. Na Europa, aprendeu a praticar o esporte e conheceu suas regras, bem como outras modalidades (cricket, croquet, tênis, boliche, etc.). Portanto o futebol implantado em São Luís é tributário exclusivamente do futebol inglês e nada deve ao futebol do Sul-Sudeste do Brasil, como parece ser quando se lê sobre a difusão do esporte pelo Brasil a partir do eixo Rio-São Paulo (Carvalho, 2009, p. 30, *itálico do autor*).

Claunísio de Amorim Carvalho se utiliza das pesquisas de Dejard Ramos Martins para fazer as afirmações a respeito da introdução do futebol em São Luís. Segundo Dejard Ramos, Nhozinho Santos reuniu parentes, amigos e convidados especiais para tratar da implantação do futebol no Maranhão na sua residência na Rua Grande, 1018. Ainda segundo o autor, quando estudava em Liverpool, tornou-se técnico em Indústria Têxtil e chegou a praticar o futebol por lá. No final do ano de 1905 já se debatiam as primeiras providências para a prática do esporte (Martins, 1989, p. 283, 284).

Todavia há algumas incongruências nessa versão, não queremos aqui negar o pioneirismo de Nhozinho Santos, nem atacar as pesquisas feitas anteriormente, pois este estudo também só foi possível porque elas existem. Ademais os dois autores citados são importantíssimos para a História do esporte e do futebol no Maranhão. Porém, cabem aqui algumas considerações sobre a versão apresentada.

O primeiro ponto a ser aqui discutido é a periodicidade em que Nhozinho Santos haveria retornado a São Luís vindo da Inglaterra. Os autores apontam o ano de 1905 em que o fato teria ocorrido. Na versão apresentada, o Nhozinho Santos estaria estudando para ser técnico industrial em Liverpool com o intuito de adquirir conhecimento para aumentar ainda mais a produtividade da Companhia Fabril Maranhense. O ponto importante de ser notado nessa versão é que no decorrer deste estudo conseguimos detectar a presença de Nhozinho Santos em São Luís desde o ano 1900. Supomos que para alcançar os estudos e se tornar técnico industrial requer tempo, contudo durante os anos 1900 e 1905 (data apresentada como seu retorno), o jovem Joaquim está participando ativamente do cotidiano da cidade, o que

coloca em xeque o fato dele realmente ter retornado a São Luís em 1905, levantando dúvidas sobre essas afirmações.

Desde os anos 1900, Nhozinho Santos aparece nos jornais participando da organização de corridas velocipédicas no Velódromo de São Luís (*Pacotilha*, 13/09/1900, Edição 218, p. 3; *Pacotilha*, 08/12/1900, Edição 291, p. 3). Além da sua presença como testemunha de matrimônio acontecendo na capital (*Pacotilha*, 04/02/1903, Edição 29, p.1). Realizando seu casamento com a senhora Amália de Carvalho Lauro (21/01/1904, Edição 17, p. 1). E no ano de seu suposto retorno, encontramos registros do senhor Nhozinho Santos participando do evento em que o navio alemão canhoneira *Panther* veio a São Luís (*Pacotilha*, 07/08/1905, Edição 186, p. 1), Além da notícia da circulação nas ruas de São Luís em seu automóvel, conforme mencionado anteriormente.

Com isso, queremos demonstrar que durante todo esse período Nhozinho Santos estava presente em São Luís e não na Inglaterra. Portanto, a data da sua referida volta se torna incompatível com os fatos aqui elencados. Nesse sentido, há uma imprecisão em relação ao seu retorno da Europa. É possível supor que esse retorno tenha acontecido em fins de séculos XIX. Caso tenha retornado no fim do século XIX por que as primeiras partidas de futebol são jogadas apenas em 1907? A mesma pergunta serve para a versão de seu retorno em 1905. É um lapso temporal notório.

Contudo, conseguimos encontrar uma viagem de Nhozinho Santos a Europa em 1904, mas não para Inglaterra e sim Portugal. Durante o referido ano, Nhozinho e sua esposa viajam embarcados no paquete alemão *Karthago* rumo a Lisboa com o objetivo de visitar a avó, mãe e irmãos dele residentes naquele país. O navio levava também mercadorias como couros salgados e espichados, fardos de algodão, madeira violeta, cera de carnaúba, borracha maníçoba, caroço de algodão para as cidades do Porto, Lisboa, Havre e Hamburgo, todas produzidas do parque fabril maranhense oriundas de diversas firmas (*Diário do Maranhão*, 21/01/1904, Edição 9134, p. 2; *Diário do Maranhão*, 28/01/1904, Edição 9140 p.3).

Nhozinho chega a Portugal em fevereiro de 1904 (*Diário do Maranhão*, 17/02/1904, Edição 9157, p. 3) e tem seu retorno ao Brasil pelo vapor inglês *Cyril* que desembarca no Pará e em seguida chega a São Luís por meio do paquete *Alagoas* (*Diário do Maranhão*, 10/09/1904, Edição 9326, p. 2; *Diário do Maranhão*, 12/09/1904, Edição 9327, p. 2). Dessa maneira, durante o período analisado Nhozinho Santos esteve fora de São Luís entre janeiro a setembro de 1904. Teria seu contato com o futebol se dado em Portugal? Essa pergunta não foi possível ser respondida nesse estudo. Nesse sentido, reafirmamos que a versão do retorno

no final de 1905 aparentemente não se sustenta. Então como se deu a introdução do futebol no Maranhão?

Não se pode negar até o momento que o futebol no Maranhão tenha uma parcela considerável de participação de Nhozinho Santos através do clube esportivo Fabril Athletic Club (F.A.C), fundado em 1907. No referido ano, foram fundados dois clubes que se dedicavam aos esportes ingleses, o Club Euterpe Maranhense e o F. A. C. O Euterpe dedicava-se ao cricket, *lawn Tennis*, croquet e tiro ao alvo. Já o F. A. C. dedicava-se ao futebol, cricket, croquete, algumas vezes o jogo de bilhar e até mesmo chegou a promover aulas de jiu-jitsu (*Pacotilha*, 18/04/1910, Edição 90, p. 1). O Euterpe já no início do ano de 1907, adquire terrenos para a prática do tênis e do tiro ao alvo, assim como todo o material necessário para sua realização é importado da Europa (*Pacotilha*, 12/01/1907, Edição 11, p.1).

De acordo com Claunísio de Amorim Carvalho (2009, p. 31, 32) as tratativas de fundar o F. A. C. já se davam desde 1906, quando os idealizadores passaram a se reunir e realizar treinos no campo da Fabril, não sendo possível formar equipes completas, então para o autor, esse ano foi um ano mais de elaboração do que disputas, sendo o ano seguinte o ano que começam as primeiras disputas de fato. Para Dejard Martins (1898, p. 285), “decorreu no ano de 1906, uma ou outra disputa.”

Concordando com os autores acima é possível que o ano de 1906 tenha sido o ano de elaboração do futebol na cidade, mas os registros de jogos se iniciam a partir de 1º de abril de 1907. Publicou o jornal *Pacotilha*:

Este esperançoso club, executou, hontem na sua sede, diversas partidas de *lawn-tennis* e uma de foot-ball. Honraram os exercícios com a sua presença, algumas gentis senhoritas da nossa sociedade, o que muito concorreu para que os jogadores estivessem animadissimos. Formaram-se partidos, tendo algumas senhoritas se declarado favoraveis aos encarnados e outras aos de bonets pretos [...] (*Pacotilha*, 01/04/1907, Edição 077, p. 1).

O trecho acima é o registro mais antigo de uma partida de futebol que pudemos encontrar nos jornais. Ela revela não só o futebol como uma novidade praticado no “esperançoso” clube, como a participação das mulheres no desenvolvimento desse novo hábito. Dos meses que se seguem o jornal *Pacotilha* continua publicando os acontecimentos esportivos no F. A. C. até sua definitiva inauguração oficial em 27 de outubro de 1907. Notícia a *Pacotilha*:

Como previramos, foi uma festa de extraordinário brilho a inauguração official, hontem, do Athletic Club. Desde as 2 horas da tarde que os bondes despejavam, a

porta da sede do Club, grande número de convidados, entre os quaes se achava representado o que a sociedade maranhense possui de mais selecto. O edificio do Athletic, bizarramente ornamentado com os próprios apparatus empregados nos diferentes jogos, dispostos, com graça e distincção, por entre profusão de flores naturaes, apresentava magnífico aspecto. Transbordando do edificio pelos logares destinados aos jogos, estendia-se, por toda a parte, galhardo e vistoso embandeiramento. Não havia archibancadas; mas, em torno do ground, dispostas, pitorescamente, em varios grupos, a sombra das arvores, estavam collocadas numerozas capeiras, ocupadas, quazi todas, por senhoras e senhoritas, cujas *toilets*, de cores variegadas, davam um tom de alacridade ao bello festival. Diversas charangas, accomodadas tambem aqui e ali, sob as arvores, completavam, com os seus accordes muzicaes, a vida e animação de que estava cheio todo aquelle vasto recinto. Havia um pouco de sol ainda, supportavel, porém, sem fadiga. Bufetes improvisados nas proximidades do ground, bem como os convenientemente instalados na sede do edificio [...] (*Pacotilha*, 28/10/1907, Edição 256, p. 1).

Ao analisar a publicação sobre a inauguração do F. A. C., é evidente o caráter elitista que o futebol assumiu desde seus primórdios. O jornal descreve a presença da elite mais seleta da sociedade maranhense, destacando claramente a exclusividade do evento. Além disso, são enfatizados os detalhes luxuosos dos edifícios e a decoração, sugerindo que não foram poupados gastos para a ocasião. Os presentes estavam elegantemente vestidos e havia charangas e bandas musicais, proporcionando um ambiente festivo e sofisticado.

No entanto, é importante observar que o campo era um espaço aberto, sem arquibancadas. Isso levanta a questão se o jornal estaria omitindo a presença das camadas populares nesse evento. Essa observação suscita reflexões sobre a possível exclusão deliberada das classes menos privilegiadas da narrativa oficial sobre o evento, focada em destacar a participação e o glamour da elite. A seguir as fotografias do referido evento:

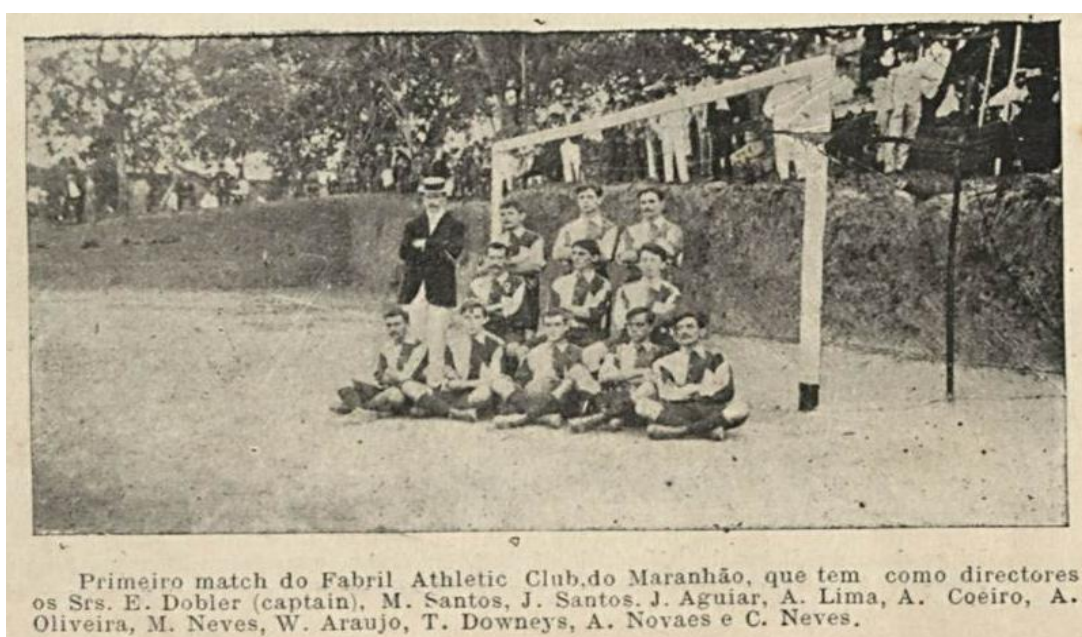


Figura 07: Match de Inauguração do Fabril Athletic Club.

Fonte: O Malho, 1908, Edição 299, p. 46.



Figura 08: Aspectos da Inauguração do Fabril Athletic Club.
 Fonte: O Malho, 1908, Edição 318, p. 46.

Essas imagens foram capturadas no dia 25 de outubro de 1907, data da inauguração do Fabril Athletic Club. Como descrito anteriormente, nas fotos, é evidente o caráter distinto e fidalgo que o futebol assumia desde seus primeiros dias. Os espectadores da partida vestiam suas melhores roupas para prestigiar o jogo, entre os homens o fraque, cartola e bengala eram a moda da vez.

Em relação ao campo, nota-se que, apesar dos esforços dos *sportmans*, tinha um aspecto bastante simples, contando apenas com a marcação do campo e a disposição das traves, distante das estruturas de praças esportivas vistas em outros estados. Apesar do ângulo da foto, percebe-se a ausência dos lances de arquibancadas para os sócios, o que forçava os espectadores a assistirem aos jogos em pé. A vista disso, queremos destacar é que um dos critérios para distinção era a presença de um campo apropriado para a prática do futebol, algo que o F.A.C. não possuía em sua inauguração. Ademais nota-se na Figura 08 e Figura 09 a ausência de jogadores negros, nesses primeiros tempos do futebol em São Luís.

Outro ponto significativo é que o campo era aberto, desprovido de estruturas que impedissem qualquer pessoa de observar o que ocorria ali. Esse aspecto provavelmente facilitou o acesso das camadas populares ao jogo. Portanto, é possível conjecturarmos que a referida inauguração do clube também contou com a presença das pessoas das camadas populares, afinal, eventos como esses consistiam em apresentação de novidades, afluindo grande número de pessoas. Com isso, podemos sugerir que as camadas populares não aparecem nas imagens, pois não havia intenção de mostrá-las, já que as duas fotografias foram registradas do mesmo lado do campo.



Figura 09: Nhozinho Santos com as equipes do F.A.C: *Black and White Red and White*.
Fonte: MARTINS, Dejard Ramos (1989), p. 297.

Na imagem acima de acordo com Dejard Martins (1989, p. 297) estão dispostos de chapéu e vestimentas brancas, Nhozinho Santos; De pé: Antero Novaes, Cloves Vieira, José Serejo, Satu Belo, Wilson Araújo, Jasper Moon, Antonio Vieira, João B. Moraes Rego; Sentados: Antonio Serejo, Manoel Lopes, Carlos Neves, Wladimir Reis, José Santos, Graccho Costa Rodrigues e Manoel Santos; seguem mais três que Martins não conseguiu identificar. Nos primórdios do futebol em São Luís, é notável a significativa presença de ingleses no F. A. C., como Jasper Moon, T. H. Downey, F. H. Downey³¹, E. Dobler, Ernest Clissold, John Shipton, e C. V. Read, todos participantes frequentes nas primeiras disputas do clube.

³¹ Nos jornais é possível encontrar os *players* F. H. Downey e T. H. Downey, não sabemos se é um possível erro de grafia ou se tratam-se de pessoas diferentes com algum grau de parentesco.

De acordo com Dejad Martins (1989, p. 255), a presença desses ingleses no F. A. C. remonta a 1906, quando se reuniram na residência de Nhozinho para estabelecer o clube, contando com figuras como Downey e John Bragard entre os presentes. Isso evidencia o papel importante dos ingleses na formação do F. A. C. Além disso, o caráter inglês é evidenciado pelo próprio nome do clube, que inclui “Athletic” em sua denominação, assim como na denominação de seus partidos internos *Black and White* e *Red and White*.

É importante lembrar que esses ingleses estavam a serviço do Império Britânico e eram educados sob a ética do cristianismo atlético. Não seria inapropriado sugerir que o modelo de exclusão associado ao futebol praticado pelo F. A. C. pode ter sido influenciado por essa mentalidade. Adicionalmente, é crucial recordar que o Brasil, um país marcado pelo racismo e exclusão, frequentemente associava as classes populares a uma suposta degeneração racial e moral, oposta aos valores modernos, civilizados e morais imputados aos esportes. Esses aspectos históricos lançam luz sobre as dinâmicas complexas que moldaram o início do futebol em São Luís, revelando influências culturais e ideológicas que permearam a prática esportiva naquele contexto específico.



Figura 10: Vila Operária nos arredores da Companhia Fabril Maranhense.
Fonte: Cunha, Gaudêncio in Revista do Norte, janeiro de 1906, nº 5, p. 73.

A Companhia Fabril Maranhense estava situada no Apicum, conforme indicado na Figura 03, próxima ao Caminho Grande. O campo do F. A. C. ficava nas imediações da Companhia. Nos arredores, foram construídas casas operárias. Ao longo do Caminho Grande, havia uma vila operária conhecida como Villa Joalves, que pertencia a Nhozinho Santos. É possível que o nome “Joalves” seja uma abreviação de Joaquim Alves Moreira Santos, o nome completo de Nhozinho.

O operariado maranhense era composto em sua maioria por negros, pardos e mestiços indivíduos que na transição e mudanças sociais e políticas no final do século faziam o trabalho no chão das fábricas. Conforme exposto no primeiro capítulo, o operariado maranhense não possuía os padrões europeus de trabalhadores livres, na realidade muitos deles eram descendentes de escravizados e também ex-escravizados. Na Figura 11 podemos perceber a grande presença negra, sobretudo mulheres que trabalhavam na Companhia Fabril Maranhense. Com isso queremos aqui destacar a proximidade dessa população com a fábrica e por consequência, o futebol, uma vez que o campo do F. A. C ficava muito próximo à fábrica e à vila operária. Portanto, os eventos esportivos realizados naquele campo não escapavam aos olhares dessa população que aos poucos vai ganhando interesse pelo jogo e praticando-o à sua maneira.



Figura 11: Companhia Fabril Maranhense e seus empregados.
Fonte: Álbum do Maranhão 1923, organizado por. A. Cavalcanti Ramalho p. 164.

A partir de todas as considerações e evidências apresentadas até o momento, é plausível suspeitar que o futebol em São Luís não foi introduzido exclusivamente por meio de uma viagem de Nhozinho Santos à Inglaterra, nem podemos atribuir a ele o papel de único catalisador para a introdução desse esporte na cidade. Deixamos claro que a importância de Nhozinho não pode ser menosprezada, uma vez que este indivíduo possuía o capital, o terreno e as conexões necessárias para o investimento em um clube com estas pretensões. Como parece sugerir uma coluna no jornal *Imparcial* em 1926, onde se faz uma revisita de como surgiu o futebol em São Luís:

Por volta de 1907/8 que se começou a praticar o jogo bretão em nossa terra, com a fundação do primeiro clube desportivo, que se denominaram “Fabril Athletic Club”, de iniciativa do operoso sportman, sr. Joaquim Moreira Alves dos Santos, auxiliados por alguns rapazes ingleses, funcionários da Companhia Booth. Não obstante o entusiasmo despertado entre os partidos internos do clube, que se disputavam entre si os torneios do “balon round”, o foot ball ficou restricto à prática e apreciação, apenas aos sócios do Fabril, não apodendo transpor os portões quem não fosse associado (*O Imparcial*, 25/12/1926, Edição 203, p. 21).

Todavia, este estudo sugere que a chegada do futebol em São Luís foi resultado de uma colaboração entre a elite local e os trabalhadores ingleses que estavam empregados nas empresas estabelecidas na capital maranhenses, possuindo cargos administrativos ou de especialização técnica nas fábricas. Ao afirmar isso, abrimos a possibilidade de que o futebol já pudesse ter sido praticado anteriormente ao estabelecimento do F. A. C. em São Luís, devido ao significativo número de ingleses residentes na região, embora não haja registros definitivos que confirmem essa hipótese.

Além disso, é importante destacar que outros esportes de origem inglesa foram introduzidos durante esse período por essas mesmas instituições e praticados pelos mesmos indivíduos, refletindo um período de intensa importação cultural inglesa, como observado em outras cidades do país. Essas mudanças de hábitos e a criação de uma nova sociabilidade através dos clubes esportivos são representativas do desejo de modernização da elite ludovicense, que, de certa forma, carecia de opções de lazer.

Ademais, em seus primórdios, o futebol aqui praticado tinha como principal instituição um clube esportivo e social oriundo de uma companhia fabril, no qual seu campo ficava localizado próximo as vilas operárias que compunham o complexo fabril, mesmo que os operários nesses primórdios não participassem ativamente do jogo, é possível afirmar que eles acompanhavam estes jogos.

Com isso, queremos destacar que os jogos ocorridos no F. A. C. eram também um dos vetores que a população mais pobre de São Luís passou a ter contato com o futebol, fato este que vai colaborar com a criação de diversos clubes oriundos dos setores populares nas décadas seguintes, assim como o aumento considerável de jogadores negros nas fileiras de clubes elitizados, assunto que abordaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – Os Negros no Futebol Ludovicense

Para compreendermos a participação da população negra de São Luís no futebol, é essencial começarmos com uma análise sobre a popularização do esporte na cidade. Este processo é fundamental, pois é através dele que a população negra começa a se envolver de maneira mais ativa no futebol, seja como espectadores ou como praticantes, tanto nas ruas quanto em clubes e instituições militares.

A popularização do futebol em São Luís, que ocorreu ao longo do tempo, trouxe consigo uma democratização do acesso ao esporte. Nesse contexto, a participação da população negra não se limitou apenas à prática do esporte, mas também ao seu envolvimento em diversas esferas sociais e culturais ligadas ao futebol. Entender a presença e o papel desses indivíduos é crucial para uma visão mais completa da cidade de São Luís durante a Primeira República. Visto que o futebol não era apenas uma forma de lazer, mas também um meio de subsistência para muitos, em um período em que o amadorismo predominava e jogar futebol por dinheiro era visto com maus olhos e até mesmo combatido e condenado.

Portanto, a análise da trajetória da população negra no futebol de São Luís revela aspectos significativos da vida social e econômica da época. Nas páginas seguintes, exploraremos com mais detalhes a influência e a contribuição dos negros para o desenvolvimento do futebol em São Luís, analisando como essa relação moldou e refletiu as dinâmicas sociais da cidade durante o período mencionado.

Vale salientar que podemos dividir o futebol em três momentos durante o recorte temporal desta pesquisa que se compreende entre os anos 1907 a 1929:

- **Primeiro Período (1907-1912):** Este início é marcado pela atividade do Fabril Athletic Club, que surgiu em 1907 como um dos pioneiros na introdução e popularização do futebol em São Luís. Durante esses primeiros anos, o Fabril Athletic Club desempenhou um papel fundamental na promoção do esporte na cidade. No entanto, enfrentou desafios econômicos substanciais que eventualmente levaram ao seu fechamento em 1912 que estavam diretamente atrelados a decadência da indústria têxtil local, levando o cenário esportivo local a um cenário de decadência.

- **Segundo Período (1915-1921):** Após esse período, o futebol em São Luís experimenta um novo florescimento. Sobretudo com o retorno do FAC em 1915, agora sob o nome de Football Athletic Club e a com a criação do Onze Maranhense em 1916. Portanto, entre 1915 e 1921, a cidade vê uma notável expansão da atividade esportiva, com a criação de novas ligas e clubes. Essa fase reflete um ambiente vibrante e dinâmico, caracterizado por um

aumento na organização e na popularidade do esporte, assim como temos os primeiros registros de “profissionalismo” dentro do esporte, significando um novo meio de vida para a população, assim como a formação de um mercado que gira em torno do esporte, com a criação de lojas de artigos esportivos e a cobrança de entradas para assistir as contendas nos campos, passando o futebol a se caracterizar como espetáculo. No entanto, a partir de 1921, começa a se observar sinais de decadência e dificuldades organizacionais entre os clubes da elite ou outros desafios que impactaram a continuidade e o crescimento do futebol, contudo há grande atividade de clubes suburbanos.

• **Terceiro Período (1924-1929):** A partir de 1924, o futebol ludovicense passa por um processo de reestruturação significativo. Durante esses anos, o esporte na cidade é revitalizado, resultando na reorganização das competições e na formação de novas instituições esportivas. Essa fase também é marcada pelo crescente número de jogadores profissionais. Em 1929 é marcado pelo encerramento do Luso-Brasileiro, um dos clubes de grande importância para a elite local e da população em geral.

Esses três momentos delineiam a evolução do futebol em São Luís, proporcionando uma visão viva das fases de crescimento, desafios e reestruturação enfrentadas pelo esporte ao longo desse período. A análise dessas etapas permitirá uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e esportivas que moldaram o futebol na cidade entre 1907 e 1929. Contudo, vale salientar que o terceiro período especificamente só faz sentido no universo desta pesquisa, pois o ano de término do período está relacionado ao fim da atividade de um clube, contudo o futebol de São Luís continuou depois disso.

Nesse sentido, começaremos a esmiuçar a presença da população negra de São Luís a partir do primeiro período destacado por essa pesquisa. Nesse momento, o universo futebolístico ludovicense gira em torno do Fabril Athletic Club que possuía a melhor infraestrutura para a prática do esporte. Contudo, conforme explicado anteriormente, o clube possuía um caráter elitista, fazendo com que seus jogos fossem uma diversão para a alta sociedade de São Luís.

No ano de 1907, o Fabril Athletic Club concede à Escola de Aprendizes de Marinheiros o seu campo para a realização de exercícios. Dentre esses exercícios podemos elencar os exercícios de infantaria e esgrima de baioneta (*Pacotilha*, 06/07/1908, Edição 134 p. 1) e também os exercícios de futebol (*Pacotilha*, 20/12/1907, Edição 301 p. 1). O caso da Escola de Aprendizes de Marinheiros é emblemático, pois é através dessa instituição que os negros tem contato com o futebol ativamente em São Luís.

Segundo Karina Cancelli (2012), durante os fins de século XIX e início do século XX, as atividades físicas e esportivas foram gradualmente integradas aos currículos das escolas militares no Brasil. A promoção da Educação Física estava fundamentada na crença de que o esporte ofereceria benefícios tanto para o corpo quanto para a mente dos jovens, sendo considerado uma ferramenta essencial para a manutenção da forma física e da disciplina das tropas. Assim, com a República, as preocupações com o preparo físico e técnico dos militares brasileiros adquiriram maior destaque, impulsionadas por um projeto de modernização que abarcava não apenas os aspectos técnicos e jurídicos, mas também os processos de formação e capacitação dos cidadãos, especialmente daqueles encarregados de assegurar os poderes constitucionais, a lei e a ordem: os militares. Assim, dentro das forças armadas, buscou-se preparar, através do esporte, grupos de “soldados-cidadãos” e “cidadãos-marinheiros” prontos para defender a pátria sempre que necessário.

Diante desse cenário, em que o esporte é promovido em instituições militares entremos na questão da Escola de Aprendizes de Marinheiros. A referida Escola se caracterizava por colocar jovens e crianças nos seios das forças armadas brasileiras desde o período imperial. Crianças e jovens considerados fora de controle, independente da origem social com o intuito de serem corrigidas moralmente e civilmente. Algumas vezes o recolhimento se dava de maneira compulsória de crianças que perambulavam nas ruas. A Escola de Aprendizes de Marinheiros, portanto, funcionava não apenas como um centro de formação militar, mas também como um mecanismo de ordem pública e social. Objetivando abranger a disciplina e a moralização dos jovens, contribuindo para o ordenamento do espaço urbano e para a organização da população. Através de um rigoroso processo de formação, a escola visava transformar esses jovens em cidadãos disciplinados e aptos a servir às necessidades do país, refletindo uma estratégia de controle social através da disciplinarização militar (Lins, 2012, p.89, 90).

Com a Proclamação da República, a infância ganha novas dimensões na esfera jurídica onde o poder judiciário estende o controle sobre a infância desvalida. Um exemplo disso é a redução para nove anos de idade o limite da responsabilização penal. A criança burguesa passou a ser pensada como aquela que precisava de uma liberdade protegida e a criança pobre de uma liberdade vigiada (Lins, 2012, p.91, 92).

Apesar do seu modelo de ensino podemos perceber que os jovens que compunham a instituição da Marinha, nem sempre seguiam as normas estabelecidas pela disciplina e ordem valorizados no ambiente militar. Na notícia que segue podemos perceber nitidamente esse contraste:

Apezar das constantes reclamações feitas pela imprensa, continuam os desatinos cometidos pelos menores da Escola de Aprendizes de Marinheiros. Eram inúmeras as desordens provocadas pelos alludidos menores, [...] que há pouco dias noticiaram também um assassinato praticado pelo aprendiz marinho Joaquim Corrêa de Mello (*Pacotilha*, 31/01/1908, Edição 26 p. 1).

Para ingressar na Escola de Aprendizes de Marinheiros, os candidatos deveriam atender a três requisitos principais: ser brasileiro, ter entre 12 e 16 anos de idade e dispor de robustez física adequada para o serviço militar (*Pacotilha*, 26/01/1908, Edição 21, p. 2). E em grande parte essa juventude era de cor negra. A Escola se fazia presente nos seguintes Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. (Almeida, 2010, p. 95)

De acordo com Silvia Capanema Pereira de Almeida, 93,2% dos marujos da Marinha brasileira era composta como principal braço, os Aprendizes de Marinheiros. Sendo 65,6% do Norte e Nordeste do país. A pesquisadora ao analisar o bojo geral a partir das fichas de identificação dos membros do Corpo de Marinheiros Nacionais sinaliza que 56,4% eram de cor parda, 20% de cor branca, 11,6% de cor preta, 10,4% de cor morena, 1,2% “branco corado”, 0,40% parda clara. A pesquisadora aponta que, ao analisar os dados apresentados, destaca-se a predominância de indivíduos identificados como pardos em comparação com aqueles classificados como de “cor preta”.

Isso evidencia que os termos “preto” e “pardo” eram frequentemente usados nos registros mais para refletir o contexto social e as representações da época do que para descrever uma tipologia racial precisa. Assim, a análise desses termos deve levar em conta o contexto histórico e social em que foram aplicados, em vez de se restringir a uma categorização racial rígida. Esses termos são fluidos e variam de acordo com as circunstâncias. O termo “pardo”, por exemplo, antes de denotar um grau específico de mestiçagem, muitas vezes representava uma relativização da origem do cativo ou era utilizado como um eufemismo. Além disso, observa-se o uso de termos como “moreno”, “branco corado” ou “pardo claro” para indicar um certo grau de mestiçagem, mas de forma dissimulada, com o intuito de “clarear” a identidade racial (Almeida, 2010, p. 93, 94).

Feitas essas considerações em âmbito nacional, podemos afirmar que no Maranhão não podia ser diferente, podendo ser afirmado que a Escola de Aprendizes de Marinheiro tinha em sua maioria meninos de cor preta ou mestiço. Nesse sentido, a referida instituição foi uma das responsáveis por promover o contato da população negra de São Luís com o futebol,

se utilizando do campo do FAC para seus exercícios futebolísticos. Diante disso, por se prestarem como membros de uma instituição militar, os alunos Aprendizes de Marinheiros estavam alicerçados na oficialidade para o convívio pacífico entre os clubes da elite que exigiam um comportamento cavalheiresco entre seus congêneres. Ademais, por participarem da Escola, os jovens aprendiam a ler, escrever e tinham aula de comportamento, sendo incentivados com recebimento de prêmios (*Pacotilha* 24/11/1909, Edição 278 p. 2; *Pacotilha*, 15/12/1909, Edição 296, p. 1; *Diário do Maranhão*, 06/09/1909, Edição 10850, p.1). Nesse sentido, Claunísio de Amorim salienta que “o caso dos Aprendizes Marinheiro pode ser destacado como elemento de resistência, de um time composto de jogadores pobres, mas que pertencia a uma Força Armada, portanto, elitista no sentido jurídico e pela sua oficialidade” (Carvalho, 2009, p. 81).

Nas páginas dos jornais da época, é possível encontrar uma série de partidas de futebol envolvendo os Aprendizes de Marinheiros, destacando-se confrontos com suas equipes internas, como o Team Riachuelo e o Humaytá (*Pacotilha*, 28/09/1908, Edição 230, p. 1). Além dessas competições internas, também há registros de jogos amistosos em que um time combinado dos Aprendizes de Marinheiros e Maranhense FC, tem como adversário o Fabril Athletic Club.

Portanto, o caráter disciplinador da Escola de Aprendizes de Marinheiros se configurava como um sofisticado instrumento de controle e conformação dos corpos dos jovens. Esses corpos, predominantemente de crianças oriundas de contextos socioeconômicos desfavorecidos e, em grande parte, de origem negra, eram alvo de um processo sistemático de disciplinamento. Com o fim da Abolição, as academias militares passaram a ser vistas como agentes civilizadores, destinados a transformar e reformatar esses corpos, que eram percebidos como carentes de controle e orientação para se integrarem à ordem social estabelecida.

Dentro desse contexto, o esporte emergia como uma ferramenta crucial para essa disciplina. Através de atividades físicas estruturadas, a Escola não apenas promovia a saúde e o preparo físico dos jovens, mas também utilizava o esporte como um meio para inculcar valores de obediência, ordem e hierarquia. A prática esportiva era, assim, uma parte integral do processo de formação, projetada para moldar o caráter e o comportamento dos aprendizes, alinhando-os aos padrões desejados pela instituição e pela sociedade. Esse uso do esporte reforçava a visão de que a disciplina física e mental era essencial para a integração e civilização dos jovens em um contexto pós-abolição, onde o controle social e a ordem eram a base para o controle estabelecido para as classes subalternizadas.

Durante esta primeira fase, existem informações sobre outros clubes, conforme discutido no capítulo anterior. No entanto, a análise detalhada do perfil racial dos membros desses clubes é inviável devido à escassez de dados disponíveis nos jornais da época. Contudo, podemos supor que o Maranhense FC especificamente possuía em suas fileiras rapazes socialmente distintos, pois participava frequentemente de embates com o FAC. E o FAC assumia a liderança referente a práticas de conduta e comportamento que o elitismo exigia. É possível encontrarmos por exemplo a exigência para assistir as partidas de futebol do FAC, apenas pessoas devidamente trajadas (*Pacotilha*, 08/05/1909, Edição 108, p.1) ou tomando as entradas ao grande público a “todos que se apresentarem convenientemente decentes” (*Pacotilha*, 21/01/1911, Edição 17, p.1).

Portanto, a própria vestimenta e a moda apareciam nessa fase como uma barreira para as classes subalternizadas se aproximarem do jogo. A questão da vestimenta se apresenta até mesmo nos próprios uniformes dos clubes, destacando que o FAC importava seus uniformes para os seus times internos, diretamente da Inglaterra. Como explica a coluna do jornal *Pacotilha*:

[...]Serão recomeçados no próximo mez de Maio, apresentando-se por essa ocasião, os jogadores, os novos uniformes chegados a pouco pelo Gregory e expressamente executados na Inglaterra, sob a escolha de um correspondente do club. As novas vestimentas dos *teams B&W e R&W* são do mais bello efeito e manufacturadas do melhor tecido de lã, adptado ao nosso clima (*Pacotilha*, 15/04/1908, Edição 90, p.1).

Sendo assim, em um contexto marcado por acentuadas diferenças sociais e raciais, essas exigências serviam como um mecanismo para restringir o acesso ao espaço esportivo a um segmento específico da sociedade, predominantemente composto por famílias de classes sociais mais elevadas, essa exclusividade não apenas delimitava o público presente nos eventos esportivos, mas também ajudava a criar uma espécie de microcosmo que refletia a elite local.

Nesse cenário, o esporte e o lazer se transformavam em ferramentas para afirmar e reforçar a distinção social. O FAC, portanto, usava essas práticas para manter uma barreira simbólica e real entre as diferentes camadas sociais, alinhando-se aos preceitos de civilização e modernidade que a elite valorizava como um meio de se distanciar das classes sociais consideradas inferiores.

Além disso, estamos analisando um período em que a prática do futebol estava fortemente associada ao status social e a capacidade financeira dos indivíduos. Para praticar o

esporte em clubes como o FAC ou o Maranhense FC³², era necessário pagar uma mensalidade para se tornar sócio, o que limitava o acesso ao futebol a uma parcela específica da população que podia arcar com esses custos.

Nesse contexto, o caso da Escola de Aprendizes de Marinheiros ganha especial importância, pois oferecia a possibilidade para jovens de classes subalternizadas, incluindo negros e mestiços para praticar o jogo, já que, de outra forma, poderiam enfrentar barreiras financeiras e sociais para acessar a prática do futebol. A Escola de Aprendizes de Marinheiros integrava o futebol em suas atividades e treinamentos, proporcionando para esses jovens a prática do esporte sem a necessidade de filiação a um clube formal.

Em relação a prática do futebol na sociedade ludovicense podemos encontrar discussões a respeito a seus benefícios ou malefícios, uma hora percebido como elemento de aprimoramento da raça brasileira, em outra percebida como jogo rústico que não colabora para nada na sociedade. Podemos perceber essa relação tendo como exemplo as crônicas a seguir:

Duas notícias auspiciozas merecem aqui uma referencia ligeira pela grande importância e pela alta significação dos fatos que ellas encerram: tratam essas noticias da criação de um clube de regatas e aos ensaios para uma partida de football infantil nesta cidade. A muita gente, aqui, parecerá exajero a opinião acima revelada, porque si essas duas tentativas forem levadas a efeito, virão ambas de encontro aos hábitos rotineiros dos nossos rapazes e ás praxes inveteradas da educação defeituosa dada as nossas creanças. [...] Nessas condições, o clube de regatas equívale a uma feliz idéa. [...] O que eu acho é que a nossa sociedade é uma sociedade triste, uma sociedade que frequenta as egrejas menos por amor á religião do que por outra qualquer couza. Acho que temos urgente necessidade de modificar certos costumes e acabar com certos vicios.[...]. Os nossos *sportsmen* passarão a namorar, não de gravata e colarinho duplo, mas de camisa de meia, mangas curtas, e calças ao meio da canela, numa ostentação bizarra de músculos dezenvoltos e movimentos acelerados. A outra tentativa, a do football para creanças, é igualmente merecedora de encômios, e a digna diretoria do «Fabril Athjetic Club» presta, com tal iniciativa, um grande serviço social. Em matéria de educação física os nossos institutos de ensino deixam tudo a dezejar. E isso não é para estranhar numa terra em que, apesar dos esforços de algumas pessoas dedicadas, á quazi totalidade dos professores não sabe fazer outra couza senão mandar decorar: decora-se estupidamente a gramática, decora-se a aritmética, decora-se tudo. O resultado é um esforço brutal da memória, com prejuizo de todas as funções do cerebro, e o compromisso do regular desenvolvimento físico. Uma opinião valiozissima pode ser aqui invocada: a de Herberth Spencer. Elle se manifesta francamente em favor do jogo livre, dos brinquedos em que a creança toma vivo interesse em que faz movimentos espontaneos, sem estar constringida, preferindo-o à ginastica. Diz elle: “Em primeiro lugar esses movimentos regulares, necessariamente menos diversos dos que os que rezultam dos brinquedos, não garantem uma repartição igual da atividade entre todas as partes do corpo, donde rezulta que o exercicio, recaindo sobre uma parte apenas do sistema muscular, fatiga muito mais depressa, e conduz, persistindo nesses exercícios, a um dezenvolvimento desproporcionado de certas

³² O Maranhense FC também importava seus uniformes da Inglaterra e possuía as cores verde e branco. (Pacotilha, Edição 90, 15/04/1908, p. 1)

partes do corpo. Nós que somos uma raça de anemicos e raquiticos, precisamos de convercer-nos de que, pouco a pouco, podemos transformar-nos numa raça de homens robustos e dispostos. [...] E o sr. José Veríssimo, [...] afirma: “A educação física no Brazil é, em todo o rigor da expressão, um problema nacional”. E é esse mesmo escritor quem rebate a alegação da impropriedade do nosso clima, demonstrando que “é justamente em os climas enervadores e debilitantes, como o nosso, que convém, mediante exercícios, reagir contra a ação do meio físico. O clima australiano é tão quente quanto o nosso, ou mais. No entanto, lá se fazem todos os exercícios uzados na Inglaterra. Por tudo isso e pelo mais que escapa a minha curta visão, são duas notícias animadoras a da criação de um clube de regatas e da instituição do football para crianças. (Ega, 1908 in *Pacotilha*, 02/06/1908, Edição 130, p. 1).

Na crônica, é evidente que o discurso de autoridade evoca as ideias de Herbert Spencer, filósofo e pedagogo que difundiu os princípios do Darwinismo Social. Essa teoria, que sustentou a mentalidade de hierarquização das raças e sociedades, é utilizada para justificar uma visão particular sobre a educação física e os esportes. O autor da crônica critica as instituições escolares de São Luís e seus métodos de ensino por não promoverem adequadamente a educação física. Sugere que iniciativas como a realização de um “match” infantil, promovido pelo FAC, poderiam preencher essa lacuna. Segundo o autor, tais atividades não apenas incentivariam a prática de exercícios físicos, mas também contribuiriam para a superação de uma condição de fraqueza, visando a transformação de uma “raça anêmica e raquítica” em uma “raça robusta e disposta”, claramente colocando a raça “maranhense” em uma situação de inferioridade às demais e teria o esporte o dever de corrigir este fato.

Podemos encontrar esse argumento nos trabalhos de Herbert Spencer, cuja influência se estendeu à propagação da educação física na Europa. Spencer sustenta que a força de uma nação está intrinsicamente ligada à saúde e ao desenvolvimento físico de seus indivíduos, afirmando que melhorar o corpo individual é crucial para melhorar o corpo coletivo, e vice-versa. Essa visão encontra-se em trabalhos basilares do autor como: *Education: Intellectual, Moral and Physical*, publicado em 1861, *Principles of Biology* de 1864 e *The Man versus the State*, publicado em 1884. Tais obras, foram utilizadas na Inglaterra do século XIX, para a inclusão da educação dos corpos institucionalizada como dispositivo governamental (Galak, 2023, p. 7). Nota-se que aqui são utilizadas em São Luís no início do século XX, como modelo para a superação de um suposto estado de fraqueza que a sociedade ludovicense se encontrava.

Outro ponto crucial abordado na crônica é a relação entre o clima e os exercícios físicos, com base nos argumentos do educador paraense José Veríssimo, cujas ideias foram fortemente influenciadas por teorias eurocentristas e racistas, sustentadas pelos teóricos do

racismo racial. Apesar de, em algumas ocasiões, ter se distanciado da teoria racial explícita, o discurso de Veríssimo estava alinhado com os pensamentos que fundamentaram essas teorias. O autor defendia que as condições climáticas e geográficas desempenhavam um papel determinante na falta de motivação para o trabalho, o que, segundo ele, contribuía para o atraso do país. Veríssimo argumentava que, sendo o país dotado de terras férteis e abundantes recursos naturais, o esforço e o trabalho se tornavam desnecessários e, portanto, havia uma tendência ao desinteresse pelo labor. Ele sustentava que a fertilidade do solo e as condições climáticas favoráveis alimentavam uma atitude de desprezo pelo trabalho. Esse ponto de vista estava embasado na teoria do determinismo natural, que afirmava que as características climáticas e geográficas influenciavam diretamente as disposições e comportamentos dos indivíduos, sugerindo que a prosperidade natural diminuía a necessidade de esforço humano e contribuía para um estado de letargia (Verano, 1998, p. 78).

Portanto, a partir das considerações aqui feitas a crônica está alicerçada em teorias embasadas no racismo científico. Dessa maneira, o esporte e a educação física sanariam a amálgama da preguiça de uma raça considerada anêmica e raquítica, assim como o determinismo natural do clima da região. Conclui-se que mesmo tais teorias tem seu período de produção e difusão no século XIX, ainda se encontram ativas no cenário intelectual local no início do século XX, servindo de alicerce para o discurso em defesa do esporte pautado na regeneração da raça.

Contudo, nem todos viam o futebol com bons olhos, é possível encontrar crônicas que condenam o esporte com a justificativa de que se tratava de um exercício rude e bruto que causaria danos ao desenvolvimento intelectual. Como podemos verificar na crônica a seguir:

Condemna-se o atletismo actualmente; de toda a parte e de todas as camadas surgem protestos contra a violência dos sports que extenuam e esgotam. Dizem os pedagogos que mais forte é o menino que livremente respira e entrega-se a jogos não violentos, do que os atletas, do que os lutadores; que esses possuem a força muscular, mas extenuam-se mais facilmente e que o trabalhador intellectual não tem absolutamente necessidade de nenhum exercicio muscular excessivo, pois, conforme Payot, não precisa queimar as reservas de um excesso de nutrição. [...] Ainda sobre esse assumpto podíamos invocar a opinião de Malthus Arnold. Não só esses como ainda outros preocupam-se actualmente com a violência dos sports em voga e, por meio de constantes estudos, procuram mostrar nenhuma importancia para os homens intellectuaes [...] Todos elles opinam, na verdade, que o exercicio tem influencia extrema sobre as nossas faculdades, mas acham também que quem se entrega a trabalhos intellectuaes deve evita-lo, visto como impede o jogo regular dá respiração e provoca uma congestão muito aparente nas veias do pescoço e da fronte, o que é um tanto prejudicial e crêem que a força muscular não traduz saude.[...] Ha um outro jogo nada prejudicial tanto aos meninos como aos intellectuaes, desde o momento em que o façam em horas regulamentares e sem exaggero. É a natação, sport este que enormemente favorece á respiração e cuja violência não produz tantos danos como os exercicios athleticos... pois não há perito nadador que não seja cauteloso [...] Os

outros jogos são perniciosos; a força muscular adquirida prejudica o cérebro e Payot julga que é muito difícil encontrar-se um Pascal entre homens de regatas, «footballers», pelotaris e atletas [...] Como o intelectual, o operário, os trabalhadores de toda a espécie e os meninos das escolas não precisam queimar as reservas de um excesso de nutrição e por isso evitarão a violência dos exercícios[...] (Leite in *Pacotilha*. 30/04/1909, Edição 101, p. 2)

A crônica traz críticas em relação aos esportes caracterizando futebol, boxe, regata como esportes violentos, apresentando argumentos que condenam os esportes ditos violentos como um passatempo desprovido de refinamento e educação. O futebol é descrito como um exercício físico que promove comportamentos agressivos e uma forma de entretenimento que desconsidera a sofisticação e o caráter educativo desejáveis em atividades esportivas, diferendo da natação que favorece o desenvolvimento da respiração e não produziria danos intelectuais. Tais críticas frequentemente destacavam a natureza violenta e a falta de elegância do jogo, sugerindo que o futebol era inadequado para as pessoas que valorizavam a civilidade e o desenvolvimento intelectual.

Portanto, assim se desenvolveu a relação entre o futebol maranhense e a participação dos negros nos primórdios do futebol em São Luís, primeiramente propagado pela instituição militar da Escola de Aprendizes de Marinheiros e com o próprio FAC que nas partidas em seu *ground* causava interesse da população local, inclusive das camadas populares. Contudo, a disseminação do futebol nesse período estava atrelada também a ideais eugenistas de melhoramento da raça. Com o declínio do FAC, por volta de 1912, o futebol em São Luís passa por um período de escassez de jogos, porém retorna o incentivo ao esporte e sua promoção após 1915 com a reorganização do FAC e a fundação do Onze Maranhense, assim como diversos clubes que vem a surgir na segunda metade dessa década com jogadores de origem negra e operária.

3.1 – Popularização do futebol em São Luís

A fase de popularização do futebol maranhense começa a se consolidar no início da segunda metade da década de 1910, com um marco significativo a partir de 1916. Esse período marca uma revitalização do cenário esportivo local, impulsionada por iniciativas de clubes associados às elites locais. A partir dessa revitalização, observa-se o surgimento de clubes operários e uma maior inclusão de jogadores negros no futebol local. Embora a presença da população negra de São Luís no futebol tenha sido perceptível desde os primeiros momentos do esporte na cidade, a segunda metade da década de 1910 destaca-se pela ampliação dessa presença.

Vários fatores contribuem para essa acentuação. Em primeiro lugar, os campos dos clubes da elite por terem um caráter aberto, passaram a ser frequentados por jovens negros, mestiços e de classes mais baixas no momento em que não havia partidas sendo jogadas. Dessa maneira, esses campos passam se configurar como um espaço de lazer de uma juventude empobrecida que não tinha espaços adequados para a prática do futebol. Além disso, no decorrer da década de 1910, observa-se uma crescente participação de jogadores negros em clubes tanto das elites quanto em clubes periféricos, embora muitos desses clubes periféricos ainda mantivessem uma relação estreita com os clubes elitistas.

No final da década de 1910, o emergente “profissionalismo” começa a marcar presença no futebol maranhense, transformando o esporte em uma oportunidade viável de sustento. Mesmo dentro do contexto amadorista da época, a crescente valorização do desempenho e dos resultados começa a moldar uma nova lógica no futebol. Os clubes passam a valorizar os resultados em campo e por consequência para alcançar esses objetivos são necessários bons jogadores. Dessa forma, os clubes da elite passam a introduzir em suas fileiras diversos elementos que anteriormente se faziam presentes nos clubes da periferia. Esse fenômeno reflete uma mudança gradual na dinâmica social e esportiva da cidade, ampliando o alcance do futebol para diferentes camadas da população. A partir desses apontamentos vejamos a seguir como se configurou a popularização do futebol em São Luís.

Durante 1915, temos o gradual retorno do futebol como uma prática corriqueira nos meios sociais ludovicenses, esse retorno pode ser atestado pela criação do Internacional Football Club.

De acordo com o que ficou combinado na última reunião dos footballers, terá início amanhã a série de matches training, dos teams franco-alemão, cujo primeiro kick off será dado às 10 horas, no ground da Fabril. Nota-se um desuzado entusiasmo entre os amadores desse apreciado sport, sendo de prever grande concorrência de espectadores nas raíais do campo. O público fica prevenido que nestes matches training a entrada será franca para todas as pessoas decentemente vestidas (*Pacotilha*, 14/05/1915, Edição 190, p. 4).

Desde o início, o caráter elitista do Internacional é claramente evidente. O clube foi fundado por ex-membros do FAC, trazendo consigo a mesma aura de exclusividade que marcava o seu predecessor. Essa continuidade do elitismo está refletida não apenas na composição social de seus integrantes, mas também nas circunstâncias de sua fundação.

É notório aqui desde seu início, o caráter elitista que o Internacional assume, formado por rapazes que anteriormente pertenciam ao FAC. Conforme noticiado, o clube pedia que os

presentes estivessem decentemente vestidos para acompanhar a partida, denotando uma maneira de impedir “indesejáveis”.

O Internacional FC disputava seus jogos no campo da Fabril, que anteriormente pertencia ao FAC, portanto em sua gênese o Internacional não dispunha de um campo apropriado para a prática do futebol, utilizando para seus embates o campo de que seus elementos eram antigos sócios.

Em seus primeiros anos, o clube utilizava o campo da Fabril, que anteriormente pertencera ao FAC. Esse arranjo não era apenas uma questão de localização, mas também uma demonstração de como o Internacional, desde sua gênese, operava dentro das estruturas e espaços que haviam sido deixados por seus predecessores. Dessa forma, podemos atestar que o Internacional FC manteve e adaptou o caráter elitista assumido no FAC. O Internacional FC possuía dois quadros internos sendo o team francês e o team alemão que disputavam partidas internas destinadas a afluência da alta sociedade de São Luís.

Claunísio de Amorim Carvalho (2009, p. 74-75), utilizando os escritos do jornalista Nonnato Massom, menciona que em 1915 existia um clube chamado Guarany Sport Club, que contava com equipes internas denominadas francês e alemão. No entanto, durante a pesquisa para este estudo, não foi possível encontrar registros específicos sobre essas equipes internas do Guarany. É plausível, entretanto, que no final de 1915 o Internacional Futebol Clube tenha alterado seu nome para Guarany Sport Club. Essa informação é relevante, pois o referido autor ainda influenciado por Massom credita aos jogos realizados pelo Guarani o incentivo para a reorganização do FAC.

Entretanto, o que percebemos neste estudo é que o relativo sucesso que o Internacional realizava nas rodas esportivas locais foi um dos elementos propulsores para a reorganização do FAC. É possível demarcar o final de 1915, como período de início da reorganização do FAC, agora sob o nome de Football Athletic Club, período concomitante com os jogos realizados pelo Internacional FC (*Pacotilha*, 24/09/1915, Edição 225, p. 4; *Pacotilha*, 11/10/1915, Edição 239, p. 1). O FAC tem seu retorno efetivo no final de 1915, contando em seu quadro de sócios antigos membros do Internacional FC, como Galas, Borjes, Paiva, Guedes, Travassos, Burnet, Guilhaon, Faria, Madureira, Lebre e Cunha. Sobre o referido retorno, temos a crônica na *Pacotilha*:

Realisa-se amanhã, às 16 horas, no ground da “Quinta Lapemberg”, o primeiro match de foot ball entre os sócios do F. A. C sob a fiscalização do diretor de esporte, sr. C. Clissold. É intenso e justo o entusiasmo reinante entre todos os associados, que vêm assim a bom caminho a sua iniciativa. Daqui enviamos á esforçada diretoria da nova sociedade e, por seu intermédio, a todos os sócios, os nossos

parabéns pelo êxito que vae tendo o seu desideratum. (*Pacotilha*, 11/12/1915, Edição 292, p. 1)

Nesse período, início do ano de 1916, temos também a fundação do Onze Maranhense, clube organizado e presidido por Gentil Silva, antigo membro do Internacional FC. O Onze Maranhense enquanto clube de futebol é considerado um marco na popularização do esporte local devido as características do seu campo de futebol. Já no início do ano de 1916, o referido clube através da Intendência Municipal de São Luís solicita a demarcação de seu campo para as futuras partidas que viria realizar. O campo ficava no Baluarte, também conhecido como praça 15 de Novembro.

Foram favoravelmente despachadas as petições encaminhadas ao Dr. Intendente Municipal e ao Sr. Diretor das obras do porto, relativamente à permissão para ser demarcado o *field* do “O Onze Maranhense”, ao Baluarte. Já estão quasi concluídos os serviços de adaptação, e amanhã, das sete horas a diante, haverá *training* entre os *players* dos primeiro e segundo *teams*. Pede-se a comparencia de todos os jogadores para o bom resultado que advirá do jogo científico, passes, combinações, etc, sem os quaes não serão organizados *teams* homojeneos, capazes de defrontar-se em futuro próximo com outras equipes de *football* (*Pacotilha*, 22/01/1916, Edição 18, p.1).

Com um campo sem cercas e situado em um terreno aberto, o Onze Maranhense ofereceu uma oportunidade valiosa para que pessoas, além das elites, pudessem se aproximar e observar o futebol de maneira mais direta. Durante os treinos e partidas realizados no campo do Onze Maranhense, qualquer indivíduo, independentemente de sua posição social, tinha a chance de assistir ao jogo de perto e se familiarizar com o esporte.

Esse ambiente aberto e acessível, no que se concerne em questão de estrutura, contribuiu significativamente para a popularização do futebol entre as camadas menos favorecidas da sociedade de São Luís. O campo, conhecido como Baluarte, não possuía estruturalmente empecilhos para que transeuntes de maneira geral tivessem contato com o campo.

Portanto, o Baluarte, por sua configuração física, desempenhou um papel crucial na aproximação do futebol com as camadas menos abastadas da sociedade ludovicense. Essa abertura não apenas facilitou o acesso ao esporte para um público mais amplo, como também contribuiu para a popularização do futebol em São Luís.



Figura 12: Local onde foi construído o campo do Baluarte.
 Fonte: A Revista do Norte, 1 de dezembro de 1903, n.º 55, p. 51.

A importância do campo do Onze Maranhense como catalisador da popularização do futebol entre as camadas menos favorecidas da sociedade ludovicense é amplamente reconhecida nas memórias de diversos jogadores. Na final da década de 1940 e início da década de 1950 do século XX, a revista *O Esporte*, através da coluna chamada “Recordar é Viver”, se dedicava a entrevistar ex-jogadores e a revisitar momentos marcantes da história esportiva de São Luís. Essas entrevistas frequentemente envolviam jogadores que atuaram durante a Primeira República, e suas lembranças destacam claramente o papel crucial do campo do Baluarte na disseminação do futebol. Os relatos desses jogadores evidenciam como o Baluarte, com sua configuração aberta e acessível, proporcionou uma oportunidade única para que indivíduos de origens diversas, tivessem seu primeiro contato com o futebol pelo campo do Baluarte.

Veremos a seguir alguns exemplos que destacam essa importância. Raimundo Coelho, conhecido popularmente como Macaquinho, “[...] Em 1916 já jogava no Onze Maranhense no Caes. [...]” (*O Esporte*, 25/02/1948, p.2). Já o jogador José Sales:

“[...] começou a participar das ‘peladas’, em 1916, no campo do Onze Maranhense, ao lado de Tanga, Dico e outros bons valores daquela época. Nesse tempo o José Sales aprendia apenas a manejar o couro. Jogava com bola de meia, de borracha,

esferas de couro e até mesmo com chupas de laranja, quando não tinha outra ‘redonda’ [...] (O Esporte, 19, 12, 1948, p.2).

Já Lourival Sinésio de Melo, conhecido como Pipira começou a vida no futebol “no campo do ‘Onze Maranhense’, no Cais do Porto [...] seus genitores, muito se batiam contra a ida do garoto para o Baluarte. Contudo, o endiabrado Pipira sempre achava uma oportunidade, fugia de casa, para ‘meter o pé no couro’” (O Esporte, 29/08/1948, p. 2).

André Azevedo, conhecido como Pé de Remo que na sua infância ao participar do União Jornalista, clube de crianças que jogava no beco da Pacotilha “[...] jogava no Baluarte, no campo do Antigo Onze Maranhense e muitas vezes os seus jogadores tiveram de ficar com a bola debaixo do braço esperando os donos do campo acabar de treinar [...]” (O Esporte, 21/01/1948, p. 2).

Ou João Geraldo Pestana, conhecido nas rodas esportivas como Tanga³³, que “[...] que nas ‘peladas’ que se exibiam no cais, no campo do XI Maranhense, de Gentil Silva, ele sempre se destacou. Jogava na equipe do Maranguape, [...] O futebol no Cais somente terminava na hora do almoço. A tarde, o jogo prosseguia, porém no corredor da Pacotilha [...]”. (O Esporte, 14/12/1947, p. 1).

Devido a essa condição, é creditado ao presidente do Onze Maranhense, Gentil Silva o pioneirismo em relação a popularização do futebol em São Luís. Dejad Ramos Martins aponta que para Gentil Silva o futebol deveria ser altamente popularizado, o que o levou a sair do FAC e fundar o Onze Maranhense. Mas preocupados para que não degenerasse o movimento, adotaram medidas, que objetivavam assegurar um número limitado de clubes que pudessem frequentar o campo. Portanto, para o autor, Gentil Silva foi o responsável pela popularização do futebol em terras maranhenses que deixando o FAC tornou oportuno a prática do futebol aos olhos do povo. (Martins, 1989, p. 332)

Entretanto, entendemos que essa popularização se deu mais pela estrutura que o campo possuía do que propriamente um incentivo ao futebol popular propagado pelo Onze e Gentil Silva. Temos essa noção devido algumas atitudes apresentadas pelo clube durante a fase em que estava ativo, como exemplo a realização de um passeio automobilístico, no carnaval reservado aos sócios do clube (*Pacotilha*, 26/02/1916, Edição 48 p.4). A realização de uma excursão a Ponta da Areia em lancha para os sócios, onde teria treino de *football* e apresentação de *Lawn Tennis*. Ademais os sócios deveriam comparecer devidamente uniformizados (*Pacotilha*, 03/06/1916, Edição 130 p. 4).

³³ Fotografia no Apêndice B.

O Onze Maranhense, como clube, não se limitava apenas à prática esportiva; seu objetivo era também promover a sociabilidade entre seus membros. A realização de um passeio automobilístico e a excursão à Ponta D'areia demonstra que os membros do clube eram oriundos das elites de São Luís, visto que tais utensílios eram improváveis de serem possuídos por pessoas pobres.

Além disso, podemos perceber o clube solicitando ao público que “[...] só poderão tomar parte nos treinos e em jogos, em qualquer ocasião, as pessoas associadas ao mesmo clube, a não ser que haja convite da parte da mesma directoria [...]” (*Pacotilha*, 08/07/1916, Edição 159, p. 4). Assim como a disposição de cadeiras para as excelentíssimas famílias que acompanhavam os jogos. (*Pacotilha*, 17/08/1916, Edição 193, p. 1; *Pacotilha*, 21/10/1916, Edição 249, p. 1). Assim como a escolha do jornal *Pacotilha* como veículo de informação oficial do clube (*Pacotilha*, 21/03/1916, Edição 67, p. 4).

Ainda pede “as pessoas estranhas ao clube, a fineza de se absterem de tomar parte nos treinos, sem permissão” (*Pacotilha*, 25/11/1916, Edição 278, p. 1). Assim como também fazia a cobrança de vinte mil réis de joia³⁴ para novos sócios no clube a partir de 1º de novembro de 1916 (*Pacotilha*, 31/10/1916, p.1). É possível encontrar também nesse mesmo período; Gentil Silva, presidente do Onze Maranhense, entre os associados do FAC (*Pacotilha*, 30/03/1916, Edição 75, p. 4).

Todavia não era incomum que o Onze Maranhense permitisse a realização de jogos de outros clubes, inclusive de clubes de menor estatura que não possuíam o espaço necessário para a realização do jogo de futebol. Entretanto, encontramos a notícia de uma reunião no Onze Maranhense onde ficou definido a organização de “tres pujilos que tomaram a designações de 1º, 2º e suplementar, sendo este composto de jogadores de ‘football’ não efetivos, igualmente pertencentes a outros clubes locais” (*Pacotilha*, 12/05/1916, Edição 111, p.1). Tal notícia coaduna com a visão de que o Onze Maranhense foi um grande popularizador do futebol em terras maranhenses. A utilização de jogadores de outros clubes locais, sendo implementado em um dos seus times internos sugere a abstenção por parte desses no cumprimento de pagamento de mensalidades, apontando para um caráter de mais abertura do que visto no FAC.

Outro fator que contribui para um aspecto mais aberto do Onze Maranhense é que este durante um período em que seu campo ficou fechado para reparos passou a realizar partidas e treinos no Campo Marcílio Dias. Em uma delas o Onze realizou um convite ao FAC para um

³⁴ Pagamento que se fazia no momento da filiação do clube, pagava -se apenas uma vez, como uma forma de taxa de inscrição, diferentemente da mensalidade que era cobrada periodicamente.

jogo do qual o FAC recusou alegando que o campo não estava adequado para a prática esportiva. O campo Marcílio Dias ficava localizado no Jenipapeiro, próximo a Quinta da Vitória. O campo pertencia a Marinha Brasileira e era comum ser realizados jogos de clubes menores naquela localidade. Portanto, o fato do Onze se dispor a praticar o futebol em um local considerado inadequado pelo FAC atesta uma atitude menos restrita. Dizia a notícia: “[...] O ‘Onze Maranhense’ convidou o *team* ‘Blue’ para um *match* de *football* no próximo domingo, o qual foi aceito, não concordando, porém, a diretoria do F. A. C. com o campo escolhido pelo primeiro, ‘Marcílio Dias’, não corresponder as regras do *Association*.” (Pacotilha, 17/05/1917, Edição 115, p. 4)

Dessa maneira, as notícias expostas acima em conjunto com os testemunhos dos jogadores do passado colocam o Onze Maranhense num complexo e imbricado jogo social existente na época, ao passo que seu campo promovia a popularização do futebol em São Luís, o Onze Maranhense, em alguns momentos, detinha ainda resquícios de elitismo advindos do FAC.

Apesar das observações anteriores, é inegável que o campo do Baluarte desempenhou um papel crucial no contato do futebol com as massas populares. Seu caráter aberto permitiu que pessoas fora das elites sociais pudessem assistir ao esporte britânico, uma vez que o clube não cobrava ingresso para seus jogos. No entanto, é importante reconhecer que, mesmo com essa contribuição significativa para a popularização do futebol em São Luís, o Onze Maranhense e o Baluarte não estavam completamente dissociados das dinâmicas elitistas da época.

O clube de Gentil Silva, embora tenha facilitado o acesso ao esporte para camadas menos favorecidas, continuava a operar dentro da lógica elitista predominante na sociedade maranhense. Portanto, enquanto o Onze desempenhou um papel fundamental na expansão do futebol para as massas, ele também manteve elementos de distinção social que evidenciavam a complexidade do cenário esportivo e social da época.

Portanto, colocamos neste estudo o campo do Baluarte como pivô central da popularização promovida pelo Onze e não especificamente a figura de uma pessoa, como podemos perceber pelos excertos até aqui expostos. Essa popularização através do campo do Onze pode ser notada também nas partidas de futebol que eram realizadas ali. Não era incomum a grande presença de sujeitos de diversas camadas sociais que presenciavam os jogos de futebol realizados no campo do Onze “[...] Pelo elevado número de espectadores que tem afluído às raízes do campo do ‘Onze’, nota-se que o esporte vai dia a dia conquistando as simpatias do nosso público.” (Pacotilha, 07/02/1916, Edição 31, p.4) ou “Em presença dum

milhar de pessoas, entre as quais numerosas famílias, desenrolou[...] uma bela partida do conhecido jogo bretão” (*Pacotilha*, 20/06/1916, Edição 144, p. 4).

Sendo assim, podemos afirmar que o campo do Onze Maranhense foi um espaço disputado entre diferentes setores da sociedade, onde clubes destinados ao lazer das elites locais conviviam com o jogo propagado por garotos pobres e negros que utilizavam aquela localidade com um espaço de diversão. Dessa forma, o campo do Onze Maranhense está inserido em diversos setores sociais que se apropriavam daquele espaço a partir da materialidade que detinham, sejam com bolas oficiais, bem uniformizados, com pessoas elegantes a assistir ou com materiais improvisados, bolas de couro de bexiga de boi, de meia e de borracha.



Figura 13: Foto de Wilhelm Kissenberg de 1908 - Aspecto do local conhecido como Baluarte, onde foi construído o ground do Onze Maranhense em 1916.

Fonte: Acervo da página Minha Velha São Luís. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=3717380611724505&set=a.215363145259620>>. Data de Acesso: 16/07/2024.

O campo do Baluarte durante o período em que esteve sob tutela do Onze Maranhense foi cedido gentilmente, como costuma aparecer nos jornais aos clubes: Escola de Aprendizes de Marinheiro, Barroso FC, São Luiz F. B. Club (maristas), Maranhão Esporte Clube, Ipiranga, São Paulo, Bangu (passou a se chamar Amazonas ainda em 1916), Ateniense, Naval, Brazil, Vasco, Bragança, The eleven, e até mesmo o próprio FAC chegou a realizar

treino no referido campo (*Pacotilha*, 29/01/1916, Edição 24, p. 4; *Pacotilha*, 28/02/1916, Edição 48, p. 4; *Pacotilha* 08/04/1916, Edição 83, p. 1; *Pacotilha*, 10/05/1916, Edição 109, p. 1; *Pacotilha*, 23/06/1916, Edição 147, p. 1; *Pacotilha*, 08/07/1916, Edição 159, p. 4; *Pacotilha*, 26/08/1916, Edição 201, p. 1; *Pacotilha*, Edição 64, 17/03/1917, p. 4). Portanto é após 1916 que temos efetivamente a popularização do futebol em São Luís culminando na fundação de vários clubes.

Dada a vibrante vida futebolística em São Luís e o crescente interesse da população, é relevante analisar a relação entre as partidas de futebol e a cobertura da mídia sobre o comportamento dos espectadores. Essa análise é crucial para entender a distinção feita entre o comportamento do público em geral, muitas vezes composto por pessoas de camadas sociais mais baixas, e o comportamento das “excelentíssimas famílias” que assistiam aos *matches*. Essas observações nos ajudam a compreender melhor as diferenças de percepção e o impacto social do futebol na época.

Durante o ano de 1916, o FAC passa por uma reforma, onde sua diretoria monta em volta do campo, bancos com capacidade para 500 pessoas, além de distribuir cartões de identidades aos sócios (*Pacotilha*, 08/04/1916 Edição 83, p. 1). No mesmo ano a diretoria do clube resolve “[...] cobrar entradas a todos os adultos que não são sócios e desejam frequentar os ‘*matches*’ de ‘*foot-ball*’. A entrada para senhoras e crianças continua a ser gratuita” (*Pacotilha*, 18/04/1916, Edição 91, p. 4).

Podemos analisar a atitude do FAC sob duas perspectivas principais. A primeira sugere que a decisão de cobrar ingressos reflete o reconhecimento do grande interesse da população local nas partidas de futebol, com o objetivo de lucrar com os jogos. A segunda vê essa medida como uma estratégia para limitar o acesso a pessoas indesejáveis, impondo um custo financeiro para a entrada e, assim, controlar quem frequenta os eventos. Ambas as interpretações parecem válidas. Com a implementação da cobrança de ingressos, o futebol deixa de ser apenas um lazer e passa a se configurar também como um espetáculo, negócio, mercadoria.

Entretanto, mesmo com as cobranças de entradas o clube presava pelo espírito de *gentlements* que impunha desde sua fundação, mas com o acesso de mais pessoas ao seu campo ia cada vez se tornando mais difícil controlar essa questão, onde aparece Nhozinho Santos incomodado com as vaiais por “alguns espectadores”. Podemos perceber isso na notícia a seguir:

[...] Correu animada a partida de football havida domingo, á tarde, entre os pujilos ‘Preto e Branco’, em disputa ao campeonato entre sócios. Os jogadores apresentaram-se em campo dispostos e entuziastas. As arquibancadas desbordavam pela grande concorrência. [...] No entanto, é para notar o modo porque alguns espectadores se portaram, vaiando a torto e direito. O diretor Santos reclamou. (*Pacotilha*, 06/06/1916, Edição 132, p. 4).

Em um outro jogo entre FAC x Onze temos o relato de um incidente provocado entre um espectador e um jogador onde ambos quase chegaram a extremos. A notícia reflete o caráter de civilidade e cordialidade que o clube desejava e ainda remete que senhoras e cavalheiros de nossa melhor sociedade não precisavam testemunhar atitudes incoerentes com os valores do clube:

[...] para que tais espetáculos sejam praticados em presença duma multidão, em maioria composta de senhoras e cavalheiros de nossa melhor sociedade seria preciso que estivesse acima duma boa educação a vantagem da vitória em tais torneios; que não são mais que um agradável passatempo, e útil, quando visando os seus fins. (*Pacotilha*, Edição 221, p. 1)

Durante a visita do Clube do Remo em terras maranhenses para realização de partidas contra o FAC no início de 1917, verificou-se também expressiva presença popular. “[...] Em torno a vasta arena, e no alto das barreiras, populares se coadunavam, ora animando com interesse seguido os nossos jogadores [...]” (*Pacotilha*, 02/01/1917, Edição 02, p. 1). Durante outra partida do FAC contra o Remo- PA, *Pacotilha* noticia que:

[...] O grosso público não andou bem. Foi demaziado e contraproducente o louvor aos nossos players. Desestimulava e perturbava. Houve talvez, algumas manifestações excessivas da parte dessa platéia; eram inevitáveis, no cazo. Da nossa elite, porém, nada partiu que pudesse desagradar os nossos hospedes. [...] (*Pacotilha*, 08/01/1917, Edição 06, p.1)

Nos finais dos anos 1917 e início de 1918 ocorreram partidas interestaduais entre FAC, Paysandu-PA e Internacional-PI³⁵ e em uma dessas partidas ficou relatado que “[...] a assistência podia ser computada em mais de três mil pessoas” (*Pacotilha*, 17/12/1917, Edição 302, p. 1). Na partida entre Internacional e Paysandu ficou registrado que:

[...] Desde cedo, bondes em grande número começaram a trafegar, despejando continuamente, no portão do simpatizado clube da rua Osvaldo Cruz, verdadeiros magotes de gente. Além disto, nessa rua, no trecho compreendido entre o parque Urbano Santos e o F. A. C, o povo descia em verdadeira romaria, ansioso por assistir ao encontro de ontem, entre duas facções estranhas ao nosso estado. De tal sorte que às 16 horas todas as dependências do F. A. C. abarrotavam já de gente:

³⁵ O Paysandu FC a convite do FAC veio a São Luís em 1917, com o intuito de realizar uma série de partidas, também esteve na cidade o Internacional FC do Piauí. Durante a estadia dos clubes em terras maranhenses foi realizada uma série de partidas entre os três clubes.

arquibancadas, onde se destacavam elegantes senhoritas e senhoras, lados do campo, barreira... e até havia gente trepada em árvores. [...] (*Pacotilha*, 02/01/1918, Edição 02, p.1)

Em uma partida realizada entre FAC x Luzo-Brasileiro no momento de maior rivalidade entre os dois clubes “[...] Pedem, por nosso intermedio, a atenção da directoria do FAC para que coíba o jogo de football atraz das arquibancadas, porque não raras vezes acontece ir a bola magoar as senhoras”. (*Pacotilha*, 29/07/1918, Edição 177, p. 4)

Portanto, com base nas notícias analisadas até aqui, fica evidente que há uma culpabilização generalizada do “público em geral” ou dos “populares” pelo mal comportamento durante os eventos, enquanto a refinada elite parecia isenta de críticas. Vaiais, insultos e protestos eram direcionados exclusivamente aos espectadores que não se enquadravam no perfil dos *gentlemen*. Entretanto, a presença massiva dos populares nas partidas era frequentemente destacada como um indicativo de sucesso, sugerindo que a grande afluência de público era vista como um fator positivo para a realização dos eventos. Destacamos que entre os populares a presença negra, de “moleques” que jogavam bola na rua e praças e faziam dos embates entre os clubes um espaço para sua própria diversão.



Figura 14: Fac x Paysandu.
Fonte: *Vida Sportiva* 1918, Edição 54, p. 18.

3.2 – Jogadores negros, clubes populares e sua relação com os clubes da elite.

Durante o período estudado é crucial destacar que o futebol em São Luís girou em torno de duas principais agremiações. A primeira delas foi o FAC, um clube que não apenas serviu como modelo para outras equipes, mas também teve um papel central no desenvolvimento do esporte, promovido através das dinâmicas das elites locais. A segunda agremiação relevante foi o Luso-Brasileiro, que iniciou suas atividades em 1917, embora sua inauguração oficial tenha ocorrido somente em 1918. O Luso-Brasileiro rapidamente se destacou nas rodas esportivas como um novo clube voltado para as elites locais e, ao longo de sua existência, rivalizou com o FAC pelo domínio do futebol na região. Essas duas agremiações são relevantes devido elas encabeçarem o movimento para a organização do futebol em São Luís a partir do desenvolvimento de ligas, sobretudo a partir do ano de 1917.

Como mencionado anteriormente, o campo do Onze Maranhense desempenhou um papel crucial ao proporcionar a diversos indivíduos a oportunidade de ter contato direto com o futebol. Este espaço foi amplamente utilizado por clubes que não dispunham de uma infraestrutura esportiva adequada. A partir desse campo, surgiram clubes formados por pessoas que não podiam arcar com as altas mensalidades do FAC. Esses grupos começaram a se organizar e criar suas próprias equipes para praticar o esporte, muitos desses clubes possuíam jogadores de origem pobre e tinham em suas fileiras jogadores negros.

O desenvolvimento desses jogadores paulatinamente com um futebol no subúrbio que se desenvolve nesse mesmo período, levou que os clubes da elite, principalmente o Luso-Brasileiro recrutasse em suas fileiras muitos jogadores dessas equipes, tendo um marco temporal a partir de 1919, onde começam a aparecer os primeiros indivíduos negros na equipe do Luso-Brasileiro, onde podemos considerar o início de um “profissionalismo” no futebol ludovicense. Essa dinâmica tornou-se possível pela busca das vitórias e a obtenção dos melhores jogadores possíveis, inclusive negros e pardos oriundos de clubes considerados menores.

Em 1917, dois clubes se destacaram por contar com uma grande maioria de jogadores negros em suas fileiras: o Fênix³⁶ Football Club e o Vasco da Gama. Ambos os clubes mantinham uma estreita relação com as equipes elitistas como FAC e Luso, participando de ligas e de partidas contra esses clubes considerados os principais da cidade de São Luís. A trajetória do Fênix e do Vasco da Gama nos possibilitam entender como se desenvolveu a

³⁶ Também referido como Phenix ou Phoenix nos periódicos pesquisados.

introdução dos jogadores negros nos clubes das elites, assim como a interação entre os clubes das elites e clubes suburbanos.

O Vasco da Gama Football Club começa a ganhar destaque na imprensa a partir de 1916, distinguindo-se dos clubes menores que jogavam no Baluarte do Onze Maranhense ao ter um campo próprio para suas partidas (*Pacotilha*, 06/06/1916, Edição 132, p. 4). Por outro lado, o Phenix Football Club começa a aparecer nos jornais somente em 1917. Embora ambos os clubes fossem populares, mantinham uma intensa relação com clubes da elite, como o FAC e o Luzo-Brasileiro. No entanto, em seus primeiros anos, nenhum dos clubes possuía um estatuto formal, o que significava que as decisões eram tomadas em assembleias. O Phenix só passou a ter um estatuto em 1919, dois anos após sua fundação. A falta de estatutos e a constante interação com clubes da elite possibilitaram que jogadores negros provenientes de camadas populares, associados a esses clubes, tivessem acesso a oportunidades que, de outra forma, seriam inacessíveis. Podemos perceber o caráter popular dos clubes a partir do tipo de pessoas que o acompanhavam em uma notícia sobre os eventos ocorridos em uma tarde no Cais da Praia Grande (Figuras 12 e 13):

O movimento de hontem, no Cais, ou Parque 15 de Novembro [...] foi grande. O Vasco da Gama esteve em festas, o que levou para ali grande número de pessoas, afim de apreciar o match de football disputado, e diga-se de passagem com galhardia. Um mastro de Espírito Santo arrebanhou um aluvião de gente sob o som monótono dos batuques de caixa e dos descantes costumeiro. O grunhido ferrugento do guindaste transportando de terra para bordo do Monte Moreno, o nosso decantado Engenho Central, enchia a paisagem marinha, naquele fim de tarde, de profunda nostalgia. E, em fila, de frente para o amurado do cais que começa a cair, uma dúzia de barracas infectas, abarrotadas de frutas e gente, emprestava um aspecto bizarro ao local. (*O Jornal*, 06/05/1918, Edição 1054, p. 1)

A notícia retrata um jogo de futebol ao passo que um mastro de Espírito Santo e o batuque de caixeiros esteve presente no mesmo local. Dessa forma, o clube dividiu sua atividade esportiva com uma festa do Divino Espírito Santo, festa religiosa notadamente atrelado as populações negras de São Luís e de casas de religião afro-brasileira.

Apesar disso, a partir de 1919, o Vasco da Gama atraiu para os seus auspícios grandes número de sócios que pertenciam a elite de São Luís. Dentre os sócios que entraram para o clube podemos destacar Edgar Figueira, dr. Tarquinio Lopes Filho, Leônidas Castro e Antero Novais (*Pacotilha*, 11/04/1919, Edição 095, p. 4). Edgar Figueira foi presidente do Luzo-Brasileiro até agosto de 1919 quando se desligou do clube por questões internas (*Pacotilha*, 19/08/1919, Edição 194, p. 4), já Tarquinio Lopes Filho foi presidente do Anilense e posteriormente do Luzo-Brasileiro e é considerado um dos maiores incentivadores do esporte

nesse período, Leônidas Castro³⁷ era paraense e sócio do Paysandu Sport Club e do FAC e por fim Anthero Novaes que desempenhou diversos cargos no Luzo-Brasileiro. Com a aceitação desses novos membros nas fileiras do clube o primeiro passo para a sua reorganização foi a confecção de seus estatutos. “Não tendo estatutos confeccionados, por onde se rejam os sócios, ficou deliberada a confecção de um que será apresentada e discutida na primeira sessão” (*Pacotilha*, 11/04/1919, p. 4).



Figura 15: Vasco da Gama Football Club em 1918
Fonte: *Vida Sportiva*, 1918, Edição 023, p. 32

O Fênix, assim como o Vasco da Gama, estabeleceu relações próximas com as elites locais, o que é evidenciado pelo convite feito à esposa de Edgard Figueira para ser madrinha do primeiro time do clube (*Pacotilha*, 29/04/1919, Edição 99, p. 1). Esse vínculo com a elite também se reflete na relação do clube com o FAC, conhecido por valorizar as práticas cavalheirescas. Em uma partida entre os dois clubes, a disparidade entre eles fica clara na forma como a notícia sobre o jogo é relatada, ressaltando as diferenças de status e prestígio.

Com boa concorrência de espectadores, realizou-se o anunciado match entre o Football Athletic Club e o Fênix Football Club, na praça de desporto do primeiro, partida essa que era esperada com certa ansiedade nos círculos esportivos locais,

³⁷ O Estádio da Curuzu do Paysandu no Pará leva seu nome.

como era, aliás, natural, porque se tratava de um combate entre o veterano do football no Maranhão, e um clube pequeno, apesar de esforçado, que poucos jogos de importância há, relativamente, realizado nesta capital (*Pacotilha*, 19/05/1919, edição 116, p. 4).

Apesar de descrito como um clube pequeno e que realizou jogos sem importância, os seus jogadores foram elogiados com adjetivos como esforçados, vigorosos e sobretudo Dico,³⁸ goleiro negro que nessa partida foi considerado “um *keeper* muito admirado no nosso meio”. (*Pacotilha*, 19/05/1919, Edição 116, p. 4).

O caráter popular dos clubes fica evidente ao analisarmos a notícia de uma partida entre eles. No anúncio do jogo, os clubes são descritos como pequenos, refletindo sua infraestrutura limitada em comparação com o Luso-Brasileiro e o FAC, que contavam com grandes praças esportivas e detinham em seu meio membros da elite local em seu quadro social e esportivo.

[...] Haverá no domingo, à tarde, um renhido *training match* do Vasco da Gama com o Fenix, representados pelos seus vigorosos primeiros *teams*. As directorias dos dois simpatizados clubes obtiveram do Luso-Brasileiro que cedesse o seu *ground* para essa partida que, sem dúvida, despertará atenção no meio desportivo, sendo o Fenix e o Vasco das nossas associações de football mais antigas e conhecidas, apesar de pequenas (*Pacotilha*, 23/05/1919, edição 120, p. 4).

Sobre o jogo noticiou-se:

O Fénix e o Vasco demonstraram, mais uma vez, a bravura dos seus pugilos e o público, que afluiu numeroso ao match, não lhes regateou os aplausos merecidos. Salientando sempre a disciplina com que sabem apresentar-se em jôgo, os players comportaram-se correctamente, não se havendo registado [...] o menor incidente desagradável. Isto impressiona bem, demonstrando os progressos que o verdadeiro espírito do sport vai fazendo nos dois valentes clubes. [...] O Vasco e o Fénix atraíram, ontem [...] muitos espectadores ao campo de football do Luso-Brasileiro. Prova é de que os dois populares clubes desportivos vão abrindo caminho para uma vida intensa e tomando-se, cada vez mais, elementos com que se contar no movimento dos desportos locais. [...] (*Pacotilha*, 26/05/1919, edição 122 p. 4).

Dessa forma, é evidente que tanto o Fênix quanto o Vasco desempenharam um papel crucial na “democratização” do futebol, ampliando o acesso ao esporte para uma parcela mais ampla da população, que antes era predominantemente composta por membros da elite e, em sua maioria, brancos. Ao incluir jogadores negros em seus elencos, esses clubes não apenas enriqueceram o jogo, mas também atraíram um público diversificado para suas partidas. Essa mudança ficou tão notável que mesmo em campos considerados elitistas, como o do Luso-

³⁸ Fotografia no Apêndice B.

Brasileiro, a presença desses torcedores se fez sentir, evidenciando o impacto crescente dos clubes populares no cenário esportivo local.

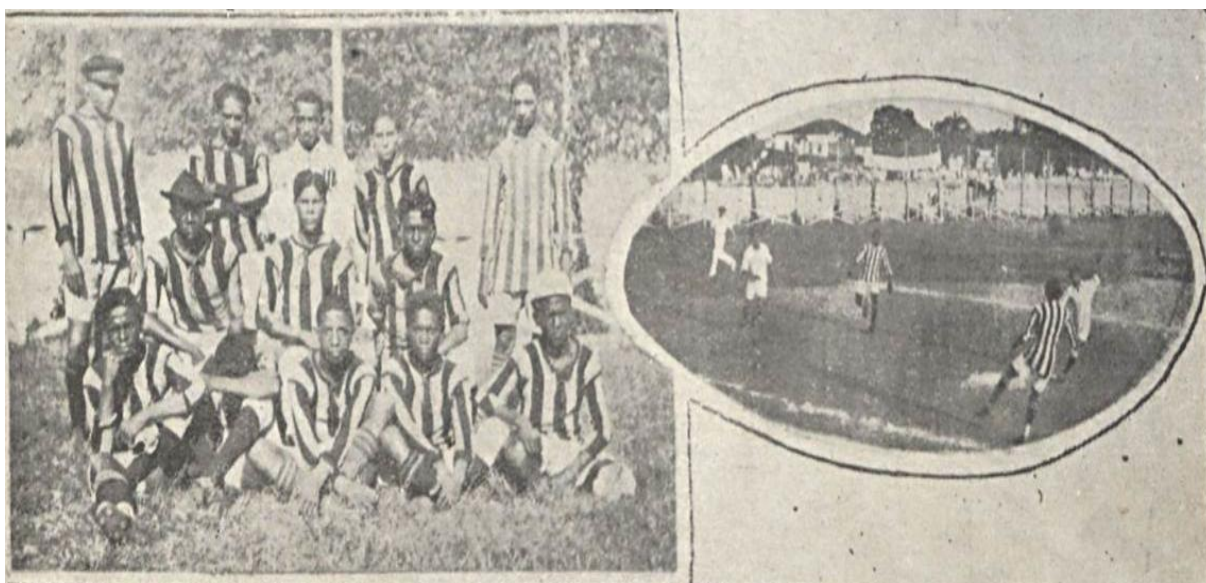


Figura 16: Fênix Football Club em 1918
Fonte: Vida Sportiva, 1918, Edição 023, p. 32

Essa diferença entre os clubes e seus associados também é evidente na questão dos estatutos. Comparando os estatutos do FAC e do Phenix, é possível observar as disparidades e as diferenças nos valores das joias e mensalidades cobradas, refletindo o público alvo de seus membros.

Em seu estatuto o Football Athletic Club definia que eram seus fins “a) Proporcionar a seus sócios toda a sorte de diversões sportivas, promovendo festas e reuniões em que tomarão parte não só estes e suas famílias, como as pessoas reconhecidamente respeitáveis de nosso meio social;” (*Diário Oficial do Maranhão*, n.º 44, 22/02/1918, p. 329). Sobre a admissão dos sócios “o indivíduo deve ter bom comportamento, idoneidade de posição, que lhe permiti cumprir as obrigações pecuniárias, ser maior de 18 anos, não ter na vida pública ou particular atos que o tornem condenado pela boa sociedade e outros pré-requisitos. Os sócios fundadores pagarão a jóia de 50\$000 e a mensalidade de 5\$000. Enquanto os que inscreverem mais tarde pagarão a joia de 100\$³⁹ e a mensalidade de 5\$000” (*Diário Oficial do Maranhão*, 22/02/1918, p. 329).

Enquanto o Estatuto do Phenix Football Club previa que a finalidade era “a) proporcionar aos seus associados toda a sorte de diversão esportiva, especialmente o foot-ball, effectuando festas e reuniões familiares em que tomarão parte os seus membros e suas famílias e todo aquelle a que a directoria convidar” (*Diário Oficial do Maranhão*, 27/09/1919,

³⁹ A joia foi reduzida para 50\$ (*O jornal*, 27/05/1918, Edição 1072, p. 4)

p. 10). Sobre os sócios ficava determinado que os sócios fundadores contribuiriam com a joia de 5\$ e a mensalidade de 2\$, os sócios beneméritos poderiam pagar donativos para mais de 10\$ e os sócios honorários nada contribuiria, por merecerem distinção pelos elevados ritos sociais. Sobre a admissão no clube ficava definido que o indivíduo necessitaria ser maior de 15 anos, ter comportamento irrepreensível, que tenha os meios necessários para satisfazer as obrigações pecuniárias, pagar a joia de 5\$ e a mensalidade de 2\$. (*Diário Oficial do Maranhão*, 27/09/1919, p. 10).

Portanto, fica evidente a diferença de valores cobrados entre um clube de elite e um clube popular. Enquanto o FAC oferecia entretenimento voltado para as famílias respeitáveis da elite social, o Phenix permitia a adesão de qualquer pessoa que fosse convidada pela diretoria. Além disso, os valores de joias e mensalidades cobrados pelo Phenix são significativamente mais baixos em comparação aos do FAC. Entretanto, é importante notar que o Phenix, ao adotar um estatuto, pode ser visto como uma tentativa de mimetizar o elitismo promovido pelo FAC e Luzo-Brasileiro. A imposição de mensalidades e a exigência de que os associados tenham um emprego para cobrir esses custos conferem ao Phenix um caráter de exclusividade. No entanto, possuía taxas acessíveis a operários e outros trabalhadores manuais. O clube equilibrava-se conferindo uma característica de um clube pobre, mas que seguia as regras impostas pelos clubes das elites locais.



Figura 17: Fênix Football Club em 1919 clube composto por maioria negra
 Fonte: Vida Sportiva, 1919, Edição 118, p. 18

Devido ao relativo sucesso do Fênix nos jogos da Liga Maranhense de Sports, conquistando dois vice-campeonatos consecutivos em 1918 e 1919, os jogadores do clube começaram a atrair a atenção, especialmente do Luso-Brasileiro. Já em 1919, é perceptível o interesse do Luso-Brasileiro em jogadores dos clubes populares, esse interesse visava incorporar aos seus quadros talentos que se destacavam nesses times, sugerindo o início de um “profissionalismo” em nosso futebol, possibilitando um grau de abertura para a população negra de São Luís e um novo meio de ganho de vida através dos campos de futebol.

Os primeiros indícios de uma inclinação do Luso-Brasileiro para o “profissionalismo” surgem a partir de seu estatuto, que estabelecia três categorias de associados: fundadores, contribuintes e esportivos. Focando na categoria de sócio esportivo, encontramos algumas informações reveladoras. De acordo com uma notícia publicada na *Pacotilha*, o clube permitia a entrada de pessoas não associadas às suas instalações, desde que estivessem acompanhadas por um sócio. Essa prática sugere uma abertura gradual para a integração de novos talentos e influências externas.

[...] Foram propostos e aceitos diversos associados para as três categorias - fundadores, contribuintes e esportivos [...]. 1. As pessoas estranhas ao Club, só poderão visitá-lo uma vez, [...] a convite de um sócio. 2 O sócio esportivo que for escalado nos jogos anunciados pela imprensa e que tenha duas faltas não justificadas, será incluído no quadro oficial. 3 As pessoas estranhas ao clube não poderão tomar parte nos jogos e divertimentos. 4 O sócio esportivo não poderá jogar noutro clube desta cidade, nem mesmo sob pseudônimo, sendo eliminado pela primeira falta comprovada. [...] (*Pacotilha*, 23/03/1918, Edição 70, p. 4)

Nesse trecho, podemos inferir que a categoria de “sócio esportivo” se referia principalmente aos jogadores, incluindo aqueles que o Luso-Brasileiro remunerava para atuar pelo clube. Observa-se que esses jogadores eram proibidos de se associar a outros clubes, sob pena de serem excluídos do Luso-Brasileiro. Essa restrição visava assegurar a dedicação exclusiva dos atletas ao clube. Além disso, a proibição do uso de pseudônimos em outros clubes, prática comum na época, reforça a intenção do clube de manter um controle sob seus sócios afim de mantê-los exclusivamente no Luso.

Conforme explicitado anteriormente as investidas do Luso em jogadores negros começam por volta de 1919 quando os jogadores Tanga e Dico se desfazem dos quadros do Fênix para adentrar nas linhas do Luso. Este fato levou o Fênix a denunciar ambos os jogadores por defenderem as cores do Luso. Segundo a *Pacotilha*: “O Fenix denunciou dois jogadores Dico e Tanga que, eliminados daquele clube, iriam jogar domingo em partida da Liga” (*Pacotilha*, 25/09/1919, Edição 226, p. 4). Na mesma notícia é possível encontrar o

nome de Dico entre os reservas do Luso que disputariam o jogo contra o FAC, válido pela Liga Maranhense de Sports. O caso é que Dico encontrou algumas dificuldades no seu início no Luzo-Brasileiro, “sua estreia no grêmio azulino foi um pouco difícil, pois os jogadores do Luso não achavam conveniente a sua escalação” (*O Esporte*, 28/11/1947, p.2). A dificuldade de sua aceitação inicial parece residir no fato do “profissionalismo” com que o jogador adentra nas fileiras no Luso e não necessariamente pela sua cor negra.

Portanto, já no jogo entre Luso e FAC referido acima, tanto Dico quanto Tanga encontram-se nas fileiras do Luso, além de Francisco Negreiros⁴⁰ destacado jogador de cor negra que fazia parte do Luso e arbitrava em algumas partidas (*Pacotilha*, 29/09/1919, Edição 229, p. 4).

O assédio do Luzo-Brasileiro a jogadores de clubes menores não era bem aceito, e o próprio Fênix expressou sua insatisfação com a situação. O clube reclamou da disparidade financeira entre os clubes e criticou o “profissionalismo”, alegando que essa prática era incompatível com os princípios amadoristas que um esporte destinado a “*gentlemen*” deveria respeitar.

O Sport Club Luzo-Brazileiro, em um officio dirigido ao Presidente da Liga e publicado neste jornal, refere-se ao nosso club, acusando alguns jogadores de se terem portado de maneira *altamente incorrecta*, por ocasião do último jogo do campeonato. [...] Esse jogo em que o Luzo-Brazileiro quiz ter a vitória *pelos meios que lhes são habituaes* afim de obter melhor classificação no campeonato, foi considerado empate pela comissão de *football* e d’ahí o desapontamento da directoria daquele club, que procurava portodos os meios ter ganho causa, acusando os nossos jogadores de um procedimento que não tiveram. O público, que assistio o jogo, sabe que se justiça houvesse, teríamos sido os vencedores, mas pequeno como somos, já nos contentaremos se a digna directoria, da Liga, mantiver a resolução da comissão de *Football*. Será isso possível? Desculpe-nos a directoria da Liga se a nossa duvida possa ofender a sua sue ptibildade, mas deante dos factos ultimamente occorridos é natural a nossa desconfiança. O Luzo-Brazileiro, valendo-se da posição social e *monetária* de alguns associados, tenta subornar os nossos jogadores, conseguido já retirar dois elementos do 1º *team*, com o intuito manifesto de enfraquecê-lo e poder conquistar a victoria no campeonato que era nossa, pois estamos colocados em primeiro lugar. Valendo-nos de um direito que nos garantem os estatutos da Liga, concorremos ao Presidente dessa corporação e, porque, o caso nenhuma solução tivesse, apelamos para o Conselho Superior, que resolveu censurar por officio o S. C. Luzo-Brasileiro, proibindo-lhe de admitir no seu quadro esportivo os dois jogadores eliminados do <Fenix>. Não obstante essa resolução, aquella club, acintosamente e com o maior desrespeito a resolução do *Conselho*, fez tomar parte no jogo de Domingo último, entre o F.A.C e o Luzo, um desses jogadores incorrendo, portanto, em severa punição, que, até agora não lhe foi imposta. O que nos consola é que pelo ofício publicado, mas do que nós, se deve sentir ofendido o digno Presidente da Liga, que tem o direito de exigir da directoria do Luzo, ou officialmente as maiores considerações. E fazemos ponto, prometendo não voltar ao assumpto, pois para isso nos falta tempo e... *dinheiro*. Os directores do Fenix Football Club. (*Pacotilha*, 24/10/1919, Edição 251, p. 4)

⁴⁰ Fotografia no Apêndice B

Portanto, mesmo sendo um clube menor, o Fênix não hesitou em protestar contra a prática de “profissionalismo” adotada pelo Luso-Brasileiro. O clube denunciou abertamente o pagamento de jogadores de outros times, caracterizando essa prática como uma forma de suborno e uma violação dos princípios do amadorismo.

A discussão a respeito do amadorismo e do profissionalismo em relação ao futebol foi motivo de debate durante toda a década de 1920. O motivo de tal disputa se dava por questões em relação a forma como se praticava o futebol. Devemos ter a noção de que nesse período o profissionalismo como conhecemos hoje não existia⁴¹. O que estamos a relatar aqui é um típico específico “profissionalismo” que denominamos como “profissionalismo primitivo” conhecido como entre os estudiosos de futebol como “amadorismo-marrom” (Franzini, 2003; Franco Junior, 2007; Santos, 2010), prática onde clubes pagavam de maneira a ferir os estatutos das Ligas para que jogadores defendessem seus times em troca de dinheiro ou cargos de trabalho, assim como ferir o código não escrito do amadorismo. Esse fenômeno ocorre no Brasil inteiro nesse período.

O futebol era visto como um símbolo da civilização europeia e deveria providenciar o engrandecimento da raça, encabeçado pelas elites das grandes capitais. Portanto, não se deveria sob quaisquer aspectos a obtenção de dinheiro por parte de seus praticantes. Essa regra visava fomentar entre os praticantes de futebol o amadorismo (Santos, 2008, p. 127).

Assim, uma prática bastante comum era a oferta de cargos no comércio e nas fábricas como forma de atrair os melhores jogadores para determinados clubes. Os dirigentes dos clubes das elites, que possuíam o capital necessário, utilizavam esses cargos e oportunidades de emprego como um meio de “aliciar” jogadores de clubes menores e até de outras regiões. Prometendo essas vantagens, eles buscavam garantir a contratação de atletas talentosos e reforçar suas equipes, como a notícia seguinte sugere:

[...] Para mim, nada mais natural do que isso. Numa praça onde o empregado se distingue não pelo seu mérito pessoal, mas pela elegante posição e agilidade com que joga *foot-ball*, onde o patrão é tanto mais comerciante quanto se mostra... ativo nos seus negócios, outra coisa se não deve esperar. [...] (Pacotilha, 14/02/1920, edição 38, p. 4)

Contudo, a prática profissional do futebol não era bem-vista entre alguns de seus praticantes, e dessa maneira alguns procuravam desestimulá-la considerando-a danosa a juventude:

⁴¹ É definido como marco a profissionalização oficial dos jogadores de futebol em 1933. (Santos, 2008, p. 3)

Pernambuco acaba de desfechar um golpe de morte ao profissionalismo no seu meio desportivo. [...] Bermudes e outros profissionais do *sport* em Pernambuco, surpreendidos no momento em que negociavam novas *passagens* e mudanças de cores, a trôco de recompensas, foram castigados com penas que os prescreverão dos desportos no país. [...] Êsse movimento é significativo, tanto mais quando o dizem inspirado pela entidade desportiva suprema do país, que o aprovará *int totum*, afim de começar a campanha para eliminar o profissionalismo no Norte do país. Cartas vindas do Sul informam que a mesma entidade tem em mãos várias denúncias do **profissionalismo no Maranhão** e que está disposta a negar qualquer pedido de filiação da Liga Maranhense, assim como proibir terminantemente a qualquer club de ligas filiadas jogos com o Maranhão, estabelecendo rigoroso cordão preventivo em torno dos nossos desportos. (*Pacotilha*, 23/06/1920, Edição 69, p. 4, grifo nosso)

A notícia acima revela que o “profissionalismo” no Maranhão já era uma realidade e portanto, caso a Liga Maranhense de Sports quisesse se filiar a Confederação Brasileira de Desportos, esta deveria negar-lhe a filiação, assim como clubs que filiados a Confederação deveriam negar jogos com clubes maranhenses. Na prática isso não aconteceu devido ao grande número de embates interestaduais promovidos na época.

Portanto, não satisfeito na busca por talentos de jogadores locais dos clubes menores, os clubes de São Luís em especial o Luso e o FAC começam a buscar em outros estados jogadores para comporem as suas fileiras. Essa prática levou a inúmeros protestos nos jornais, onde se discutia a valorização de “elementos de fora” em detrimento dos “elementos locais”.

A crise footbolesca

É uma das coisas mais características do nosso meio, depois que os clubes deixaram à margem os rapazes locais, passando a engrossar suas fileiras com jogadores de fora. Foi daí que começou a instabilidade dos *teams*, daí intensificaram-se as dissensões entre os clubes, daí o profissionalismo que dizem estar campeando no meio maranhense desenfreadamente, criando encargos pesados para as sociedades desportivas e desgostando muitos sócios, que sem dúvida não acham curial sustentarem os clubes, com o dinheiro que entre eles arrecadam, rapazes sem profissão definida, pois a meio de vida não se pode elevar o pontapé. Esses forasteiros, de certo, não podem, não têm razões para ter a mesma fidelidade dos rapazes locais aos seus *teams*. Não quer dizer que todos os rapazes que de fora têm vindo para jogar *football* aqui olhem o brio desportivo como inferior ao interesse pecuniário, mas é claro que pelo facto de haverem ensaiado os primeiros passos nos desportos sob as bandeiras dos nossos clubes, os locais são os mais a ferrados a estes, como se tem demonstrado. Os outros, por interesse, por volubidade natural ou falta de uma sólida afeição ao clube, produto necessariamente da longa convivência no seio dessas sociedades, os outros é facto que viram com mais facilidade a casaca, como se costuma dizer. Não têm ideal desportivo muito deles e guiam-se pelas vantagens pecuniárias que se lhes oferece, havendo quem afirme ser, neste particular, tão grande a oferta como a procura. Abandonados, esquecidos porque não puderam alcançar imediatamente a <virtuosidade> pebolística, quem pode duvidar de que, hoje, noutra situação não estariam os rapazes maranhenses que se dedicavam ao *football* e naturalmente esmoreceram com a vinda daqueles outros, perdendo entusiasmo com que vinham outrora tentando os desportos? Quem duvida que o Maranhão pudesse hoje contar com *teams* realmente bons, mormente se fossem instruídos com método e constância por *entraîneurs* competentes? Foi um erro a substituição dos nossos rapazes por forasteiros, principalmente sendo, como se diz, a oferta, no atual mercado desportivo, tão pouco escrupulosa. A este respeito todos quantos concorrem, directa ou inconscientemente, para a introdução de tal praga no Maranhão devem reconhecer o erro. Mas ainda é tempo: voltar aos elementos locais

é, talvez, progredir, é acabar com o profissionalismo, com o leilão, é cuidar realmente do desenvolvimento físico das novas gerações, trocando um **football de espetáculo** por outro, animado por ideais melhores do que moeda sonante. (*Pacotilha*, 02/08/1920, edição 180, p. 1, grifo nosso)

Fica evidente que com a vinda de jogadores de outros estados como Pará, Ceará e Piauí para praticar o futebol nas fileiras dos clubes ludovicenses havia uma certa resistência. Entretanto, a vinda desses jogadores tem muito a ver com a rivalidade entre FAC e Luso que em busca de vitórias buscavam contratar esses jogadores para seus times. Nota-se a especificação de um dito “*football espetáculo*”. Com o intuito de garantir um jogo que agradasse quem pagava para ver, ou seja, consumidores, era necessário elementos que pudessem colocar em prática o melhor futebol possível e acima de tudo vencer. Portanto, ficava em evidência não mais o futebol amador que objetivava o cavalheirismo e troca entre as elites, agora visava-se o resultado e espetáculo para seus torcedores. É nítido a apropriação das camadas populares de São Luís por clubes da elite, e com sua popularização os torcedores das classes mais baixas procuravam se integrar à aura de civilidade e prestígio associada a esses clubes.

Dessa maneira, era necessário o melhor elemento para que os clubes possuíssem a vitória. Vejamos agora casos emblemáticos para esta pesquisa. Primeiramente, o caso do Anilense, clube localizado no Anil, bairro suburbano da cidade que em meados de 1920 trouxe para as suas fileiras o jogador Chiquinho do Andaraí do Rio de Janeiro. A vinda de Chiquinho para o Maranhão é descrita na *Pacotilha* da seguinte maneira:

Importação de jogadores

O progresso do football é medido pela escala de importação. Hoje, em dia o Estado ou clube que não fizer a sua <importação> está com os dias contados. Terá que em breve tempo abrir falência. Será naturalmente surpresa, para os nossos leitores terem conhecimento de que no Maranhão, um dos poucos Estados, que não possui liga filiada à Confederação, a importação é um dos meios empregados para o fortalecimento das equipes de football. Esteve aqui no Rio, a coiza de 8 dias, um diretor de um clube da terra do Dr. Urbano Santos e ex-associado do Confiança desempenhando a incumbência de aliciar jogadores. Esse <sportsman agenciador> lançou as suas vistas para os players Chiquinho do Andaraí; Braulio, do Vila Izabel e Nicolino do Andaraí. Os dois últimos players ao serem convidados para <gerentes de uma fábrica> agradeceram o <honroso convite>, não aceitando, porém, o nosso popular Chiquinho, na voz de ser troço, gerente e por consequência quazi dono não resistiu e a essas horas viaja folgadoamente num belo pacote do L. Brasileiro, completamente despreocupado com a falta que está fazendo no Andaraí. A sua saída, a franceza, explica-se: Chiquinho, modesto, que não é, não quis dar o incomodo do bota-fora aos seus inúmeros amigos e admiradores. Que depois dele, outros não queiram ser gerentes de fabricas... (*Pacotilha*, 09/06/1920, edição 135, p. 4).

No Rio de Janeiro, Chiquinho que disputava jogos pela equipe do Andaraí era frequentemente ridicularizado pela imprensa sendo colocado como um jogador analfabeto que falava de maneira incorreta. Essa ridicularização perpassava também pela crença de que a maioria dos jogadores negros eram profissionais (Santos, 2010, p. 203). O historiador João Manuel Casquinha Malaia Santos transcreve uma notícia do jornal carioca *O Imparcial* que revela esse dito analfabetismo:

- Quá, seu Xiquinho, nunca vi genti p'ra módi jugá tanto. O tá du centrifó Preres mi fez ficá taliquá um homi tontu, acim uma simiança di ingulez atrapaído p'ra módi falá a falação dus arabis. -Assuncê tem mesmo a razão. Os atacantes e os frubéquis são mais pió que os alemães no campo dus rivá (*Imparcial apud Santos, 2010, p. 203*).

Na pesquisa do referido autor, Chiquinho aparece tentando participar das fileiras do time do Central, ligado à Estrada de Ferro Central do Brasil, salientando que só jogaria pelo clube se fosse colocado na posição de guarda-freio, denotando a relação entre a profissão e o “profissionalismo”. Posteriormente, ele consegue um emprego na Fábrica Santa Helena, em Petrópolis em 1921 (Santos, 2010, p. 213).

João Manuel Casquinha Malaia Santos (2010, p. 213) afirma que o futebol no Rio de Janeiro em finais da década de 1910, passou a ser organizado por empresários que tinham o objetivo a obtenção de lucros com as vitórias. Dessa forma havia três maneiras de se sustentar através da prática do futebol. A primeira arranjando um bom emprego em algum lugar por conta do futebol, tendo regalias no trabalho para se dedicar aos treinos. A segunda com a obtenção de prêmios pagos em dinheiro disfarçados de ajuda de custo e de transporte. A terceira através do pagamento direto pela prática do futebol exclusivo em um clube.

Portanto, o caso de Chiquinho está relacionado com a primeira forma. Apesar da notícia sobre sua vinda ao Maranhão estar relacionada com o clube Luzo-Brasileiro, na realidade Chiquinho atuou pelo Anilense sendo registrado em 22 de maio de 1921 “o jogador Francisco Evaristo Gomes (Chiquinho), chegado ultimamente do Sul [...]” (*Pacotilha*, 22/05/1920, edição 105, p. 4). Conforme a notícia exposta anteriormente sobre a vinda de Chiquinho, foi oferecido um cargo de gerente de fábrica⁴² no qual o jogador prontamente aceitou. Todavia, sua passagem em terras ludovicenses foi breve tendo jogado algumas partidas e arbitrado outras, retornando para o Rio de Janeiro em agosto de 1920. Sobre a sua saída o jornal *Pacotilha* transcreveu um artigo da Folha do Rio, onde noticia: “Chiquinho, antigo <player> do Andaraí A. C., que havia partido inesperadamente para o Maranhão, [...],

⁴² Provavelmente a Fábrica de Fiação e tecidos Rio Anil.

acaba de regressar a esta capital. Na voz de filiação da Liga Maranhense a Confederação Chiquinho deu o fora. É que o estágio é de um ano...” (*Pacotilha*, 26/08/1920, Edição 201, p. 4). O fato de um jornal carioca descrever a vinda de Chiquinho a São Luís como um “estágio” revela a prática comum de associar a contratação de jogadores à oferta de cargos e empregos. Essa descrição sugere que o jogador estava sendo recompensado com uma posição profissional além de seu papel em campo, evidenciando como o futebol, na época, estava intimamente ligado à concessão de vantagens e benefícios fora das quatro linhas.

Retornando agora ao Luzo-Brasileiro, os casos de Dico e Tanga parecem residir na terceira forma de se conseguir sustentar-se através do futebol, onde os jogadores eram pagos para praticá-lo. Já o caso de Negreiros aparenta ser a segunda via onde se recebiam a obtenção de prêmios e favores disfarçados em troca das suas participações da prática do futebol. Podemos perceber isso na notícia a seguir:

[...] Perdeu o Luso o excelente <full back> Negreiros. Foi sensível a perda, mas a directoria do Luso não consentiu que <player> algum fosse sustentado pelo clube. E se continuasse a pagar a casa de Negreiros teria de auxiliar os outros; e [...] nessas condições seria manter o profissionalismo. Porque Negreiros colocado, ganhando suficiente para o seu sustento, havia de exigir, como condição de continuar no clube, o aluguel de casa? [...] (*A Folha do Povo*, 27/07/1926, edição 100, p. 2)

Conforme noticiado o jogador Francisco Negreiros, jogador negro, que atuava pelo Luso desde o final da década de 1910 aparentemente recebia algum auxílio do Luzo-Brasileiro para jogar. Isso talvez explique a sua inclusão em seus quadros ainda quando não víamos muitos jogadores negros atuar pelo Luso. Por outro lado, Dico e Tanga alcançaram relativo sucesso ao transformar o futebol em uma profissão. Após se destacar no Luso, Dico transferiu-se para o futebol cearense, onde jogou pelo Guarani ao lado de Tanga. Além disso, Dico chegou a defender a seleção cearense no Campeonato Brasileiro de Seleções da Confederação Brasileira de Desportos em 1924 (*Folha do Povo*, 21/10/1924, Edição 250, p. 2). Conforme destacado pela coluna O Esporte, a passagem de Dico pelo Ceará destaca seu sucesso “[...] A fama de Dico atravessou fronteira. Como consequência, veio um convite do Guaraní de Fortaleza. [...] Dico seguiu então para Fortaleza onde passou 3 anos como um verdadeiro príncipe, tendo tudo à hora e o tempo, muita “gaita” e bastante prestígio [...]” (*O Esporte*, 28/11/1947, p. 2).

Durante a década de 1920, o “profissionalismo” no futebol enfrentou críticas, mas sua influência era claramente visível em diversos clubes da cidade. Equipes como o Santa Cruz, composto por ex-membros do FAC, o América, o Guarany, Bangú e o Syrio-Brasileiro de alguma forma, estiveram ligados ao “profissionalismo”. No entanto, optamos por destacar o

Luzo-Brasileiro devido à sua proeminência entre os clubes locais e à clareza com que conseguimos traçar sua trajetória em relação ao “profissionalismo” em São Luís. É evidente que outros clubes também adotaram o “profissionalismo”, mas o caso do Luzo-Brasileiro oferece uma perspectiva valiosa para entendermos melhor o cenário da época. Como podemos evidenciar na Figura 18, ao longo dos anos, é notável o aumento da presença de jogadores negros no elenco do clube, demonstrando que o “profissionalismo” abriu novas oportunidades para essa população.



Figura 18: Scratches do Luzo-Brasileiro através dos anos – 1919, 1920 e 1929 da esquerda para a direita.
Fontes: Vida Sportiva, 1919, Edição 110, p. 10; Vida Sportiva, 1920, Edição 159, p. 12; Folha do Povo, 7/08/1929, p. 4.

O “profissionalismo” possibilitou que a população fosse incluída na lógica futebolística local em conjunto com as novas dinâmicas econômicas impostas pelo capitalismo e a introdução do futebol como espetáculo. Portanto, nessa nova dinâmica social onde a prática futebolística se abre como uma possibilidade de “ganha-pão” para uma população que é excluída faz-se uma nova conjuntura onde a elite e as camadas populares estão imersas na mesma dimensão social, mas com papéis bem definidos onde para a elite é

pura diversão e um vínculo amador, para a população negra, mestiça e brancos pobres passa a ser além de uma diversão, um meio de vida. Assim, amadores e profissionais convivem lado a lado, ambos inseridos na mesma lógica esportiva, mas com experiências e perspectivas diferentes.

3.3 – Futebol nos subúrbios.

Ao passo que o futebol se desenvolvia ao redor de grandes equipes como Luso e FAC, crescia também na periferia da cidade clubes sem estatutos de origem operária e negra que praticavam o futebol como meio de diversão, diferente dos campos oficiais com medidas revisadas como nos *grounds* do Luso e FAC, esses clubes possuíam campos improvisados e ofereciam às camadas populares oportunidades de sociabilidade, entretenimento e, eventualmente, seus jogadores poderiam ascender aos clubes principais da cidade.

O cenário futebolístico suburbano de São Luís floresceu nos bairros do Codozinho, Lira, Camboa, Santiago, Madre Deus e nas áreas ao redor desses locais. Alguns clubes que participavam dessas pelejas suburbanas podemos destacar: Diamante Negro, Ypianga, Juventude, Sampaio Corrêa, São Domingos, Monte Negro, Tupan, Norte, Dublin, 11 do Pontes, Camboense, Recife, Belém, União, entre outros.

Para abordar o futebol suburbano, é essencial primeiro destacar as características dos subúrbios de São Luís. Distantes da região central, as áreas periféricas eram marcadas pela escassez de infraestrutura urbana, com moradias simples, como palhoças e sobrados, frequentemente associadas a condições insalubres e a possíveis focos de doenças, conforme descrito no primeiro capítulo deste estudo. Nos jornais analisados, destacam-se dois clubes do bairro Codozinho: o Monte Negro e o Dublin. Ambos tinham sua sede localizada nesse bairro. Em uma coluna do periódico *O Jornal* em que seus jornalistas visitavam localidades longínquas do centro da cidade, estes descrevem o bairro do Codozinho como um bairro que apesar de ser suburbano e periférico, era um bairro bastante asseado e com uma população válida e sadia.

No relatório, nota-se o espanto dos jornalistas ao encontrar um bairro periférico sem as condições de sujeira e com uma população saudável e trabalhadora que estes não esperavam encontrar. Contudo, nas linhas do relatório dos jornalistas, é perceptível as características básicas de um bairro do subúrbio de São Luís; casas de palhoças, coberta de pindoba e o crescimento sem planejamento de suas ruas:

Não ligamos muito atenção a canícula; uma curiosidade natural levava-nos aos confins da urbe, aos seus bairros esconsos, em peregrinação de estudo. A vida é cara no coração da cidade, e a habitação é o principal entrave à existência pacata do cidadão honesto. De há tempos procurávamos saber como viveria nossa população paupérrima, esse quinhão de gente desprotegida que esmola, que vive de caridade pública. Pensamos encontrá-la, em grande parte, pelo menos, nos arrabaldes e para lá rumamos. Fomos ao Codozinho. Enganamo-nos redondamente. Ali se agasalha não uma caterva de gente sem eira nem beira, mas uma população válida, sadia trabalhadeira e, diga-se de passagem, de um asseio admirável. Cerca de 500 cazas, todas cobertas de palha e de paredes de taipa se aglomeram em desalinho. Há duas ou três pintadas, mas isto raramente e assim mesmo são aquelas que ficam de frente para a rua do Passeio. O terreno é todo acidentado, porem varrido, e por isso agradável de ser percorrido. Um rengue de cazas se alinha rumo ao alto. [...] A essa hora as vendas repletas de compradores tinham o aspecto de um formigueiro, de onde saía e entrava uma multidão à cata dos gêneros necessários para o almoço. As quitandas ali são sortidas, não com o supérfluo espalhafatoso da cidade, não, sem *mise-em-scene*; porém repletas do necessário. Não lhes conhecemos a tabela de preços, mas é possível que não seja exorbitante. É fácil de crer que lá não se saibam o que são os açambarcadores. As frutas ali abundam, sendo de salientar a quantidade e qualidade das bananas a venda. Espiávamos para as cazas, pelas janelas, festivamente escancaradas, e lá dentro a mesma limpeza: chão de sóque bem varrido, quartos arrumados, alguns cuidadosamente enfeitados com quadros religiosos e cromo-reclamos. Uma venda, onde o dono está às moscas, deu-nos apetite de entrar [...] Sobre uma meza ao fundo, maços de diamba, cuias, pilões pequenos, urupemas e algumas garrafas de Paraty [...] Creanças brincavam nos terreiros varridos. Em certa parte, uma família construía o ninho, enquanto os homens trepados no esqueleto da caza amarravam as pindobas, mulheres e creanças, de baixo, proviam aqueles das folhas necessárias. Em vários pontos vimos números – 106, 254 ... pintados em taboinhas a guiza de placas urbanas. Raro é o quintal, e todos quase são cercados com cuidado, que não está provido de galinhas. Plantações, porém, nenhuma nos apareceu, a não ser bananeiras. [...] Tínhamos visto de tudo, e agradavelmente impressionados pelo asseio da zona voltamos para a cidade prontos para trazer [...] a grata nova de que no Codozinho ainda não chegou o azorogue do legislativo do município impecável e mau [...] (*O Jornal*, 31/07/1918, edição 1127, p. 4)

Apesar de se tratar de um bairro pobre, no Codozinho praticava-se futebol, mesmo que a princípio longe dos campos do centro da cidade. O próprio Monte Negro, time do bairro, possuía um campo na Rua Azul, que podemos sugerir se tratar de um campo improvisado, pois os jogos no referido campo foram alvos de reclamações por parte dos seus moradores.

Lá pelo Codozinho, há um club de *foot-ball*, denominado Monte Negro, com sede e campo na rua Azul. Ao contrário dos congêneres, que praticam o jogo de dia, o do Codozinho oferece os *matches* durante as noites. E por isso, os vizinhos reclamam a polícia, por nosso intermédio, que faça cessar a algazarra entusiástica de jogadores e torcedores, ou consiga a mudança de sede social e respectivo campo, para lugar em que não perturbe o socego público. [...] (*Folha do Povo*, 10/05/1924, Edição 111, p.2).

Assim, clubes como o Dublin e o Monte Negro, situados no Codozinho, serviram como porta de entrada para jogadores negros no futebol de São Luís. Esses clubes, localizados em áreas periféricas e empobrecidas, predominantemente habitadas por pessoas negras,

mantinham uma rede de contatos e intercâmbio entre outros clubes da periferia, como podemos perceber em jogos realizados entre Diamante x Monte Negro (*Diário de São Luiz*, 25/08/1924, Edição 185, p. 2), Monte Negro x Bangu (*Diário de São Luiz*, 08/07/1924, p. 4, Edição 144), Sampaio Correa x Monte Negro (*Folha do Povo*, 05/05/1924, Edição 106, p. 4), Bangu x Dublin (*Folha do Povo*, 19/05/1924, Edição 118, p. 4), Dublin x Sampaio Correa (*Folha do Povo*, 17/01/1925, Edição 14, p. 4).



Figura 19: Rua do bairro do Codozinho em 1923.

Fonte: Acervo da Página Minha Velha São Luís, Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=426720417457224&id=215353071927294&set=a.215363145259620&locale=pt_BR, Data de Acesso: 16/07/2024.



Figura 20: Casas no bairro do Codozinho em 1923.

Fonte: Acervo da Página Minha Velha São Luís, Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=426720417457224&id=215353071927294&set=a.215363145259620&locale=pt_BR, Data de Acesso: 16/07/2024.

Outro ponto em que se desenvolveu o futebol suburbano foi na Camboa, com clubes como Recife, Camboense, Belém. Fazemos aqui a descrição do referido bairro tomando como ponto de partida notícias da época e o relatório dos jornalistas do periódico *O Jornal*, a fim de perceber a situação daquele lugar. O bairro da Camboa é descrito em 1916 da seguinte forma:

Este aprazível local vai em continuo progresso. Em vez de dez a quinze casas, que lá existiam, contam-se agora, cerca de 60, com um total aproximado de 500 pessoas. Deu lugar a essas construções a permissão dada pelos proprietários da fábrica do mesmo nome, para facilidade de transporte de seus empregados. O mal é que essas casas são de palha, o que dá ideia da existência de uma segunda Baixinha... mais próxima da cidade. (*O Jornal*, 31/05/1916, p. 4)

Nota-se aqui que já nesse período, vai se formando uma Baixinha nas proximidades do bairro, cujas casas são de palha. Posteriormente a Baixinha ficou conhecida como um bairro próprio, mas muito próximo a Camboa. No relatório dos jornalistas do *O jornal* é descrito da seguinte forma:

Foi numa dessas tardes [...] que procuramos fazer [...] a pé, ao já conhecido povoado Baixinha situado ao lado esquerdo da estação de bondes e estendido até quasi às margens do Rio Anil. Penetramos por uma das pseudo ruas, onde se nos deparou, de logo, um desazo absoluto e condenável pelos preceitos higiênicos. De ahi por diante, ora escorregando por verdadeiros penhascos, subindo íngremes ladeiras, andamos bastante. Contamos para mais de 500 cazas mal construídas, na sua maior parte, e que ali se agasalham em zigue-zague, todas cobertas de pindoba, pobremente. A dispoção das habitações daquele acidentado e barrento terreno bem um labirinto mal tecido, sendo necessário, por vezes, como a nós foi, um cicerone, para se livrar dele. [...] Há Choupanas no alto, no baixo, nas bordas das ribanceiras, e até mesmo na garganta dos grotões, afogadas no mato que ali cresce, sem uma capina sequer que as ponha à vista de quem passa. Creanças, sujas umas, outras núas, impaludicas, encontramos a chafurdar em lamaçais, brincando, a acentuar, assim, inocentemente, o mal que lhes persegue. Em toda zona que percorremos que não foi pequena, poucos estabelecimentos comerciais presenciamos, a não ser, a fora uma s dissortidas vendas de frutas, uma quitanda, pouco sortida também, ostentando, na sua fachada, banhada de cal, um letreiro que mais parecia um enigma, o qual, por mais esforço que fizéssemos, não o conseguimos decifrar. Em frente as casas, muito ao contrário do que vimos no <Codozinho>, a sujidade predomina, sendo que, em alguns pontos, o lixo é atirado ali mesmo, o que dá uma impressão desagradável a quem visita aquela zona. Ao que nos parece, a jogatina, ali, é uma das diversões preferidas, pois alguns grupos, ao ar livre, nos terreiros, na ocasião em que passamos, sacudia, a *bisca*, despreocupadamente. [...] A nossa passagem, alguns arranjavam feições carrancudas, não nos dando vontade, portal, de fazer a mais ligeira indagação. Até as creanças, que nos acompanhavam, admiradas da nossa bisbilhotice profissional, por elas ignorada, quando perguntávamos qualquer coisa, respondia mal: amuadas. [...] De plantações, neste subúrbio, propriamente dito, nada nos chamou a atenção. A maioria das cazas nem quintais possui! Nem um galo cantou durante a nossa permanência ali, demonstrando a falta de criação, ao menos de galináceos, tão comum nesses recantos da cidade. [...] (*O jornal*, 05/08/1918, edição 1131, p. 4)

Dessa forma, segundo os jornalistas a Baixinha se caracterizava pela situação de pobreza, falta de asseio e constante, casas de palhas sem a mínima condição higiênica. Em um

relatório da *Folha do Povo*, já em 1930, a situação da precariedade do abastecimento de água na localidade é destacada:

[...] É sabido que nem em todos os arredores da cidade passam os canos da Ulen. A Baixinha não tem, pois, água encanada. E nem possui esgotos! São precaríssimas, portanto, as condições de higiene dos moradores daquela parte da cidade. Quizemos saber como era que eles se assejavam, visto como não tinham banheiro em casa. - Ah! Patrão! Isto é fácil de se responder, disse-nos um preto alto e forte, e serviu-nos de guia para mostrar-nos o banheiro do bairro. E vimos uma czinha debaixo de frondosas árvores. Na parede havia o seguinte letreiro: <Banhos a 100 réis> Perto, uma bomba de aspiração era manejada vigorosamente por um sujeito corpulento. O aparelho assentava sobre uns pardaís caprichosamente moldados, parecendo ser obra muito velha. Na czinha havia 3 compartimentos com tinas cheias d'água. E era ali que a população da Baixinha ia tomar banhos... [...] (*Folha do Povo*, 28/04/1930, p.1)

Contudo, o próprio bairro da Baixinha abrigou jogos de futebol no campo denominado campo do Belém de posse do clube de mesmo nome. Em um jogo no referido campo podemos encontrar reclamações “reclamam, diversos moradores da Baixinha, contra o jogo da bola posto em prática no campo denominado Belém, o que além de violento e desregrado termina sempre n’uma discussão desenfreada e pornográfica (*Folha do Povo*, 10/11/1923, edição 115, p. 2).

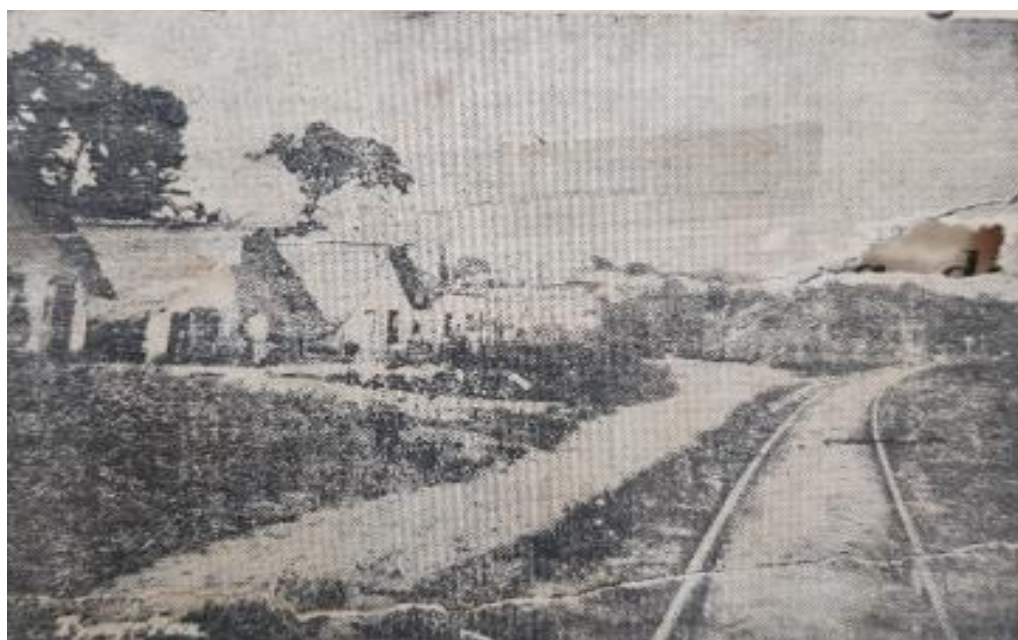


Figura 21: Foto da Baixinha.
Fonte: *Folha do Povo*, 28/04/1930, p.1.

É notável que os clubes suburbanos frequentemente são associados a atos de violência e pornografia, o que resulta frequentemente em solicitações de medidas policiais rigorosas e

intensificadas para garantir a ordem e a segurança. Por outro lado, nos jogos e eventos considerados de elite, mesmo quando há episódios de violência, as demandas geralmente se restringem à promoção de um comportamento exemplar e à manutenção da dignidade do evento. Essa discrepância evidencia uma disparidade significativa nos discursos e nas abordagens adotadas para lidar com essas situações. Enquanto os clubes suburbanos são frequentemente alvo de estigmatização e vigilância rigorosa, os eventos de elite tendem a receber uma resposta mais branda, refletindo uma diferença fundamental na forma como são tratados pela sociedade e pelas autoridades.

É fundamental ressaltar a relação intrínseca entre cor e espaço social na população de São Luís. Ao examinar o Censo Geral do Império de 1872, o sociólogo Matheus Gato revela que, nas três freguesias que compunham o perímetro urbano da capital maranhense a época, havia uma clara concentração da população classificada como branca na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Essa freguesia, além de abrigar a principal zona de comércio da cidade, também era o local onde estavam situadas as instituições políticas mais relevantes. A presença de indivíduos brancos também era significativa na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que, embora menos central, desempenhava um papel importante na configuração social da cidade. Por outro lado, a população negra, que na época era predominantemente composta por pessoas escravizadas, mostrava uma presença robusta tanto na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória quanto na de Nossa Senhora da Conceição (Jesus, 2015, p. 68).

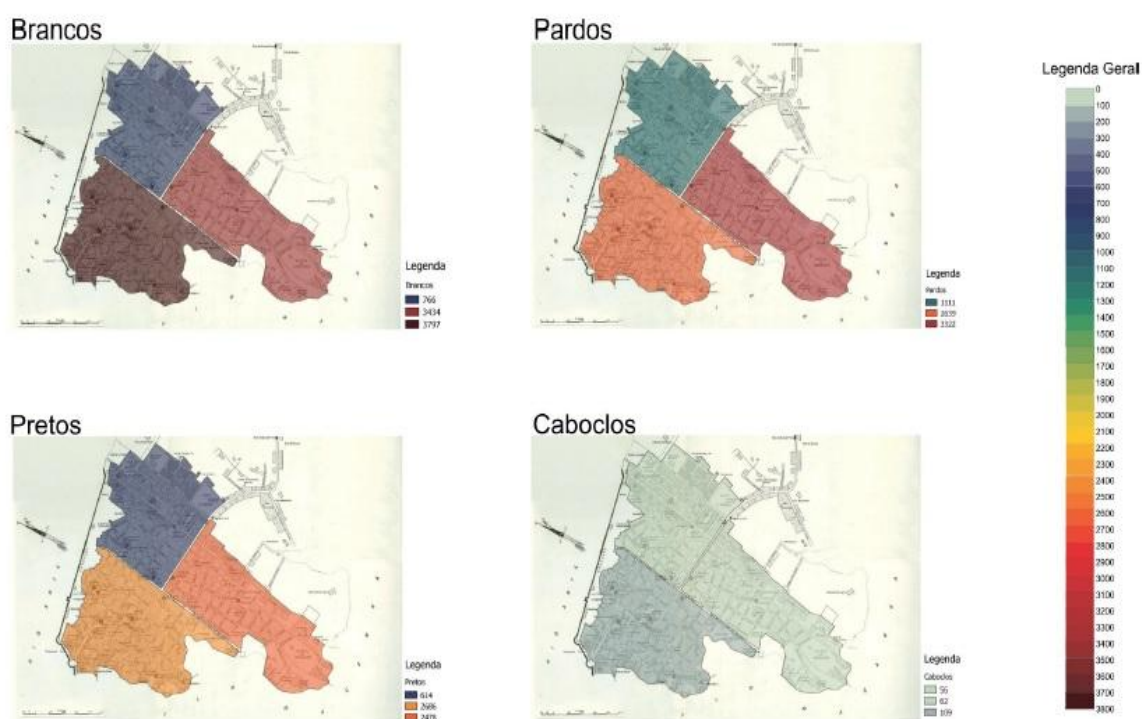


Figura 22: Concentração populacional por grupos de cor no perímetro urbano de São Luís em 1872
Fonte: De Jesus, 2015, p. 70.

Contudo, no período em que estudamos essas Freguesias, encontravam-se divididas em 4 Distritos, conforme podemos ver na Figura 03. Levando em consideração os números apontados por De Jesus, é possível suspeitar na possibilidade de que essa realidade tenha permanecido proporcionalmente, nos anos que se seguiram.

A análise do autor considera a concentração populacional nas freguesias mencionadas. No entanto, em nossa abordagem, focamos não na concentração, mas no número absoluto de habitantes em cada freguesia da cidade. Ao examinar a Freguesia de São João Batista, que possui a menor população da cidade e corresponde ao 4º Distrito deste estudo, observamos que a maioria da população era composta por indivíduos pardos, seguidos pelos brancos e, por último, pelos negros. De Jesus argumenta que a cor e a condição social estão entrelaçadas, destacando que a grande parte da população identificada como parda provinha da categoria dos livres. Em 1872, essa classe representava 36% da população, enquanto os negros correspondiam a 26% (Jesus, 2015, p. 66-68). Assim, podemos considerar a possibilidade de que, nas décadas de 1910 e 1920, uma parcela significativa da população do 4º Distrito fosse negra, distrito esse onde estava localizado a Baixinha. Já o Codozinho, por estar localizado num logradouro mais longínquo, não entrava nas delimitações das freguesias e distritos.

Portanto, quisemos aqui demonstrar que nos bairros periféricos de São Luís, os subúrbios da cidade tinham uma pujante população negra e os clubes considerados suburbanos que praticavam o esporte entre si, estiveram desenvolvendo o futebol entremeados nas camadas subalternizadas da cidade, em bairros longe dos casarões, mas onde as casas eram de palhoças e as ruas de chão batido. Essas dinâmicas revelam não apenas as desigualdades sociais e raciais, mas também a geografia social da cidade, onde as divisões étnicas e de classe se manifestavam fisicamente nos diferentes espaços urbanos. Portanto, o espaço urbano era disputado cotidianamente e reivindicado pelas camadas subalternizadas, sendo uma dessas ferramentas o futebol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revelou que a participação da população negra no futebol em São Luís começou desde os seus primórdios, destacando-se inicialmente através de instituições militares como a Escola de Aprendizes de Marinheiros. Mesmo em uma época marcada por elitismo e profundas divisões sociais e raciais, os negros ludovicenses desempenharam um papel ativo na formação e no desenvolvimento do esporte na cidade.

À medida que o futebol se popularizou em São Luís, a presença da população negra tornou-se ainda mais evidente. Eles não apenas contribuíram para a criação de clubes populares, suburbanos e operários, mas também se destacaram como torcedores fervorosos, apoiando clubes tanto periféricos, quanto de elite. Em todas essas fases, a presença negra foi constante e significativa.

Essa participação atingiu um destaque particular no final da década de 1910, quando jogadores negros começaram a ascender aos clubes de elite, evidenciando o “profissionalismo” como uma porta de entrada crucial para a integração dessa população nos seios elitistas onde o esporte era desenvolvido. Este período marcou um ponto de inflexão importante na visibilidade dos jogadores negros nas principais equipes. Paralelo a esse processo, na década de 1920, temos um demarcado acentuamento dos clubes do subúrbio e suas relações com os clubes da elite, em ambos os casos com acentuada presença negra em seus quadros.

Não podemos deixar de explicitar aqui os desafios enfrentados para realizar este estudo uma vez que no recorte temporal aqui estudado há uma ausência nos periódicos de mostrar o marcador étnico, algo crucial nessa pesquisa, com intuito de sanar tal lacuna foi necessário a busca de fotos da época para demarcar a participação negra no futebol de São Luís, assim como as descrições de bairros periféricos onde residiam a maioria da população negra e parda ludovicense e que possuíam clubes de futebol.

Diante de tais conclusões podemos afirmar que a clássica interpretação dicotômica entre elite e camadas populares se mostra ineficaz para explicar o futebol desenvolvido e praticado na cidade de São Luís. A realidade se mostra muito mais complexa, uma vez que existiam a relação dos clubes das elites com clubes menos abastados que não necessariamente eram da elite. Isso significa dizer que o futebol em São Luís se desenvolveu a partir da dinâmica inter-relacional entre elite e camadas populares e não em uma cisão. Isto fica claro quando analisamos os clubes suburbanos e operários jogando com os clubes das elites, além

disso na presença massiva de jogadores negros, em sua maioria operários que faziam parte dos quadros dos jogadores dos clubes.

Contudo, não significa dizer que dentro dessa lógica não existiam mecanismos de controle para a entrada de sujeitos indesejáveis e com isso temos na lógica elitista mecanismos escritos (estatutos) e não escritos para a manutenção desse controle. Ademais, nota-se os lugares sociais que os sujeitos e os clubes detêm, cada um com seu papel definido e em torno dessa realidade é exposta através dos discursos dos jornais a forma de tratamento entre as distintas classes.

Por fim, esperamos que este estudo abra novas possibilidades para pesquisadores interessados em explorar o tema, bem como para aqueles que desejam investigar o cotidiano e realidade da população negra em São Luís em outros contextos e áreas de estudo. Desejamos que as descobertas e discussões aqui apresentadas incentivem investigações futuras e contribuam para um entendimento mais aprofundado das múltiplas dimensões da experiência negra na cidade.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro dos Diretores dos Clubes e Ligas em São Luís.



Armando Seabra -
Diretor do Fênix Futebol Club
(Folha do Povo – 04/08/1928, p.
4)



João Teixeira -
Orador e Secretário do Fênix
(Vida Sportiva – 1921 Edição
176, p. 18)



Balthazar Pereira -
Diretor da AMEA em 1928
(Folha do Povo 23/10/1928 p. 4)



Raymundo Menezes -
Secretário Geral da AMEA
(Folha do povo 4/09/1926, p. 1)



Carlos Reis -
Presidente interino da AMEA em
1928
(Folha do Povo, 06/06/1928, p. 1)



Dr. Tarquínio Lopes Filho -
Presidente do Luzo- Brasileiro em
1928
(Folha do Povo, 30/08/1928, p. 4)



Jose Andrade - Diretor secretário
do FAC (Folha do Povo –
25/02/1928 – p. 1)



Reginald Dealty - Diretor de
desportos do FAC (Folha do Povo
– 25/02/1928 – p. 1)



Hermínio Bello
(Folha do povo 4/09/1926, p. 1)



Agenor Vieira -
Diretor do Santa Cruz
(Folha do Povo, 19/06/1925, p.1)



Anthero Novaes
(O Imparcial, 20/10/1926, p. 2)



Arthur Belo Filho -
1º Secretário do Santa Cruz
(Folha do Povo, 19/06/1925, p.1)



Arthur Souza
(Folha do Povo, 19/06/1925, p.1)



Braúlio Seabra -
Diretor de Sport do Guarany
Folha do Povo, 01/08/1924, p. 1)



Carlos Martins -
2º Secretário do Santa Cruz
(Folha do Povo, 19/06/1925, p.1)



Carlos Neves -
Diretor do Luso
(Folha do Povo, 29/09/1924, p. 4)



Francisco B. Pinto -
Drietor do Guarany
(Folha do povo 04/02/1925, p. 3)



Gerson Tavares -
Presidente do Guarany
(28 de Maio de 1924)



Jurandyr R. Santos -
Thesoureiro do Guarany
(Folha do povo 04/02/1925, p. 3)



Luiz Guterres -
Diretor esportivo do Santa Cruz
(Folha do Povo, 19/06/1925, p.1)



Nestor Moreira -
Presidente Honorário do Santa
Cruz
(Folha do Povo, 19/06/1925, p.1)



Paulo Oliveira -
Presidente do Santa Cruz
(Folha do Povo, 19/06/1925, p.1)

APÊNDICE B – Fotos individuais de jogadores negros encontrados nos periódicos.



Maçarico -
Representando o 24º B.C
(Folha do Povo 1º de janeiro de
1929, p. 4)



Manteiga -
Jogador do Luso
(Folha do Povo - 06/10/1924, p.
1)



Cecílio -
Jogador do Vasco da Gama
(Folha do Povo - 17/11/1928, p.1)



Dico -
Representando o Luzo-
Brasileiro
(Folha do Povo - 17/11/1928,
p.1)



Neophito -
Jogador do Vasco da Gama
(Folha do Povo - 17/11/1928,
p.1)



Negreiros -
Jogador do Luzo
(O Esporte, 9/07/1950, p. 3)



Presidente
(Folha do Povo - 22/02/1927, p.
2)



Clodomir – Jogador do Luzo
(Folha do Povo - 22/02/1927, p.
2)



Tanga – Jogador do Luzo
(Folha do Povo, 04/12/1923, p.1)

FONTES DOCUMENTAIS

ALBUM DO MARANHÃO - 1923

ALBUM DO MARANHÃO (BRASIL) – 1899

Diário Oficial do Maranhão 1918

Diário Oficial do Maranhão 1921

PERIÓDICOS

Diário de São Luiz (MA)

Diário do Maranhão (MA)

Folha do Povo (MA)

O Esporte (MA)

O Imparcial (MA)

O jornal (MA)

O Malho (RJ)

Pacotilha (MA)

Revista do Norte (MA)

Vida Sportiva (RJ)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALABARCES, Pablo. *VEINTE AÑOS DE CIENCIAS SOCIALES Y DEPORTES, DIEZ AÑOS DESPUÉS*. Revista da Alesde, Curitiba, v. 1, n. 1, setembro 2011.

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. *Saúde pública e pobreza: São Luís na Primeira República*. Editora Dialética. Edição de E-Book. São Luís, 2022.

_____. *MORADIA DOS POBRES: CORTIÇOS, CASEBRES E PALHOÇAS – UMA AMEAÇA À SAÚDE PÚBLICA EM SÃO LUÍS NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1920)*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

ALMEIDA, Marco Bettine; GUTIERREZ, Gustavo; MARQUES, Renato. *NORBERT ELIAS AND CONTEMPORARY SPORT: COMMENT ABOUT THE CIVILISING PROCESS AND CONTROLLING EMOTIONS IN EXTREME SPORTS*. Revista da Alesde, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 46-57, 2013.

ALMEIDA, Silvia Capanema P. *Vidas de marinho no Brasil Republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910*. Antíteses, v. 3, n. esp, dez. 2010.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTUNES, Fátima M. R. Ferreira. *A influência britânica na formação dos clubes de fábrica em São Paulo*. In: *Futebol e Mundos do Trabalho no Brasil*. Org: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; FONTES, Paulo. Futebol & mundos do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Eduerj, 2021.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *O Pantheon Encantado: sujeitos, culturas e questão racial no processo de formação de identidade maranhense*. In: *Histórias do Maranhão em tempos de República*, Antonio Evaldo de Almeida *et al.* (org). Edufma; Paco Editorial, São Luís, 2015. p. 37 – 80.

BARROS, José d'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *A historiografia como fonte histórica*. Editora Vozes Ltda. Edição digital. Petrópolis, RJ, 2022.

_____. *A História Social: seus significados e seus caminhos*. LPH – Revista da História da UFOP. nº 15, 2005.

BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. *Fuss-ball Club Porto Alegre (1903-1944): Clube precursor do futebol em Porto Alegre/RS*. In: *À sombra das chuteiras meridionais: uma História Social do futebol (e outras coisas...)* [recurso eletrônico] / Cesar Augusto Barcellos Guazzelli et al. (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das cruzadas ao século XX*. 2018. São Paulo. Companhia das Letras.

BRÄNDLE, Fabian; KOLLER, Christian. *Goal!: a cultural and social history of modern football*. Edition: The Catholic University of America Press, Washington, D.C., 2015

CANCELLA, Karina. *A defesa da prática esportiva como elemento de preparação dos militares por meio das publicações institucionais “Revista Marítima Brasileira” e “Revista Militar”*. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH – RIO. 2012

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador*. In: *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas. 2015

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. 1997, v. 40, n. 2 [Acessado 20 novembro 2022], pp. 229-250. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Epub 30 Out 1998. ISSN 1678-4588.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 1ª Edição. Editora Brasiliense, 1986.

_____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

COLLINS, Tony. *Sport in Capitalist Society: A Short History*. London: Routledge, 2013.

_____. *How football began: : A Global History of How the World's Football Codes Were Born*. London: Routledge, 2018.

CONRAD, Sebastian. *What is Global History?*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República*. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Marcelo Lima. *O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos 1936-1945*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

DA COSTA, Wagner Cabral. “Ruínas Verdes”: *tradição e decadência nos imaginários sociais*. In: Histórias do Maranhão em tempos de República, Antonio Evaldo de Almeida *et al.* (org). Edufma; Paco Editorial, São Luís, 2015. p. 691 – 720.

DE SOUSA, Carmem de Jesus Rabelo. *A CIDADE EM FOCO: imagens visuais e escritas das condições urbanas de São Luís na Primeira República*. Monografia apresentada no curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2006.

DE MELO, Victor Andrade; PERES, Fabio de Faria. *Primórdios do esporte no Brasil - Rio de Janeiro*. Manaus: Reggo Edições. 2016.

DE MELO, Victor Andrade. *Entre a evidência e a especulação: A “origem” do futebol no Rio de Janeiro e em Niterói*. Org: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; FONTES, Paulo. Futebol & mundos do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Eduerj, 2021.

DUROZOI, G. e ROUSSEL, A. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993.

FARIA, Regina Helena Martins de. *A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro*. 3ª edição, revista, 2001.

FERNANDES, Luis Fernando Framil; PRODANOV, Cleber Cristiano. *O futebol no Rio Grande do Sul e sua identidade: dos portos e fronteiras para as regiões coloniais*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

FILHO, Mário Rodrigues. *O negro no futebol brasileiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Dando Tratos à bola: ensaios sobre futebol* – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FRANZINI, Fábio. *A futura paixão nacional: chega o futebol*. In: *História do esporte no Brasil: Do Império aos dias atuais*. (Org.) DEL PRIORE, Mary (Portuguese Edition). Editora Unesp. Edição do Kindle.

_____. *Corações na ponta da chuteira*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GALAK, Eduardo. *Homogeneidade, heterogeneidade e práticas corporais. Esporte, Lazer, Direitos Humanos e Corpos Diversos*. Pro-Posições, Campinas, SP, V. 34, 2023.

GAMBETTA, Wilson Roberto. *A bola rolou - O Velódromo Paulista e os espetáculos de futebol (1895-1916)*. Tese (Pós – Graduação em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. *Football suburbano e festivais esportivos: lazer e sociabilidade nos clubes de subúrbio em Belém do Pará (1920 – 1952)*. 1º ed. – Curitiba: Appris, 2021.

GERMANO, Nivaldo. *A Fábrica Martins e a Sociedade Maranhense*. In: MELO NETO, Ulisses Pernambucano; MOTA, Antonia da Silva *et al* (Org.). *A Sedução das Ruínas: Arqueologia - salvamento e resgate*. 1ed. São Luís: Iphan/Edufma, 2015, v. 1, p. 79-102.

GIGLIO, Sérgio Settani; SPAGGIARI, Enrico. *A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)*. Revista de História, São Paulo, n. 163, p. 293-350, jul./dez. 2010.

GIULIANOTTI, Richard; ROBERTSON, Roland. *The globalization of football: a study in the glocalization of the 'serious life'*. The British Journal of Sociology. v. 55, n. 4, p. 545-568, 2004.

GOMES, Antônio Marcos. *Notas sobre o Processo de Formação do Mercado de Trabalho no Maranhão: da grande lavoura aos grandes empreendimentos*. In: *Histórias do Maranhão em tempos de República*, Antonio Evaldo de Almeida *et al.* (org). Edufma; Paco Editorial, São Luís, 2015. p. 415 – 439.

GUIMARÃES, A. S. A. *Como trabalhar com “raça” em sociologia*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 01, p. 93-108, 2003.

HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBBSAWN, Eric J. *A Produção em massa de tradições: Europa. 1879 -1814*. In: *A invenção das tradições*. HOBBSAWN, Eric J. e RANGER, Terence. (Orgs). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* / Eric Hobsbawm; tradução: Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988.

_____. *Sobre História*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992

JESUS, Matheus Gato. *Tempo e Melancolia*. Lua Nova, São Paulo, 85: 133-185, 2012

_____. *Negro, porém Republicano: Investigações sobre a trajetória intelectual de Raul Astolfo Marques (1876-1918)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2010.

_____. *Racismo e Decadência Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LINS, Mônica Regina Ferreira. Viveiros de “homens do mar”. 2012. 283 f. Tese (Doutorado). Curso de Políticas Públicas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LUDOPÉDIO, Equipe. *Flavio de Campos*. Ludopédio, São Paulo, v. 04, n. 8, 2011. Disponível em: <https://www.ludopedio.com.br/entrevistas/flavio-de-campos/>. Acesso em 19 de março 2021.

MARTINS, Ananias Alves. *A Mobilidade da Ordem Urbana: A reconstrução dos lugares na São Luís do século XIX*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

MARTINS, Dejard Ramos. *Esporte: Um Mergulho no Tempo*. São Luís, 1989.

MATTAR, Iugh Andrade. *O penta ficou para depois: cultura, identidades e mídias brasileiras na Copa do Mundo de 1998*. 1 ed. Rio de Janeiro, 2020.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)* / Hebe Mattos. - 3a ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOTA, Antonia da Silva. *Atividade Fabril em São Luís do Maranhão, Século XVIII ao XX*. In: MELO NETO, Ulisses Pernambucano; MOTA, Antonia da Silva et al (Org.). *A Sedução das Ruínas: Arqueologia - salvamento e resgate*. 1ed.São Luís: Iphan/Edufma, 2015, v. 1, p. 34-78.

MONTEIRO, Charles. *Entre História Urbana e História da cidade: Questões e Debates*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun. 2012, pp. 101-112.

NASCIMENTO, Dorval. *Nosso céu não tem estrelas: O campo intelectual maranhense na Primeira República*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. *A Produção da coisa pública; serviços e cidadania na primeira república ludovicense*. v. 3, 2ª edição da Biblioteca Básica Maranhense – São Luís / Edição E-Book. São Luís, Ed. Engenho, 2017.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: Uma história Social do Futebol no Rio de Janeiro (1902 – 1938)*. Campinas. São Paulo. 1998.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As Representações da Escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. São Paulo: USP, 2006.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* / Michelle Perrot; seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades Visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol. 27, núm. 53, janeiro-junho, 2007, pp. 11-23 Associação Nacional de História São Paulo, Brasil.

_____. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRG, 1999.

PINTO, Ricardo. *História, conceitos e futebol: racismo e modernidade no futebol fora do eixo (1889 – 1912)* – 1 ed. – Curitiba: Appris, 2020.

PINTO, Rodrigo M. S. *Do passeio público à ferrovia: O futebol proletário em Fortaleza (1904 -1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2007.

_____. *A formação dos times de futebol proletário e as intervenções da elite: a construção da história do futebol cearense e os conflitos sociais em torno da bola (1919-1938)*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 15-20 jul. 2007, São Leopoldo. Anais... São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007.

PRAZERES, Maria das Graças do Nascimento. *NA TRILHA DA MODERNIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA MOBILIDADE DOS BONDES ELÉTRICOS EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO*. In: *Mobilidade urbana em São Luis*. ALCANTARA JR, J.O.; SELBACH, J.F. (Org.). 1ed. São Luis - MA: Edufma, 2009, p. 49-70.

_____. *PEGAR O BONDE ANDANDO: AS SOCIABILIDADES NOS BONDES ELÉTRICOS EM SÃO LUÍS* – MA. ANPUH - 30 ° SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Recife, 2019.

PINTO, Pâmela Araújo. *Jornal O Imparcial: o embrião da fotojornalismo maranhense*. REVISTA CAMBIASSU Publicação Científica do Departamento de Comunicação Social da

Universidade Federal do Maranhão - UFMA - ISSN 0102-3853 São Luís - MA, Vol. XVII – N ° 3 - Janeiro a Dezembro de 2007. p. 81.

REIS, Flávio. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2007.

REVEL, Jacques. *Apresentação*. In: Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Jacques Revel (Org). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. In: Revista Brasileira de Educação, v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

RIBEIRO, Luiz Carlos. *Futebol: por uma história política da paixão nacional*. História: Questões & Debates. Curitiba, n.57, p.15-43, 2012.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da; SANTO, Fernando Reis do Espírito. *O futebol em Salvador: análises do início de uma história (1899-1920)*. Movimento, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 79-95, jul/set de 2011

SANTOS, Henrique Sena dos. *Notas sobre a popularização do futebol em salvador, 1901 – 1912*. Esporte e Sociedade. Niterói, n. 16, p. 1-30, 2010-2011.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Revolução Vascaína: A profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. 2010. 489 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. *O processo de profissionalização do futebol no Rio de Janeiro: dos subúrbios à Zona Sul (1919 – 1923)*. Leituras de Economia Política (UNICAMP), v. 13, p. 125-155, 2008.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870 -1930)*. São Paulo. Companhia das Letras. 1993.

_____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. Edição E-book. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SELBACH, Jeferson Francisco. *Mobilidade urbana nos Códigos de Postura de São Luis/MA*. In: Mobilidade urbana em São Luis. ALCANTARA JR, J.O.; SELBACH, J.F. (Org.). 1ed. São Luis - MA: Edufma, 2009, p. 21-48.

SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: História da vida privada no Brasil 3: República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Futebol, metrópoles e desatinos*. In: Revista USP: Dossiê Futebol. São Paulo, v.22, 1994.

SILVA, Gabriela Melo. *Traços desejantes da cidade: apelo pela modernização de São Luís (1889 - 1970)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

SOARES, Ricardo Santos. *O foot-ball de todos: uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903-1918*. Dissertação (Mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014.

SOUSA, Antonio Reguete Monteiro. *DA DESUMANIZAÇÃO E DA NORMA: A construção social das noções de vadio e vagabundo em meio as atribulações da fabricação do Estado-nação no Brasil (1870-1900)*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2010.

SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio de. *Reformas eleitorais no final do Império: a reinvenção do cidadão brasileiro (1871-1889)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

STÉDILE, Miguel Enrique Almeida. *Da Fábrica à Várzea: Clubes de futebol operário em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) - Intituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

STREAPCO, João Paulo. “Cego é aquele que só vê a bola.” *O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F. C. (1894-1942)*. 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operaria inglesa*. Vol. I: a árvore da liberdade. 1ª edição. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERALDO, I. A atualidade de José Veríssimo (1857-1916). *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 20, p. 77-83, 4 jul. 1998.

ZICMAN, Renée B. *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projeto História, São Paulo, v.4, p.89-102, 1985.